



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 693 - DE 16 A 29 DE JULHO DE 2023 - R\$ 5,00

Cúpula da OTAN em Vilnius

Prolonga a guerra, amplia o cerco da OTAN à Rússia e impulsiona a escalada militar mundial

Fortalecer a campanha internacionalista do CERQUI, por uma paz sem anexação e sem imposições dos Estados Unidos e sua aliança

Lula promove uma ampla aliança partidária em torno à Reforma Tributária

Mais um passo nas medidas antipopulares

ORGANIZAR A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO BÚRGUÊS DE LULA



Realizado o Ato Político dos 34 anos do Partido Operário Revolucionário

**1989
2023**

Cúpula imperialista na Lituânia

Fortalecer e estender a OTAN: novos passos da escalada militar

Próximo de completar 17 meses de guerra na Ucrânia, a Cúpula da OTAN, realizada em Vilnius, Lituânia, deu continuidade às decisões de fortalecer e expandir esse braço armado do imperialismo, criado em 1949 como instrumento da Guerra Fria das potências contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que foi liquidada em 1991 pela contrarrevolução restauracionista. No final de junho de 2022, quando a guerra alcançava quatro meses, a Cúpula de Madri realizou uma revisão do “Conceito Estratégico”, para a “próxima década”, apontando a Rússia e a China como dois grandes adversários a serem combatidos. Resolveu apressar o ingresso da Finlândia e da Suécia como membros da organização. O que se realizou, no primeiro caso, em abril de 2023. No segundo, o da Suécia, acaba de ser resolvido pela Cúpula de Vilnius. Com os dois países nórdicos, a OTAN passa a contar com 32 membros.

Os porta-vozes da imprensa imperialista avaliam que a “OTAN é enriquecida por dois Estados membros dotados de fortes forças de defesa e cuja situação geográfica lhe permitirá reinar sobre o Mar Báltico.” Esse “enriquecimento” significa aumentar e apertar o cerco à Rússia. Seja qual for o resultado da guerra na Ucrânia, as forças do imperialismo continuarão a avançar sobre o território antes conformado pela URSS. Faz parte desse cálculo e da estratégia norte-americana que a Rússia se enfraquecerá e cederá terreno.

A Cúpula de Vilnius não teve como atender ao desejo do governo e da oligarquia ucranianos de ingressar o País na OTAN. Montou-se um teatro para Zelensky implorar aos seus amos que aceitassem o pedido da Ucrânia, e para Biden responder que não era possível aceitar o seu ingresso na OTAN em plena guerra, embora fosse um desejo de todos os aliados. É bem conhecida a cláusula 5 que obriga, em caso de “segurança” de um de seus membros, que a OTAN o defenda.

Para Zelensky, a solução do conflito está no envolvimento direto da aliança imperialista, o que implica os Estados Unidos entrarem em guerra com a Rússia. Todos sabem que, neste caso, se tem configurado a terceira guerra mundial. O imperialismo norte-americano, no momento, não pretende chegar a esse ponto, sem uma rigorosa preparação. Estão muito bem assentados os perigos da guerra nuclear. O curso de um confronto geral, certamente, envolverá a China. As potências devem estar melhor aparelhadas para uma mudança de qualidade da situação mundial, que provoca uma conflagração dessa proporção. É o que demonstram as experiências das duas grandes guerras. A negativa em assumir tamanho risco no caso de ingresso da Ucrânia à OTAN, portanto, foi puro exibicionismo dos Estados Unidos.

A criação do Conselho da OTAN, do qual fará parte a Ucrânia, foi o meio de admitir o seu ingresso informal. Está consolidado, nos cálculos da aliança, que é questão de tempo para que a Rússia se veja obrigada a assimilar a presença da OTAN no interior do território ucraniano. As condições dependem do quanto ainda vai durar a guerra e de um possível acordo de paz ou de armistício.

A incapacidade da Rússia de impedir que a Finlândia e Suécia fossem absorvidas por esse braço armado dos Estados Unidos na Europa favorece as forças do imperialismo. É o que vem permitindo às ex-repúblicas soviéticas do Báltico a tripudiarem e provocarem o governo Putin. Uma vez que a Rússia esgote ou diminua sensivelmente os seus recursos econômicos e militares empregados na longa guerra com a Ucrânia, verá afetada a sua Federação que se formou em meio à derrubada da URSS. As ex-repúblicas da Ásia Central e do Cáucaso vêm escapando do

controle da Rússia e tendem a ser cada vez mais influenciadas por forças externas. O fato de a própria China ter se aproveitado do fim da URSS para fortalecer suas posições comerciais na Ásia Central reflete a grande disputa que os capitais promovem em importantes partes do território da ex-URSS.

O imperialismo não pode tolerar e conviver com um processo de restauração capitalista administrado por uma Rússia independente e que necessita da conservação dos poderes exercidos sobre o gigantesco e rico território em recursos naturais e, em especial, em matérias-primas estratégicas. Nos marcos da crise mundial, que se estende e se aprofunda desde 2008, a guerra na Ucrânia dinamizou as forças do imperialismo, chefiadas pelos Estados Unidos, para se unirem e se concentrarem contra a Rússia e a China, dois dos países mais importantes em que eclodiram as revoluções proletárias, a burguesia foi derrubada do poder, a propriedade privada dos meios de produção foram estatizadas, nacionalizadas, e submetidos à economia planificada.

A Rússia saiu enfraquecida da contrarrevolução restauradora do capitalismo, mas se manteve como potência regional, sobretudo militar. A China se ergueu como potência econômica e vem se despontando como força militar no Indo-Pacífico. Esse processo histórico deve se converter em fator de reorganização do capitalismo mundial, cuja partilha do mundo do pós Segunda Guerra se esgotou.

A OTAN, criada no mesmo ano da Revolução Chinesa, foi concebida para enfrentar militarmente a URSS e as futuras revoluções proletárias, bem como para sufocar a rebelião das nações oprimidas. Manteve-se após a liquidação da URSS e à disposição da burocracia chinesa de restaurar o capitalismo. Passou por um período de letargia, dadas as acomodações depois das tumultuadas relações mundiais entre os anos de 1970 e 1990. Eis por que os porta-vozes do imperialismo dizem com orgulho que a guerra na Ucrânia reavivou a OTAN e promoveu uma inesperada aliança entre as potências contra a Rússia. Aliança essa que os Estados Unidos procuram avançar em sua guerra comercial contra a China.

A Cúpula de Vilnius reforçou o orçamento bélico, colocou-se pelo impulso à escalada militar e estabeleceu um plano de áreas estratégicas que serão fortalecidas com soldados e armas. O clima político de sua realização, porém, ficou marcado pelo fracasso da contraofensiva das Forças Armadas da Ucrânia, que não chegou a se valer da crise militar enfrentada pelo governo Putin com o motim do Grupo Wagner. A decisão de Biden, pouco antes da Cúpula, de enviar bombas de fragmentação, proibidas em mais de 100 países, se deveu ao reconhecimento de que a parafernália bélica enviada a Zelensky não foi suficiente para impor à Rússia uma contraofensiva vitoriosa. Está completamente claro que o imperialismo fez da Ucrânia bucha de canhão, aproveitou para escoar seus depósitos de armas e justificar o maior rearmamento das potências depois da Segunda Guerra.

A classe operária mundial deve se colocar pela bandeira “Abaixo a Cúpula da OTAN”, pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação, sem as imposições do imperialismo. Pelo desmantelamento das bases da OTAN e das bases norte-americanas! Não à submissão da Finlândia e Suécia à estratégia de guerra dos Estados Unidos e aliados! Pelo fim do cerco militar à Rússia e China. Somente a classe operária, organizada e em luta sob a estratégia da revolução social pode acabar com a guerra, vencer a ofensiva do imperialismo e impor a autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia.

Lula conclui a reforma tributária

O que os explorados devem esperar?

Entra governo e sai governo, e a tão almejada reforma tributária permanecia encalhada. Uma das promessas de Lula era de que daria uma solução, uma vez que havia empacado no governo de Bolsonaro. As divisões entre os vários setores da economia – indústria, comércio, serviços e agropecuária – e divergências políticas acumuladas nas esferas governamentais - federal, estadual e municipal – tinham de ser superadas ou acomodadas. Tamanha disputa frustrou em várias oportunidades a aprovação de uma reforma tributária que atendesse aos interesses de uma parte dos capitalistas - no caso, da indústria - e que não afetasse tão amplamente os interesses dos demais.

Como o sistema tributário - concebido para ser cobrado no local da produção e não do consumo, estava ajustado à estrutura federativa do Brasil e adaptado à centralização em que se tributava em nível federal, estadual e municipal, que havia instituído uma variedade de tributos -, de nada resolveria adaptações nestes ou naqueles impostos, nestas ou naquelas esferas da federação. Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro, tentou realizar uma “minirreforma”, de maneira que os projetos existentes de reunir a multiplicidade de impostos em um só imposto foram deixados para o próximo governo, que acabou caindo nas mãos de Lula.

Segundo a avaliação de setores industriais e mesmo bancários, o ministro da Fazenda de Lula, Fernando Haddad, tendo ao seu lado, e mesmo à frente das discussões, o vice-presidente Geraldo Alckmin, foi hábil em cuidar para que o Congresso Nacional chegasse finalmente ao substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2019), e assim reunisse em um mesmo campo os partidos governistas e opositoristas, à exceção do PL que segue Bolsonaro. Mas, mesmo o PL acabou dando votos a favor do substitutivo, o que provocou um conflito entre os bolsonaristas radicais e os conciliadores.

O chamado de Bolsonaro para que a oposição a Lula votasse contra não foi seguido, e assim o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, teve de liberar o voto de bancada. O governador de São Paulo, que poderia liderar uma substancial oposição, o Republicano Tarcísio de Freitas, acabou cedendo à grande unidade, que se foi forjando sob uma grande pressão política exercida principalmente pela indústria, que, segundo consta, será a grande beneficiária da reforma. O PL entregou 20 votos e os Republicanos 36 pela aprovação. Por 382 votos a favor, venceu a reforma tributária, que, por cerca de três décadas, percorreu os corredores do Legislativo e do Executivo.

O Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que passará a reger o sistema tributário, resulta da fusão dos vários impostos, de maneira que seus defensores avaliam que será superada a forma de “imposto acumulativo” e a sua “irracionalidade caótica”, cujas consequências obstaculizaram o desenvolvimento econômico do País. O resultado final, porém, somente foi possível porque se abriram exceções e se flexibilizaram regras. Fracassou, na realidade, a tentativa de estabelecer uma alíquota única, uma vez que haverá variação em seus valores para setores considerados sensíveis (educação, saúde, transporte público, isenção (Zona Franca de Manaus) e seletividade com maior carga para outros (cigarro). Também não se conseguiu um acordo em torno ao IVA único, haverá dois IVAs. O “IVA dual” foi a condição para um acordo, de forma a reduzir o poder centralizado da União sobre os Estados e Municípios.

Nesse mesmo sentido, os protagonistas da reforma tributária tiveram de desmontar a resistência de parte significativa de governadores que não aceitavam a centralização da arrecadação e da distribuição a ser realizada por meio de um Conselho Federativo. Esse organismo é uma espécie de comitê formado por Estados e municípios, que, como tal, daria poderes às regiões mais pobres

em relação às mais ricas, como Norte e Nordeste, de um lado, e Sul e Sudeste de outro. O velho problema histórico do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a economia dos países semicolônias veio à tona. Foi preciso dissuadir o governador de São Paulo a abrir mão da proposta de uma Câmara de Compensação.

As críticas mais contundentes feitas ao Conselho Federativo foram desfechadas pelo governador de Goiás, o bolsonarista Ronaldo Caiado. Mas, devido à avaliação que o mecanismo de arrecadação e distribuição acabaria com a autonomia dos governadores, deixando-os ainda mais subordinados à União e, assim, ao Presidente de plantão. Derrubado esse trunfo dos bolsonaristas, os nós do substitutivo foram desatados. Eis por que os vencedores avaliam que se aprovou a reforma tributária possível. O que por si só indica que não alcançará os objetivos de seus interessados e promotores, que, como se viu, a indústria se movimentou como carro-chefe.

O Manifesto a seu favor, que contou com economistas, personalidades que exerceram importantes cargos institucionais e poderosos capitalistas de distintas tendências político-partidárias, divulgado ao burburinho dos arranjos finais para a votação, indicou que não se poderia frustrar desta vez a aprovação da reforma tributária. O isolamento cada vez maior da resistência de Bolsonaro evidenciou que se havia montado um acordão por cima da orientação política, seja de direita, de ultradireita ou de esquerda burguesas.

A correlação de força favorável ao IVA exigiu, para se consolidar, anos de discussão, alimentada pela preponderância das tendências à estagnação econômica e ao que se denominou “desindustrialização” do Brasil. A perspectiva é a de que o setor industrial será o grande beneficiário da reforma tributária. Já se fazem prognóstico de que garantirá um crescimento da economia bem acima dos indicadores das últimas décadas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “o PIB deve crescer 2,39% além do previsto até 2032.” É ver para crer.

Um dos argumentos que ampararam as mudanças é o de criar empregos e melhorar a situação de vida das massas. Como se prometeu não aumentar a carga dos impostos, que é uma das maiores do mundo, o governo de Lula terá de encontrar recursos para cumprir o superávit fiscal esperado com o novo arcabouço. Aguarda-se, portanto, um aumento da arrecadação com crescimento da produção e do consumo, de um lado, diminuição da sonegação e das fraudes que são reconhecidamente bilionárias, de outro. É bem improvável que as manufaturas tenham um alcance tão grande nas exportações que as equilibrem em relação às commodities (produtos primários, agropecuários e minerais, sobretudo).

A indústria, em grande medida controlada pelos monopólios multinacionais, serve fundamentalmente ao mercado interno. Já teve uma maior participação no mercado externo. Encontramos argumentos de economistas que se referem a enfrentar ao processo de “reprimarização” do País, caso se pretenda a “reindustrialização” ou, nos termos do vice-presidente Alckmin, a “neointustrialização”, mais de acordo com a noção da Fiesp. Em um ambiente de acertos finais para se apresentar o substitutivo da reforma tributária, se retomou a discussão sobre a perda de espaço dos produtos industriais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao mercado mundial. Enquanto o agronegócio dava um grande salto à frente, a indústria recuava. É o que se verificou com o crescimento econômico do primeiro trimestre deste ano – quando o PIB cresceu 1,9%, a indústria de transformação registrou um recuo de 0,6%, “acumulando três trimestres consecutivos de desempenho negativo.”

Várias comparações serviram de base para justificar a necessidade inadiável para estancar o retrocesso industrial e abrir um novo capítulo de sua recuperação. Eis: “A desindustrialização é uma realidade inegável desde a década de 1980. A proporção da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) é de 11%, a menor desde 1947”; “Entre 2005 e 2011, a produção geral da indústria oscilou entre 28,5% e 27,2% do valor do PIB. No ano passado (2022), essa participação ficou em 23,9%. Entre 2005 e 2022, o peso da indústria diminuiu de 17,4% para 12,9%”; “Em 2005, a produção brasileira correspondeu a 2,2% do valor adicionado da indústria mundial. Depois de uma queda continuada, essa participação equivaleu, em 2021, a 1,28%”; “A produção industrial representa apenas 16% do PIB global e vem caindo em toda parte, a favor do setor de serviços. Mesmo na China, pulmão da manufatura global, a indústria é responsável apenas por 27% do PIB, tendo chegado a 32%. No caso do Brasil, a queda foi brutal: de um pico de 24% do PIB nos anos de 1980, a 10% hoje. Em relação à indústria global, a fatia do Brasil está em 1,4%, número bem inferior aos 2,3% da nossa fatia do PIB global”; “O Brasil foi ultrapassado pela Turquia e caiu mais uma posição no ranking da indústria de transformação global. Agora, o País está na 15ª colocação entre os maiores produtores do mundo”; “Nos últimos 27 anos, a produtividade da indústria de transformação brasileira caiu 1% ao ano, em média. Isso significa que, se em 1995 cada hora trabalhada no Brasil gerava R\$ 45,50 em produtos, no final do ano passado (2022) eram apenas R\$ 36,50 por hora trabalhada”.

“O fundamental para nosso entendimento de um jogo tão intrincado como o da reforma tributária, que se passa tão somente nas hostes da classe capitalista, está em que os exploradores não estão à procura de soluções para a crescente pobreza e miséria da maioria oprimida. Trata-se de mais uma peça de um conjunto de contrarreformas que vêm sendo impostas à população, sendo as mais ferozes a mal denominada reforma trabalhista e previdenciária, que comportam leis violentas como a que regulamenta a terceirização e perpetua a informalidade.”

Nesse âmbito de comparações, enquanto a indústria evidencia retrocesso, a agropecuária obtém uma grande vantagem. Eis: “Em 1995, a produtividade na agropecuária era de R\$ 5,90, valor que foi a R\$ 25,50 no encerramento do ano passado, um crescimento em média de 5,5% anualmente”; “Em duas ou três gerações, o Brasil passou de importador de alimentos a um dos maiores exportadores do mundo, em via de se tornar o maior. Entre 2011 e 2020, por exemplo, enquanto o setor de serviços cresceu apenas 1,5%, a indústria encolheu 12,8% e o PIB, como um todo, 1,2%, a agropecuária cresceu 25,4%”.

A Fiesp e a CNI viram a oportunidade de revitalizar a discussão sobre a perda de produtividade e de competitividade das manufaturas, enquanto o agro ganha terreno, os serviços e comércio mantêm suas posições. Os impostos são parte da massa de excedentes (do sobreproduto, mais-valia) que vai para o Estado. A carga diferenciada de cada setor gera disputa no seio da classe capitalista. A indústria que constitui a base do sistema capitalista chegou à conclusão de que o seu retrocesso se devia a uma sobrecarga de impostos, que deveria ser amenizada por meio de uma nova forma de redistribuição.

O setor de serviços, que diz ser o mais prejudicado, se viu obrigado a aceitar. Pleiteia que no Senado ainda se façam mais alterações para evitar que uma parte da sobrecarga da indústria seja assumida pelos empresários desse enorme setor. As alíquotas estão por ser definidas e as exceções não são suficientes para garantir que a transferência de parte da sobrecarga da indústria não seja muito pesada. Apesar de se ter chegado a um acordo geral sobre

a inevitabilidade da aprovação da reforma tributária, as particularidades continuarão a gerar discórdias e disputas interburguesas, que se passam em torno à lucratividade e à acumulação de capital.

A classe operária, os pequenos e médios agricultores e a classe média não podem esperar nenhum benefício desse arranjo montado pela minoria opressora por cima e acima da maioria oprimida. Boa parte dos impostos acaba sendo transferida para os consumidores, e a maioria são os pobres e miseráveis. Representantes dos serviços questionaram a reforma, valendo-se do argumento de que se trata de um setor da economia que mais emprega e que, portanto, poderá ocorrer uma onda de demissões. Por enquanto, são ameaças voltadas à luta política que se desenvolve nas entranhas da classe capitalista e que se expressam no Congresso Nacional e nas esferas governamentais.

Há um aspecto que ficou semiaberto, que se refere à desoneração da folha de pagamento. Esse mecanismo livra os capitalistas de arcarem com encargos trabalhistas. Trata-se de um processo que já vem ocorrendo como parte das reformas trabalhista e previdenciária, que descarregam pesadamente a crise do capitalismo sobre os ombros dos assalariados, sobretudo. É do interesse, não só dos empregadores privados como também dos empregadores estatais. A má intenção, nesse sentido, ficou expressa na proposição que reduz de 20% para 8% a contribuição previdenciária paga pelas prefeituras. Apesar da contraposição do governo Lula, essa via tem tudo para se afirmar, como ficou patente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que prorrogou a desoneração da folha de pagamento a 17 setores. O que tem ensejado o setor de serviços a pleitear uma ampla desoneração.

Desde 2011, portanto, sob o governo de Dilma Rousseff, os patrões se viram aliviados do imposto correspondente à contribuição previdenciária. Seu prazo extinguiu em 2021, mas os senadores aproveitaram a discussão sobre a reforma tributária para manter seus interesses às custas dos trabalhadores.

O fundamental para nosso entendimento de um jogo tão intrincado como o da reforma tributária, que se passa tão somente nas hostes da classe capitalista, está em que os exploradores não estão à procura de soluções para a crescente pobreza e miséria da maioria oprimida. Trata-se de mais uma peça de um conjunto de contrarreformas que vêm sendo impostas à população, sendo as mais ferozes a mal denominada reforma trabalhista e previdenciária, que comportam leis violentas como a que regulamenta a terceirização e perpetua a informalidade.

As massas sempre arcaram com os pesados impostos e vão continuar na mesma situação, se não piorar ainda mais. É bom lembrar que a burguesia demonizou a Previdência. Sua reforma vem economizando bilhões, sem que os empregos voltassem e a vida da maioria deixasse de piorar. Em toda essa parafernália de contrarreformas, se oculta o brutal peso da dívida pública e o agigantamento do parasitismo financeiro. No começo de junho, o seu montante atingiu a casa de R\$ 7,46 trilhões, correspondendo a 73% do PIB. Em 2013, correspondia a 51,55% do PIB. O Tesouro Nacional dedica grande parte de sua arrecadação para pagar R\$ 556 bilhões de juros ao ano. Essa fantástica fábula é consumidora de recursos que vêm dos impostos arrecadados; é causadora em grande medida da alta carga tributária; é responsável pelo déficit primário; e é limitadora da capacidade do Estado intervir no sentido do desenvolvimento das forças produtivas internas, que se acham rigidamente condicionadas pelo bloqueio sofrido pelas forças produtivas mundiais. Tudo indica que a reforma tributária servirá de proteção aos lucros que vêm sendo afetados na indústria, sendo que em última instância quem pagará pela redistribuição interburguesa de valores serão as massas.

É reconhecido por setores reformistas que a gigantesca concentração de riquezas se tornou um óbice para o crescimento econômico, para a redução dos desequilíbrios regionais históricos e para a redução do mar de miseráveis. Nada indica que a reforma tributária alterará a estrutura em que “os 10% mais ricos do Brasil controlam 56,6% da renda nacional”; e em que “os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda com tributos, enquanto os 10% mais ricos despendem 21%”. A discussão colateral de que a reforma deveria onerar pesadamente os 10% mais ricos, principalmente, “os seis bilionários brasileiros que possuem a mesma riqueza que a soma dos bens de 100 milhões de habitantes, a metade mais pobre da população”, ficou completamente à margem e abafada. A tese de que se deveria “sobrecarregar de impostos o patrimônio e a renda e acabar com a isenção aos lucros e dividendos” não mereceu nenhuma importância. Está correta, portanto, a conclusão de que “os ricos e os sonegadores podem dormir aliviados, pois não serão alcançados”.

Os reformistas petistas ou pró-PT têm os dados em suas mãos e os usam apenas para se queixar. Uma reforma que desconcentre e redistribua a fantástica riqueza concentrada é uma utopia da esquerda pró-burguesa, que, como tal, procura salvar o capitalismo de suas contradições históricas e de sua própria barbárie social. Basta ver como as frações capitalistas negociaram seus desacordos, como seus velhos partidos acomodaram distintos interesses e como a democracia oligárquica permitiu a conclusão do acordão, para se concluir que o capitalismo decrépito, da fase imperialista de desenvolvimento último, não comporta reformas progressivas, que impulsionem as forças produtivas nacionais e mundiais, bem como melhorem as condições de existência da maioria oprimida.

As movimentações do direitista Tarcísio de Freitas

Depois de seis meses, já se tornou evidente que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, administra o estado mais rico da federação dando continuidade à política de seu padrinho ultradireitista Bolsonaro. Mas, volta e meia, faz algum afago ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quando este sinaliza que a política econômica de Lula é de continuidade e não ruptura com a de Paulo Guedes, ministro da Economia do governo Bolsonaro. Foi o que ocorreu na semana em que estava em votação a Reforma Tributária. Certamente, cumprindo o papel de porta-voz do capital financeiro e de setores da indústria e do agronegócio junto à ala bolsonarista do PL, resistente em creditar ao governo Lula o feito dessa reforma, que há décadas vem sendo prometida aos capitalistas.

O fundamental está em que se trata de um governo abertamente privatista e a serviço do fortalecimento do Estado policial. Não hesitou em destravar um antigo pleito dos capitalistas, que é o de concluir a entrega da Sabesp, de todas as linhas estatais de metrô, a concessão das linhas restantes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e do porto de Santos para o setor privado. Para atender à ala militarista, tem ampliado o poder repressivo da polícia nos bairros pobres e forçado sua presença junto às escolas públicas, em nome da segurança contra o avanço da criminalidade.

É do interesse do autoritário Tarcísio se diferenciar do governo Lula. Como a política econômica de Lula é, em grande medida, de continuidade, Tarcísio está sendo obrigado a insistir em alguns aspectos que são muito caros para o PT perante seus eleitores, como a privatização de estatais estratégicas e o Estado Policial. E tem, também, se colocado contra as poucas decisões que foram tomadas pelo ministro da Educação, o petista Camilo Santana. A primeira, diz respeito à suspensão temporária da implantação do

As forças produtivas encabeçadas pela indústria não têm espaço para modificar o lugar do Brasil na divisão social mundial do trabalho, de fornecedor de produtos primários e de matérias primas. A industrialização brasileira foi uma das mais promissoras da América Latina e continua sendo a mais poderosa, mas nunca chegou ao ponto de se aproximar da superação de país importador de manufaturas e exportador de commodities. Internamente, conservou os polos de alto desenvolvimento no Sudeste e Sul em detrimento das demais regiões, onde ainda pesam as heranças coloniais do pré-capitalismo.

As tarefas de conquistar a real independência nacional diante do imperialismo, de realizar a revolução agrária, de acabar com o parasitismo financeiro e de resolver o problema da miséria, passou para as mãos da classe operária. Essas tarefas democráticas deveriam ser resolvidas pela burguesia nacional, que, de tão subordinada ao saque imperialista, fracassou.

O programa da revolução e ditadura proletárias, posto em marcha pela classe operária em unidade com o campesinato pobre, permitirá a expropriação dos meios de produção capitalistas e sua transformação em propriedade social. A estatização dos bancos sem indenização, o cancelamento da dívida pública e a nacionalização das terras possibilitarão um planejamento econômico voltado a potenciar a indústria, como carro chefe das forças produtivas. A ditadura de classe da burguesia deverá ceder lugar à ditadura de classe do proletariado, para que se rompa o elo da cadeia imperialista que subordina e sufoca as forças produtivas internas ao Brasil. Não há a menor dúvida de que o governo burguês de Lula fracassará em suas intenções “reindustrializadoras” ou “neointustrializadoras”, o que fortalecerá ainda mais o domínio da economia nacional pelo capital imperialista.

Novo Ensino Médio. Lembremos que o ministro rejeitou a reivindicação dos professores e estudantes de revogação, se apoiando no argumento de que era preciso fazer uma consulta popular. Agora, diante da decisão do MEC de encerramento gradual, na realidade uma interrupção na criação das escolas cívico-militares, Tarcísio respondeu que dará seu prosseguimento no estado.

A imposição do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim), em 2019, foi uma das marcas autoritárias-militaristas do ultradireitista Bolsonaro, que foram denunciadas, não só por estudantes e professores, mas também por uma parcela de intelectuais que viam nesse modelo a ingerência direta da disciplina militar no processo educacional. Essas escolas militares fizeram parte de uma ação polícialista junto às escolas, por meio da campanha “Escola sem Partido”.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), dirigida pelo PT, pediu ao Ministro da Educação que fosse feito um decreto de revogação desse modelo, forçando os governadores e prefeitos a acatarem a decisão federal. Mas, o governo Lula segue cauteloso (suspensão temporária, encerramento gradual e outros mecanismos diante das decisões de Temer e Bolsonaro, como o Novo Ensino Médio e as Escolas Cívico-militares). Por outro lado, as direções da CNTE e sindicatos se limitam a pleitear ações mais decisivas por parte do Ministro. Não estão dispostas a organizar um movimento nacional pelas reivindicações dos trabalhadores da educação e estudantes. Não querem conflitar com o Governo Lula. Foi o que ocorreu com a suspensão dos movimentos pela revogação do Novo Ensino Médio. E, evidentemente, não se colocarão em favor do movimento de rua pela revogação das escolas cívico-militares.

CONTINUA →

Lula e seu ministro da Educação, por sua vez, não querem criar nenhum atrito com as Forças Armadas e a polícia militar. Camilo Santana chegou a dizer que não revogou o programa, mas que “não será prioridade e estratégia do MEC nesse governo”, por isso, discutirá com os governadores e prefeitos o que fazer com essas escolas. Daí o frouxo decreto de encerramento gradual e o prazo até o final do ano para o deslocamento de militares que prestam serviços nessa modalidade de ensino.

O problema está em que as escolas cívico-militares podiam ser de iniciativa do governo federal (Pecim) e dos programas dos governadores e prefeitos. Na época, os governos estaduais e municipais viram nesse modelo de ensino uma resposta aos graves problemas da educação (um mecanismo para conter a indisciplina dos estudantes e controlar o conteúdo das aulas ministradas pelos professores).

O governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD) - que teve como secretário da Educação Renato Feder (hoje secretário da educação em São Paulo) e foi o carro-chefe na implantação das escolas militaristas - prontamente se colocou contra encerrar esse programa. Vale lembrar que no Paraná são 12 escolas do Pecim e 194 do programa estadual. Anunciou que transferirá as 12 escolas do Pecim

para o programa estadual. O governador do PSDB, Eduardo Leite (RS), teve a iniciativa de expansão das escolas cívico-militares barreada por decisão de uma ação movida pelo sindicato da educação, mas a ação judicial não interferiu nas escolas já militarizadas. O estado conta com 78 escolas cívico-militares (23 pelo Pecim e 55 pelo programa estadual).

Tarcísio de Freitas e seu secretário Renato Feder anunciaram que não encerrarão essa modalidade de educação e que pretendem ampliá-la. Lembraram que se trata de uma promessa de campanha eleitoral em 2022. Tarcísio disse: “Fui aluno de Colégio Militar e sei da importância de um ensino de qualidade e como é preciso que a escola transmita valores corretos para os nossos jovens”. E anunciou que fará um decreto para regulamentar e ampliar o seu programa de escolas cívico-militares.

O governador de São Paulo, depois de aparecer divergindo de Bolsonaro quanto à aceitação da Reforma Tributária, usa essa decisão do MEC para mostrar sua fidelidade ao ex-presidente ultradireitista. Os interesses em torno às eleições presidenciais falam mais alto. Estar alinhado com a ala bolsonarista dos militares é fundamental para Tarcísio de Freitas.

Cisão na oligarquia Ferreira Gomes - Ceará

Mais um episódio da ruptura no seio do PDT cearense envolvendo a oligarquia Ferreira Gomes ocorreu no último período. O senador Cid Gomes/PDT se apoderou da direção estadual do partido e deve conduzir a sigla a uma posição formal de apoio ao governo Elmano e de alianças com o PT.

A cisão no PDT teve início com um racha entre os irmãos Ivo e Cid, de um lado, e Ciro Gomes, de outro, ainda durante as eleições de 2022. Ciro impôs a candidatura de Roberto Claudio ao governo do estado sem consulta à aliança com PT e demais partidos, que queriam a candidatura à reeleição de Izolda Cela (então governadora pelo PDT). A candidatura de Elmano de Freitas do PT, que foi costurada por Camilo Santana/PT, e teve apoio velado de Cid, venceu as eleições ainda no 1º turno. Os irmãos ficaram sem se falar. Em junho, Ciro falou de “faca ardendo nas costas” e Cid respondeu que não cometeu nenhuma traição, já que havia comunicado sua neutralidade nas eleições. Ultimamente, Ciro tem disparado contra Camilo Santana acusando-o de montar um projeto de poder e que seria uma pessoa sem escrúpulos.

Depois de seis meses de governo Elmano, o PDT segue dividido. A maioria do partido (10 deputados) encontra-se na base de apoio. A ala governista do PDT não apenas detém a presidência da ALECE como a liderança do governo na casa e apenas 3 deputados do partido (Antônio Henrique, Cláudio Pinho e Queiroz Filho) se consolidaram no campo da oposição. Diante desse quadro, a maioria preparou uma ofensiva para arrancar a direção estadual das mãos do cirista André Figueiredo. A crise atual ganhou as páginas da mídia burguesa e envolveu o presidente nacional Carlos Lupi, uma ameaça de judicialização e uma tentativa de intervenção federal no diretório do Ceará, mas resultou na vitória de Cid e seus aliados. Este último deve formalizar o apoio a Elmano e já negociar um acordo PDT-PT sobre 2024, que passe por fora do apoio à reeleição do odiado prefeito Sarto/PDT, aliado de primeira hora de

Ciro e Roberto Claudio. A cisão da oligarquia implicará a ruptura dos partidários de Cid com o PDT e a busca de uma nova legenda? Tudo dependerá de como o partido nacional, onde Ciro tem maior influência, interferirá nas disputas estaduais. Um acordo, por hora, está fora de cogitação.

A cisão no PDT tem chamado a atenção tanto da ultradireita como da burocracia sindical, que tem festejado a desagregação da oligarquia e reafirmado tratar-se de uma vitória da boa política, da responsabilidade e do espírito de negociação do PT. A cisão fortalece as pretensões eleitoreiras do PT para a conquista da prefeitura de Fortaleza, com as pré-candidaturas já trabalhando a todo vapor. Além da oposição tradicional e semi-bolsonarista (Wagner, Roberto Pessoa etc.) ao governo Elmano, esta nova oposição, da minoria do PDT, tende a se consolidar com os novos acontecimentos envolvendo a direção estadual.

As disputas eleitoreiras e aparelhistas pelo comando do Estado são próprias dos partidos burgueses apodrecidos e dos partidos oligarquizados que se reivindicam da esquerda, a exemplo do PT e PCdoB. Os trabalhadores e juventude conscientes precisam rejeitar qualquer dos dois bandos oligárquicos em disputa, assim com o apoio ao governo burguês de Elmano contra as oposições direitista e cirista. Não há outra alternativa para os explorados senão ir às ruas com seu programa próprio de reivindicações e seus próprios métodos de luta.

Nenhum governo burguês reformista, por mais popular que se apresente, a princípio, tem como solucionar as chagas que o capitalismo lança sobre os oprimidos, isso porque não pode deixar de expressar os interesses do capital financeiro. O proletariado e demais oprimidos precisam levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo Elmano/PT/MDB/PDT/PSOL e lutar por um governo operário-camponês.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



AOS DELEGADOS DO 59º CONUNE**Carta aos estudantes universitários e à juventude oprimida em geral**

No retorno às aulas, em agosto, esperamos que os Centros Acadêmicos (CAs), não apenas divulguem as decisões do 59º Conune, como também organizem as discussões nas bases e passem imediatamente à mobilização. A princípio, devem convocar reuniões e realizar assembleias. Se o Congresso não for encarnado pelas massas estudantis, significa que não cumpriu sua função de centralizar as decisões que impulsionem a luta em todo o País.

A situação econômica, social e educacional exige respostas do movimento estudantil. Somente as massas jovens, unidas em torno a bandeiras extraídas da realidade e a objetivos políticos claros, podem comprovar as fortalezas e as fraquezas do Conune. São os estudantes em luta que se valerão de seus acertos e corrigirão os seus erros em suas decisões. A direção eleita deve ser rapidamente submetida pelas bases nas universidades brasileiras. O que ocorrerá, se o Conune superar o estreitamento da democracia e a força política dominante da burocracia que condicionaram a “preparação” das discussões das teses e a eleição dos delegados. Para isso, os representantes estudantis, aqui reunidos no 59º Conune, devem discutir conscientemente os perigos da política de conciliação de classes e de apoio ao governo burguês de Lula, que é de frente ampla. Governo esse constituído, inclusive, por partidos da direita oligárquica burguesa (MDB, PSD e União Brasil), tal como está expresso nas Teses da direção da UNE, formada pela aliança do PCdoB com o PT, e outras correntes minoritárias serviçais.

A Corrente Proletária Estudantil-POR chama a atenção dos delegados para a questão estratégica posta no centro da Tese da direção, que é a de levar o Congresso a aprovar a diretriz de apoio ao governo Lula, em nome do enfrentamento ao fascismo bolsonarista. Não menosprezamos a existência de uma tendência ultradireitista que se potenciou com o golpe de Estado contra o governo petista de Dilma Rousseff e condenou Lula à prisão. Não diminuímos a importância da aventura golpista de 8 de janeiro. Mas, na presente situação, a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida estão diante de um governo burguês de frente ampla, que foi eleito pela maioria descontente com Bolsonaro, mas que serve aos interesses da classe capitalista, e, em particular, ao grande capital.

Nesses seis meses iniciais de Lula na Presidência, já foi possível identificar as forças políticas que de fato determinam o curso da governabilidade. Somente os cegos, interesseiros, politiqueros e oportunistas ocultam que Lula e seu governo de frente ampla sequer estão pela ruptura com os fundamentos econômicos do liberalismo burguês e pró-imperialistas, que

caracterizaram os governos de Temer e Bolsonaro, ou seja, da direita e da ultradireita. Logo de início, se desfizeram a farsa e as ilusões de que Lula poderia se colocar pela revogação da contrarreforma trabalhista e da lei da terceirização, que atingem profundamente a classe operária e o conjunto dos trabalhadores. A juventude vem há muito sendo golpeada pelo desemprego, subemprego e trabalho intermitente, cujas consequências para sua vida escolar são trágicas. A destruição de antigas conquistas sociais das massas indica o estágio avançado da decomposição do capitalismo e da barbárie social. Eis por que, seja um governo burguês de centro-direita ou de ultradireita, seja de centro-esquerda, está obrigado a atender aos interesses da minoria capitalista em contraposição às necessidades mais prementes da maioria explorada. O que resulta na obrigatoriedade de combater tanto o governo fascizante quanto o democratizante que ataque a vida das massas, sem que se deixe de diferenciar o regime político imperante.



A política que defende a democracia burguesa às custas da renúncia da luta de classe dos explorados contra os exploradores resulta em traição, e não em combate ao regime antidemocrático. A estratégia de apoio ao governo Lula, que guia as Teses da direção para ser aprovada pelos delegados do Conune, tem de ser caracterizada

como negação do programa próprio da classe operária e demais trabalhadores, portanto, da maioria que compõe a juventude oprimida. O Arcabouço Fiscal e a Marco Temporal aprovados no Congresso com elaboração ou participação do governo petista recaem sobre os explorados. Servem aos banqueiros, grandes industriários, latifundiários e credores da gigantesca dívida pública. As negociações entre o governo, partidos e homens da oligarquia que comandam o Congresso Nacional em torno à reforma tributária é a última das demonstrações nesse rol de acontecimentos que evidenciam a subordinação do governo Lula ao grande capital e às frações oligárquicas da burguesia nacional.

Nos primeiros dias de seu governo, o petista afastou qualquer possibilidade de recuperar as perdas acumuladas do salário mínimo e de aumentar o seu valor real de compra. Essa posição de proteção aos interesses dos exploradores assinalou o caminho que seguiria o governo de frente ampla. Nem mesmo a reivindicação de estudantes e professores para que o governo revogasse o Novo Ensino Médio, Lula atendeu. Seu ministro Camilo Santana adiou a decisão para ganhar tempo e, assim, negociar algumas emendas que não alterarão a sua essência.

Tudo indica que a proposição de apoio ao governo Lula é o ponto central das decisões do 59º Conune. Se no momento de sua

realização a direção colaboracionista (UJS e juventudes do PT) manobrar para que não seja o fator condicionante das votações, não mudará a diretriz expressa em suas teses. Cabem às forças que se opuseram ao colaboracionismo do Pcdob, PT e aliados exigirem uma posição de independência da UNE diante do governo. O que implica não apenas negar qualquer apoio à governabilidade burguesa, como também se colocar por uma oposição revolucionária, que organize a luta estudantil por um programa de reivindicação que expresse a necessidade da juventude oprimida.

Nesta Carta aos Estudantes, a Corrente Proletária Estudantil apresenta somente em linhas gerais as posições de nossas Teses ao 59º Conune. Uma vez tendo claro que é necessário rejeitar a estratégia de apoio ao governo Lula e à política de colaboração de classes, o segundo ponto em importância se encontra na defesa de um sistema único, público e científico de ensino, controlado por quem estuda e trabalha. Essa tarefa democrática exige a luta pelo fim do sistema privado de ensino, que deve ser estatizado, sem indenizações. O enorme domínio da universidade privada restringe o lugar da universidade pública e torna a mercantilização da educação em fator predominante. A bandeira de acesso universal não pode ser levada adiante pelo movimento estudantil aceitando a coexistência de dois sistemas antagônicos. Se não se luta pelo acesso universal, admite-se o filtro de classe que prevalece no sistema educacional vigente. É de grande importância a luta combinada pelo acesso universal, pela permanência e fim da enorme evasão. Somente nesse terreno é possível fazer a defesa do acesso universal, em todos os níveis, à maioria oprimida da juventude. O contrário também é verdadeiro, a direção da UNE, ao se sujeitar à coexistência do ensino público com o privado, está defendendo uma posição voltada à minoria, uma política de exclusão, ainda que conte com a ascensão de uma camada pobre da classe média e do proletariado.

O apoio ao governo Lula pela UNE resultará em reforçar essa perspectiva de classe, adversa às necessidades da maior parte da juventude proletária, camponesa e de classe média pobre. A própria política de ações afirmativas (cotas, Fies, PROUNI) se encaixa nesse marco delimitado pelo Estado capitalista.

A questão do ensino a distância atingiu uma grande importância na última década e se projetou nos dois anos de pandemia. A posição de regulamentar, de aumentar as exigências curriculares, de adaptar a pedagogia às novas tecnologias e de fiscalizar o mercado do ensino virtual eleva a um nível inimaginável a impostura das posições reformistas que clama por uma “escola de qualidade”. Não pode haver dúvida de que o ensino a distância é uma excreção do capitalismo em decomposição. Evidentemente, não se pode confundir essa modalidade mercantil da educação com a aplicação da tecnologia no ensino, que é o que menos se faz.

Finalmente, as Teses da Corrente Proletária Estudantil chamam a atenção da juventude e traz para a discussão no 59º

Conune a posição de que não se pode desligar, abstrair ou minimizar as bases sociais da crise da educação. A escola, do ensino fundamental ao universitário, acaba sendo, inevitavelmente, uma caixa de ressonância das contradições do capitalismo senil. A universalização da educação básica se realiza apenas formalmente. Uma massa de crianças não chega à alfabetização plena. A grande maioria de jovens que completa o ensino médio, por sua vez, não tem como continuar os estudos superiores. É muito difícil e até mesmo completamente adverso à maioria acasalar o trabalho com os estudos. O desemprego, a pobreza e a miséria que atingem milhões de famílias determinam, em última instância, as possibilidades das crianças e dos jovens de realizarem a aprendizagem próxima aos níveis de civilização alcançada pelo capitalismo em geral e pelo seu desenvolvimento em particular no Brasil semicolonial.

São patentes os reflexos bárbaros na escola dos profundos antagonismos de classes, que não podem ser superados nos marcos do capitalismo e que tendem a se ampliar, ainda que não seja em linha reta. As políticas públicas amenizam aqui e ali para uma camada minoritária, mas acaba fracassando diante da calamidade vivida no dia a dia pela maioria. Os reformistas precisam ocultar em suas teses as terríveis condições sociais em que a escola se acha imersa. A burguesia, seu Estado e, assim, seus governantes não podem realizar reformas estruturais, que criariam condições de pleno emprego, extinção do subemprego e eliminação da miséria. O governo pretensamente reformista de Lula se enquadra nessa impossibilidade.

O Conune tem que encarar essa verdade histórica e procurar as respostas de classe, que vêm do proletariado. A defesa mais elementar do ensino, da democracia escolar, do acesso universal ao ensino superior e da permanência nos estudos depende para sua realização das massas jovens se colocarem no campo da luta de classes do proletariado, que caminha no sentido da abolição do capitalismo e edificação da sociedade socialista. A estratégia preconizada pela direção da UNE é oposta a esse curso histórico da luta pela educação vinculada à produção social.

As Teses da Corrente Proletária Estudantil são claras em defender que a juventude oprimida deve se colocar por um programa de transformação da educação como parte do programa da revolução social, que será proletária. Esta Carta objetiva chamar os universitários e o conjunto da juventude, sendo que a maioria está fora da escola, a lutar pela constituição de uma nova direção para as organizações estudantis.

Por um Congresso da UNE independente do governo Lula e de toda a política burguesa!

Pela aprovação de um programa de reivindicação que unifique a maioria da juventude em defesa do ensino público, em todos os níveis, com acesso e permanência a todos!

Por uma campanha nacional de defesa dos empregos, salários e condições de estudos a toda juventude!

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

Acesse nosso site e redes sociais através do QR Code ao lado.



Direção da UNE transforma abertura do CONUNE em palanque de politikeiros burgueses



Aconteceu, no dia 12, a abertura do 59º Congresso da UNE, que a atual direção majoritária da entidade, composta pela UJS (PCdoB) e Juventudes do PT, estão caracterizando como “histórica”. De fato, nisso eles têm razão, foi histórica porque entra para a história como o ápice do governismo e da submissão à política burguesa da entidade. A mesa de abertura e primeiras atividades do CONUNE contaram com diversos integrantes do governo, entre eles Flávio Dino, atual ministro da Justiça, Gleisi Hoffmann, e muitos outros, incluindo um ministro do STF, Luís Roberto Barroso. A frente ampla que caracteriza o governo Lula esteve representada no congresso estudantil.

Tanto naquilo que deveria ser a preparação do Congresso, nas universidades, como em sua tese, e também nas atividades iniciais do CONUNE, a direção majoritária expressou a política burguesa, ao não permitir debates verdadeiramente democráticos e ao estruturar o Congresso para que aprove o apoio ao governo burguês de Lula. Dino, em sua fala expressou isso de forma muito clara, “é preciso consolidar a vitória de Lula”, ou seja, não basta a vitória eleitoral, é preciso colocar os movimentos populares, sindicais e estudantis com a função de sustentar a frente ampla. O espantinho do bolsonarismo foi o principal argumento usado pelos participantes das primeiras atividades do Congresso.

A apresentação com mais rechaço foi a do ministro do STF, Barroso, que tentou dizer que lutou contra a ditadura militar e o bolsonarismo, enquanto recebia vaias de parte considerável dos estudantes.

Aquilo que deveria ser um congresso para organizar a luta dos estudantes por suas reivindicações próprias, ligadas às reivindicações da maioria oprimida, iniciou como um grande palanque da política burguesa. A atual direção se mostrou uma verdadeira lacai do governo e deixou claro que fará de tudo para conduzir a entidade a apoiar Lula. É preciso dizer que essa linha política conta com apoio de outras organizações como o Levante Popular da Juventude, Juventude da Articulação de Esquerda (PT), Correnteza (UP), Juventude Pátria Livre (PCdoB), e diversas correntes do PSOL (Juntos, Afronte etc.) entre outras.

A oposição, formada por correntes estudantis minoritárias (Faisca, Rebelia etc.) segue fragmentada e com uma política que, ainda que entoe palavras de ordem de independência da entidade, não vai até a raiz da independência de classe, o que exigiria a defesa de um programa próprio da classe operária e demais explorados, incluindo a juventude, que parta da defesa das suas reivindicações mais sentidas, como o emprego para todos, salário mínimo vital e direitos, além do programa próprio para a educação, com a defesa de um sistema único de educação, gratuito, científico e controlado por quem estuda e trabalha, fim do ensino privado, com estatização sem indenização, fim do EaD etc.

A defesa das cotas foi o ponto de união entre a atual direção e a oposição centrista. Ainda que essa última esquerdize as propostas da primeira. A bandeira de “cotas para trans” tem sido levantada por um número cada vez maior de correntes, a exemplo da Juventude Faisca (MRT), que tem feito disso seu carro chefe no CONUNE. Com isso, mostram que não estão à altura de ser expressão de uma oposição revolucionária no seio do movimento estudantil, e se perdem na política pequeno-burguesa radical. Mostram que não aprenderam nada com a experiência das cotas raciais, que não modificaram a situação de barbárie que vive a maioria preta no Brasil. A pequena parcela que ascendeu à universidade pela lei de cotas é minoritária e tem servido de instrumento da manutenção do capitalismo em decomposição, ou seja, não serviu de canal de expressão da luta revolucionária na universidade. Não serviu para impulsionar a luta por uma real autonomia universitária. É de maioria preta os milhões que passam fome no país, vivem desempregados ou na informalidade, os jovens encarcerados e mortos pela polícia, os milhões que vivem sem saneamento básico etc., o que mostra que esses mais de 10 anos da lei de cotas no Brasil, não modificou a opressão racial, que é expressão da opressão de classe. Agora o centrismo aparece com a bandeira de cotas para trans, como se fosse a solução para os problemas desse grupo social oprimido e marginalizado. Aí está uma reivindicação que pode ser facilmente incorporada pela direção majoritária da UNE e pelo próprio governo, como expressou Flávio Dino em sua fala na abertura do CONUNE: “é preciso aprofundar a lei de cotas”, o que não modificaria em nada a exploração e opressão sobre os LGBTs.

Devido ao fechamento desta edição do Jornal Massas, a Corrente Proletária Estudantil faz esse balanço prévio do CONUNE, que inclui seus primeiros elementos. Certamente, na próxima edição faremos um balanço completo, incluindo as discussões e a eleição da nova direção.

LANÇAMENTO!

Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00

Teses da Corrente Proletária Estudantil para o 59º Congresso da UNE e outros textos



FOR **MASSAS**



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Julho de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

Nota do Boletim Nossa Classe

Depois de algum tempo calado, o Ministro do Trabalho, o ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, voltou a falar sobre a reforma trabalhista e a terceirização. Demagógicamente, referiu-se à terceirização como “irmã gêmea do trabalho análogo à escravidão” e criticou a reforma trabalhista por não regulamentar o trabalho por aplicativos. Como vimos, não para extirpar essas heranças terríveis deixadas pelo golpista Temer, mas para mostrar a intenção do governo em fazer algum reparo, que, segundo Marinho, são causadores de “insegurança jurídica ao país”. Nenhum aceno, nem em palavras, de que a reforma trabalhista e a lei da terceirização eliminaram conquistas históricas da classe operária e dos demais trabalhadores. Foi, no entanto, categórico em dizer que qualquer mudança deve ser por meio de acordos entre as partes. Enfatizando a política do Lula de conciliação de classes, entre capital e trabalho, por meio de um acordo entre governo, capitalistas e burocratas sindicais.

Os trabalhadores, que foram arrastados pelos discursos dos dirigentes sindicais de que com a eleição de Lula era possível revogar a reforma trabalhista, começam a ver que do governo não virá nenhuma revogação das contrarreformas. Os capitalistas, ao contrário, sentem que o governo Lula não dará nenhum passo contra as reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Sentem-se protegidos para continuar impondo a reforma trabalhista e a terceirização, contando com a “segurança jurídica” proporcionada pelas contrarreformas antioperárias.

O Boletim Nossa Classe mostrou, na época, que o governo Lula seria um governo burguês, e fez campanha em todo o período eleitoral sob a bandeira de que a classe operária deveria confiar em suas próprias forças, em seus próprios métodos de luta, em sua

organização e em seu próprio programa de reivindicações. Essa posição de classe vem sendo comprovada.

A crise econômica é profunda. As respostas da burguesia e de seus governos continuarão sendo descarregadas sobre as costas dos trabalhadores e da maioria oprimida. O governo Lula está obrigado a se submeter, cada vez mais, aos partidos oligárquicos que controlam o Congresso Nacional. O que se passou com a aprovação do Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária é a prova contundente de que sua governabilidade dependerá da política do “toma lá dá cá”. Os bilhões que foram arrancados dos cofres públicos para as chamadas emendas parlamentares e a troca de ministros para acomodar partidos da direita e ultradireita, como os Republicanos, testemunham o quanto esse governo está umbilicalmente ligado aos capitalistas.

Por outro lado, a classe operária e os explorados em geral estão desorganizados, porque suas direções estão de corpo e alma comprometidas com o governo de conciliação de classes. Enquanto o patronato fecha fábricas, terceiriza ramos chave da produção, demite e impõe a flexibilização capitalista do trabalho, os burocratas sindicais anulam o sindicatos como instrumentos de defesa da vida dos explorados.

O Boletim Nossa Classe reafirma que não podemos esperar nada desse governo. É preciso lutar pela independência política e sindical, exigir a convocação de assembleias democráticas e aprovar o programa de reivindicações, que unifica os empregados e desempregados, os trabalhadores efetivos e os terceirizados, os com carteira de trabalho e os informais. Confiar, SIM, mas nas nossas próprias forças e em nossos métodos de luta. Erguer nossa bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula.

Pernambuco - Boletim Nossa Classe - julho

14 mortos em desabamento do prédio em Paulista-PE NÃO FOI ACIDENTE. Foi mais um crime da burguesia

Mais uma vez, corpos de famílias trabalhadoras são empilhados após fortes chuvas. O desabamento do edifício em Paulista, região metropolitana de Recife, fez 14 vítimas fatais. Em abril, outro edifício desmoronou em Olinda, deixando 6 mortos. Em 2022, 132 perderam a vida em deslizamentos de encostas e enchentes em Pernambuco. O problema não é climático, é social, é de classe. A miséria, os baixos salários e o desemprego levam as famílias a morarem nas beiras de rios, encostas ou edifícios condenados. Dados oficiais reconhecem que faltam 326 mil habitações em Pernambuco. É a outra face do desemprego, informalidade e salário de fome. Ao mesmo tempo, em busca de lucro, construtoras erguem prédios sem nenhuma segurança, destinado às famílias pobres.

O Boletim Nossa Classe chama a unidade de empregados e desempregados em defesa de moradia para todos, com um plano de construção de moradias populares e de reforma e disponibilização dos milhares de imóveis fechados. Em defesa de empregos para todos por meio da divisão das horas de trabalho. Pelo salário mínimo vital, suficiente para a família trabalhadora viver e se abrigar em segurança. É preciso criar os comitês e assembleias nos locais

de trabalho e moradia para organizar a luta coletiva por empregos, salários e direitos!



Rodoviários: Responder ao corte de salários com a luta coletiva pela campanha salarial e o direito de greve!

A nota denuncia o ataque da empresa Caxangá que descontou o salário de trabalhadores em meio à campanha salarial, aplicando uma decisão do TST contra as paralisações de 2020 contra a dupla função. “O sindicato está fazendo atividades na porta das garagens, denunciando e informando sobre a resposta jurídica. É preciso que toda a categoria se coloque em movimento, por meio de assembleias em todas as garagens para construir a greve em defesa da campanha salarial e pelo direito de manifestação e greve. As reivindicações propostas pela direção e aprovadas na assembleia, ainda estão distantes das necessidades dos guarás e suas famílias,

mas mesmo os 10% e reajuste do ticket só serão conquistados com a luta coletiva. Entre as reivindicações está a negociação de R\$500 para quem faz o trabalho de motorista e cobrador, o que demonstra o abandono da luta pela volta dos cobradores, depois de se apostar todas as fichas no parlamento e judiciário”. A nota conclui com a defesa de que o sindicato convoque urgentemente as assembleias nas garagens e geral, para erguer uma campanha salarial ativa: com paralisações, greve e bloqueios de rodovias e avenidas e em defesa do direito de greve.

Viva a luta dos metroviários contra a privatização, pelos salários e direitos!

No dia 04 de Julho, os metroviários estiveram em peso na assembleia convocada em torno da pauta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023-2025 e da reivindicação de retirada da CBTU do Plano Nacional de Desestatização (PND). O sindicato chegou de mãos vazias. A empresa recusou as propostas vindas dos sindicatos. E toda a peregrinação pelos corredores do Congresso Nacional e dos Ministérios, apesar de render muitas fotos, não levou a nenhum compromisso de retirar a CBTU da mira das privatizações. Na reunião de 11 de julho a empresa também recusou as reivindicações da categoria. É preciso extrair uma lição dos acontecimentos. Só com a categoria mobilizada, unificada, é possível obter vitórias. É preciso romper com o governismo e a conciliação. O boletim demonstra que 1) O governo Lula/Alckmin dá continuidade à privatização das estatais, a partir do exemplo do Metrô de BH e do anúncio de Rui Costa sobre como pretende dar sequência a privatizações, concessões e PPPs. 2) O governo Lula/Alckmin

mantém o arrocho salarial e destruição de direitos, a partir da demonstração das medidas do governo em favor do capital financeiro. Aponta que o caminho é a greve forte e unificada. Mostrando que o “estado de greve” é só um blefe.

No dia 04, o sindicato disse que se a empresa não atendesse as reivindicações, a categoria deveria aprovar a greve a partir das 22h de 12/07. Se for um blefe, a empresa e governo vão continuar ignorando as necessidades dos trabalhadores. É preciso aprovar e construir a greve para valer. O boletim traz os relatos da precariedade do sistema de transporte que é parte do plano de privatização. E conclui: “O Boletim Nossa Classe defende a deflagração da greve pelo cumprimento do ACT, pela retirada imediata da CBTU do PND e por investimentos para garantir o pleno funcionamento e expansão da rede de metrô. Pela aprovação do comando de greve, eleito pela assembleia.”

Pernambuco

Luta dos trabalhadores do transporte em Recife Metroviários fazem greve de 24 horas contra a privatização e Rodoviários paralisam contra o corte de salário!

O dia 13 de julho, em Recife foi marcado com a paralisação dos metroviários, com fechamento das estações e paralisação em uma garagem de ônibus, mostrando disposição de luta dos trabalhadores do transporte. No ato dos rodoviários, o POR atuou com distribuição do Boletim Nossa Classe e falas em defesa do direito de greve, além da necessidade de confiarmos em nossas próprias forças – nenhuma ilusão no governo; uma campanha salarial unificada dos explorados e a luta contra a privatização.

No dia 12 de julho, o Sindicato dos Metroviários convocou assembleia presencial para responder às enrolações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que não assinou o acordo coletivo, e contra a privatização. Participaram da assembleia 3 centrais sindicais (CUT, CSP-Conlutas e CTB), além de sindicatos e movimentos populares. A direção do sindicato iniciou a assembleia dando o informe da negociação, que deveria ter sido fechada em abril deste ano. A CBTU havia se comprometido a assinar o acordo coletivo em 11 de julho, mas não cumpriu. Pelos informes, também houve tentativa de resolver pelas pressões parlamentares, incluindo conversar diretamente com o presidente Lula, mas

foram frustradas. A direção não apresentou a proposta de greve imediata, argumentou que era o momento de ouvir o que a categoria quer fazer “aguardar e chamar outra assembleia ou, já aprovar o caminho do movimento”. A CUT timidamente defendeu “total solidariedade para decisão dos metroviários, por greve por tempo indeterminado, greve de 24 horas ou operação tartaruga”, mas apontou que há um “desafio histórico de convencer a população”. A CUT ainda fez menção de que o governo Lula é mais democrático, pois reabriu negociações com os sindicatos. A CSP-Conlutas defendeu a demissão dos diretores que rasgaram o acordo coletivo. A direção do sindicato negou fala ao POR, expressamos nossa posição por meio da distribuição do Boletim Nossa Classe.

As falas dos metroviários expressaram o descontentamento e desilusão com o governo Lula, que prometeu governar para os trabalhadores e impedir a privatização, mas que iniciou o governo privatizando o metrô de Belo Horizonte/MG. A base se mostrou disposta a responder à CBTU e ao governo com greve. Diante da disposição de luta da categoria, a direção manobrou para o encaminhamento de uma única proposta, a de paralisação por 24 horas

para pressionar a empresa a apresentar a minuta do acordo, que foi aprovada. Apesar da manobra da direção para não aprovação da greve por tempo indeterminado, os metroviários deram um passo importante na luta contra os ataques do governo federal aos trabalhadores.

Além dos metroviários, os rodoviários também estão em luta, em plena campanha salarial as empresas estão aplicando corte de salário em retaliação à luta contra a dupla função e demissão de cobradores em 2020. A direção do sindicato (PSOL/Resistência) está realizando paralisações nas garagens que recebe denúncia de cortes. Apesar do corte expressar perseguição política aos que fizeram greve, que serve para coibir novas manifestações dos trabalhadores, a direção do sindicato dos rodoviários defende que é preciso verificar se o corte está sendo contra as pessoas que de fato participaram da paralisação, porque há denúncia de corte aleatório – ou seja, o PSOL se apoia na decisão da justiça burguesa e não aponta que o dever do sindicato deve ser defender o direito

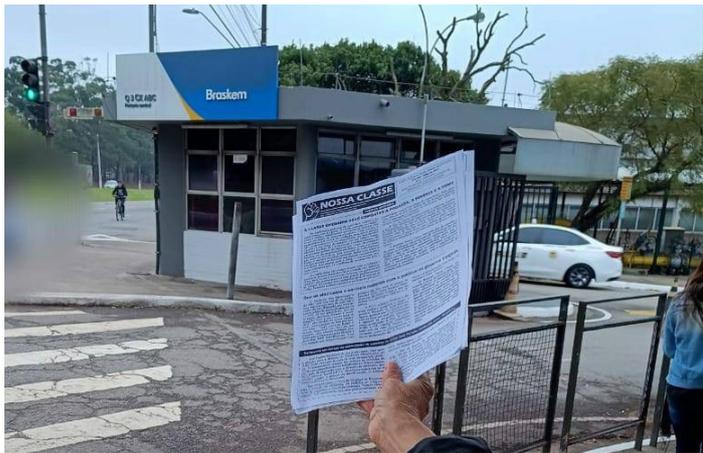
irrestrito de greve e manifestação coletiva dos trabalhadores; além disso, é preciso organizar todos rodoviários para responder conjuntamente ao ataque da patronal, com paralisação de todos os rodoviários.

Vemos assim que há disposição de luta dos trabalhadores do transporte em Recife. Cabe às direções dos sindicatos organizarem o conjunto dos trabalhadores. Que a paralisação dos metroviários sirva para impulsionar a construção da greve, que arranque o acordo salarial e fortaleça a luta contra a privatização das estações. Nenhuma ilusão no governo Lula. Que as centrais sindicais demonstrem apoio real ao movimento dos trabalhadores, com a convocação de plenárias por uma campanha salarial unificada, por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de avenida, pela revogação das contrarreformas, contra as privatizações, em defesa dos empregos, salários e direitos – só assim é possível construir o apoio da população e demais trabalhadores aos metroviários e rodoviários.

São Paulo

Conversa com os operários da Braskem

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe, na Braskem, onde ocorreu a morte de dois operários terceirizados,



vários operários se aproximaram dos militantes e disseram que para a Braskem e as empresas terceirizadas a vida dos operários pouco importa, “não passamos de números”.

Os militantes explicaram a campanha do Boletim Nossa Classe contra a terceirização e pela efetivação de todos os terceirizados. Denunciaram que as direções sindicais não organizam a luta contra esse brutal ataque contra os trabalhadores. E que é preciso exigir que os sindicatos convoquem as assembleias para organizar um único movimento contra a terceirização e a defesa da contratação direta de todos os trabalhadores. Para isso, é importante a convocação imediata de uma única assembleia geral de todas as categorias que trabalham no polo petroquímico. Os militantes disseram que é preciso, também, combater a fome e a miséria, portanto, defender o emprego, um salário mínimo vital e os direitos trabalhistas. O que significa lutar pela independência dos sindicatos diante do governo, portanto, o rompimento do apoio ao governo burguês.

São Paulo

Luta contra Arcabouço e Marco Temporal permanece estagnada

Em nova manifestação contra o Arcabouço fiscal e o Marco Temporal, a frente de partidos e sindicatos esteve na av. Paulista no dia 5 de julho. Contudo, o ato não mudou seu caráter de vanguarda, mantendo a baixa participação. Pesa sobre isso o fato de ter sido realizada uma plenária expandida para impulsionar essa manifestação.

O descolamento das manifestações contra o novo teto de gastos do governo Lula e o ataque aos indígenas das necessidades mais sentidas das massas, que amargam a fome e miséria, o desemprego e os baixos salários etc., é o principal responsável pela estagnação dessa mobilização, além da trava imposta pelas direções sindicais e populares, que estão pelo apoio incondicional do governo burguês de Lula.

Cabe às esquerdas que atuaram nesse movimento até aqui, entre elas o PSTU, PCB, MRT etc., defender um programa próprio de reivindicações da classe operária e da maioria oprimida, como forma de movimentar os explorados.

A seguir transcrevemos nossa intervenção nesse ato. **CONTINUA** →



Intervenção do POR na manifestação

Boa noite camaradas, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Estamos aqui mais uma vez contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal. No entanto, parece que está claro para quem está aqui, que temos um desafio muito grande: superar os atos de vanguarda e partir para atos de massa.

Os trabalhadores, a classe operária e os oprimidos em geral estão diante de 3 grandes desafios neste momento. O primeiro deles é bem concreto, é bem material, que são suas condições de vida, que são a fome, miséria, pobreza e o desemprego que continua batendo na porta de 8 milhões, o subemprego de mais tantos outros milhões. Uma pesquisa recente acabou de mostrar que 33 milhões de brasileiros passam fome. O segundo desafio que os trabalhadores estão enfrentando é terem sido iludidos, nas eleições, acreditando que um novo governo salvaria suas condições de vida. Nós dissemos que não, porque é um governo burguês, atrelado ao grande capital, é um governo do capital financeiro, do capital do agronegócio. Basta ver, recentemente, o pacote que o Lula fez para o agronegócio de mais de R\$ 360 bilhões. Acontece que esses R\$ 360 bilhões não é para plantar comida para alimentar o brasileiro, é para ter lucro lá fora. É para isso que foi esse pacote Safra. Então, enquanto aqui 33 milhões passam fome, o Lula dá R\$ 360 bilhões para o agronegócio. Esse é um governo que tem de ser enfrentado pelas massas. Por isso nós defendemos a formação de uma Oposição Revolucionária ao governo Lula. O terceiro grande desafio que os trabalhadores tem de enfrentar neste momento são as travas da burocracia sindical, os sindicatos pelegos, os sindicatos traiidores, que estão conciliando com a burguesia, que estão atolados até o pescoço no governismo. Que estão fazendo ato para baixar juros, para

baixar ICMS, para baixar IPI de carro, enquanto a terceirização está matando os operários do ABC. Basta ver o que acabou de acontecer na Braskem. Dois operários morreram por conta das condições de trabalho, por conta da precarização. Na mesma semana que dois operários morreram, o sindicato dos metalúrgicos do ABC fez ato em São Bernardo para baixar juros! Essa é a situação que nós temos de enfrentar.

Por isso, camaradas, para poder fazer o movimento consequente contra o Arcabouço fiscal e o Marco Temporal é preciso incorporar as bandeiras que movimentam a classe operária, que movimentam os demais trabalhadores. É preciso incorporar a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, contra as reformas. Essa é a forma consequente, que vai dar substância para esse movimento, que vai colocar os trabalhadores em luta.

Concluo camaradas, dizendo que essa frente de luta que está aqui tem a tarefa de defender um programa próprio da classe operária e demais trabalhadores. Com seus métodos próprios. Que não sirva de reboque do parlamento, das datas do Congresso Nacional. Que tenha seu calendário próprio. Que tenha seus métodos próprios de luta, de greve, de paralisação, de bloqueio. Esse é nosso método, essa é a nossa tarefa. Um programa próprio da classe operária, que passa pela defesa do emprego para todos. Aumento geral dos salários, com aumento imediato de acordo com a carestia de vida. Fim da terceirização, pela vida dos operários, que estão morrendo no ABC e outras fábricas por conta da terceirização.

Esse é o programa da classe operária e demais trabalhadores. É aí que nós vamos conseguir combater o governo Lula, o Marco Temporal e o Arcabouço Fiscal.

Abaixo publicamos o Manifesto distribuído na manifestação.

Abaixo o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal

Este segundo Ato contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal mostra a necessidade de se organizar um movimento nacional pelas reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Está colocado um chamado para que sindicatos, centrais e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta, que seja o ponto de partida para a unificação dos operários, dos camponeses, das camadas pobres da classe média e da juventude oprimida.

As direções sindicais no passado mais recente se utilizaram dessa forma de mobilização, quando estavam diante do governo Bolsonaro. Mas, o objetivo sempre foi o de potencializar a oposição eleitoral, voltada à eleição, à constituição de uma frente ampla burguesa e à eleição de Lula. As ações mais significativas se deram sob o governo Temer, motivadas pela violenta contrarreforma trabalhista. A luta nesse terreno, no entanto, foi desarmada pelas direções burocráticas, assim que ficou patente que o Congresso Nacional não iria mudar o seu voto majoritário em favor dos capitalistas.

As manifestações, como se vê, estiveram essencialmente voltadas à pressão sobre os senadores e deputados. Suas limitações logo se fizeram sentir como resultado da política de conciliação de classes, encarnada principalmente pelo PT, PCdoB e PSOL. Eis por que se negaram a realizar o Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios como meio de preparação à greve geral contra a reforma trabalhista. Igual conduta política das direções conciliadoras se repetiu sob o governo de Bolsonaro, quando da aprovação da reforma da Previdência. Agora, com a mudança de governo e da vigência da frente ampla burguesa, as centrais e movimentos estão voltados a apoiar Lula.

As novas condições políticas continuam a se voltar pesadamente contra o movimento operário, camponês e popular. A gravidade nestes seis meses de aliança do PT com partidos de direita e centro-direita está em que os sindicatos e centrais passaram de canal para a oposição burguesa a instrumento de sustentação do governismo.

Persistem ainda as ilusões dos explorados que deram a vitória a Lula, bem como persiste a aversão ao governo petista de uma parte daqueles que votaram em Bolsonaro. A tarefa de ajudar as massas a superar a polarização da disputa interburguesa está colocada.

O grande obstáculo à classe operária já não é a possibilidade de a ultradireita voltar ao poder por meio de um golpe. As travas à revolta dos explorados se encontram, agora, na aberta política de conciliação de classes, que se armou desde as eleições e que tomou a forma pró-governo com a vitória de Lula.

Este movimento embrionário de luta pela independência das organizações dos explorados exige uma ampla campanha em defesa das reivindicações mais sentidas pela maioria oprimida. O desemprego continua alto, os salários perdendo para o custo de vida, a terceirização golpeando os direitos trabalhistas, a informalidade marginalizando milhões da produção social e a miséria avançando sobre a família trabalhadora. Sem que os Atos contra o Arcabouço Fiscal e o marco temporal estejam alicerçados no programa próprio dos trabalhadores não têm como enfrentar a política de conciliação de classes das direções burocráticas e pró-capitalistas da CUT, Força Sindical, CTB etc.

CONTINUA →

O Arcabouço Fiscal é uma peça da política de governo, como é o a reforma tributária em andamento. O jogo que se faz em torno ao que entra e ao que fica de fora do Arcabouço (Fundeb, assistência social etc.) tem de ser desmascarado, para mostrar à população que, seja qual for o arcabouço, sempre atenderá aos interesses dos capitalistas. O real motivo do governo Lula ter de iniciar o seu governo aprovando um novo arcabouço fiscal, que substitui o anterior, que se regia pelo teto de gastos, é o de sustentar a gigantesca dívida pública, cujas implicações catastróficas para a economia e para a via das massas são múltiplas.

A bandeira de cancelamento e não pagamento da dívida pública, cujo montante de bilhões economizados com juros deve ir diretamente para a saúde, educação públicas, creches etc., é a que melhor expressa a luta contra o Arcabouço Fiscal de Lula, Alckmin, Tebet, Pacheco e Lira. É preciso denunciar que o governo responde à crise econômico-financeira protegendo o grande capital.

O marco temporal ataca os direitos dos povos indígenas justamente pelas mesmas razões. O governo que se veste de reformista, democrático e antifascista nega o direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas que subsistiram ao genocídio colonialista. Assim, Lula é servil aos latifundiários e ao agronegócio como foi Bolsonaro, apenas distinguindo-se em aspectos e graus.

É preciso, nesse sentido, incorporar a bandeira de Abaixo a CPI do MST. Não se trata de defender as posições da direção do MST, que mantém sua organização vinculada à política do governo burguês de plantão. Trata-se de lutar contra a sua criminalização pelo que o MST fez de melhor e mais correto, que são as ocupações de terra, cujo método da luta camponesa se choca com os latifundiários.

São Paulo

Participação do POR na organização de uma frente de Luta

Algumas organizações de esquerda, como o POR (Partido Operário Revolucionário), a ART (Aliança Revolucionária dos Trabalhadores), a TS (Transição Socialista) e outras, além de militantes independentes, estão debatendo a necessidade de uma ação comum, diante dos ataques dos governos e da direita. Não há nada consolidado, as discussões se encontram em estágio muito inicial. Ainda assim, discutiu-se um documento, intitulado “Manifesto da Frente de Luta por uma Oposição de Esquerda Revolucionária ao Governo Lula-Alckmin”. Logo no início, o texto diz: “Passados seis meses que o Governo Lula-Alckmin ascendeu ao poder, não existem mais dúvidas de que se trata de um governo capitalista, inimigo dos trabalhadores”. Mais adiante, conclui que a “formação de uma oposição revolucionária ao Governo Lula está na ordem do dia”.

O POR está participando dessas discussões, pois reconhece a necessidade das ações práticas unitárias, no campo da independência de classe, como forma de desenvolver junto às massas uma linha de enfrentamento às medidas antioperárias e antipopulares dos governos e da burguesia. O setor majoritário da esquerda reformista e centrista foi tragado pela maré petista - ou foi cooptado diretamente, ou se encontra politicamente subordinado ao governo burguês de frente ampla encabeçado por Lula. Esse fator – o governismo da maior parte da esquerda – dificulta a mobilização dos oprimidos, exigindo da vanguarda com consciência de classe a tarefa de superar o bloqueio.

O fato de ser uma iniciativa ainda incipiente, contando com poucas e pequenas organizações, não muda a necessidade objetiva da unidade de ação para defender as reivindicações dos explorados. A análise concreta da realidade permite identificar a tendência de agravamento da crise do capitalismo e, por isso, permite prever uma explosão instintiva das massas. Não há como saber quando,

Esse segundo Ato também é minoritário, mas poderá abrir caminho para a constituição de um movimento de massas de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. O Partido Operário Revolucionário e seu Boletim Nossa Classe consideram necessário que a Conlutas e as demais organizações que realizam este Ato se coloquem por um programa próprio dos explorados, pela defesa junto às demais centrais pela convocação de um Dia Nacional de Luta com paralizações e bloqueios, como ponto de partida da estruturação de um movimento unitário dos explorados, e pela constituição de uma frente de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.

É necessário concentrar nossas forças em defesa: 1) salário mínimo vital; 2) reajuste automático de acordo com a alta do custo de vida; 3) redução da jornada sem redução salarial; 4) fim da terceirização, incorporação de todos os terceirizados em seu local de trabalho; 5) revogação da reforma trabalhista; 6) estabilidade no emprego. Sobre essa base, fortalecer a luta contra o Arcabouço Fiscal, levantando as bandeiras de cancelamento e não pagamento da dívida pública; e contra o Marco Temporal, empunhando a bandeira do direito à autodeterminação dos povos indígenas.

Abaixo o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal!

Por um programa próprio dos trabalhadores!

Em defesa da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

Unir a classe operária e os demais explorados em um só movimento contra a pobreza, miséria e a fome!

nem exatamente qual a forma que assumirá. A ruptura das ilusões depende da experiência. O partido revolucionário tem de acompanhar de perto esse processo, sentir o ânimo dos trabalhadores e da juventude, verificar sua disposição de luta, analisar os passos da crise econômica e as suas manifestações políticas, enfim, formular uma linha política justa e uma tática adequada, de acordo com a urgência de esgotar as ilusões das massas e impulsionar as tendências de combate hoje adormecidas.

Ao POR interessa propagandear ao máximo a consigna de “oposição revolucionária”, formulação proposta pelo partido e aceita pelos companheiros da Frente de Luta. Os poristas possuem uma larga experiência com a tática frentista, em particular com a linha de constituir as “frente de esquerda”. O conteúdo das consignas é dado pela experiência, e as frentes “de esquerda” (como a FIT argentina, ou a frente que juntou, em nosso país, o PSTU, o PSOL e o PCB, com a candidatura de Heloísa Helena) foram meramente eleitoreiras. É preciso rejeitar esse desvio e apontar os métodos da luta de classes, os métodos históricos da classe operária. Os governistas e seus satélites já estão fazendo tudo ao seu alcance para alimentar as ilusões das massas nas instituições do Estado burguês; a “Frente de Luta”, se quiser se diferenciar realmente, no conteúdo de classe da política, deve se colocar pela construção de uma oposição revolucionária.

O POR seguirá acompanhando a experiência com essas organizações, mantendo a sua independência política e organizativa, e preservando a liberdade de crítica. Agora, cabe à “Frente de Luta” transformar a política que vem discutindo em ação, materializando a linha contida no Manifesto através de campanhas conjuntas. O texto diz que a centralidade da Frente deve ser o “apoio, o impulsionamento e a participação real nas lutas dos trabalhadores, por meio de greves, ocupações, piquetes, paralisações, bloqueios

de estradas, autodefesa, apoio incondicional às formas de luta que passam pela organização de base em comitês de fábrica, em ocupações estudantis, autodemarcação de terras originárias, etc.". Considerando a quantidade e a gravidade dos ataques que vêm

sendo desferidos pelos capitalistas, não vão faltar pontos para as campanhas, a exemplo dos ataques aos indígenas (Marco Temporal) e ao movimento camponês (CPI do MST), a luta do movimento estudantil (revogação do Novo Ensino Médio) etc.

Manifesto da Corrente Proletária na Educação - **Aos servidores públicos federais É hora de organizar a luta pela reposição integral e imediata das perdas salariais! Nada de parcelamento!**

Que as direções que compõem o FONASEFE rompam a conciliação com o governo e preparem a luta unificada do funcionalismo federal pela reposição salarial!

O funcionalismo federal amarga uma profunda precarização nas suas condições de vida. As perdas salariais, desde 2010, já somam 53,05%. O reajuste "emergencial" de 9%, e o aumento de R\$ 200 no auxílio alimentação, não repuseram sequer o poder de compra do período anterior à pandemia.

No ano passado (2022), o FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), composto pelas direções do ANDES, FASUBRA, SINASEFE, FENASPS e outras, chegou a marcar uma greve unificada, pela reivindicação dos 19,9% (perdas no governo Bolsonaro). Marcou até data de início da greve unificada para o dia 23 de março, no entanto para o ANDES, FASUBRA e SINASEFE, a menção à greve não passou de blefe. Em cima da hora, recuaram, deixando isolada a greve dos servidores do INSS (FENASPS), assim como alguns poucos sindicatos da base da FASUBRA e algumas seções do SINASEFE, que, à revelia do imobilismo de suas direções, também se somaram ao método da greve.

A greve no INSS, enfrentando praticamente sozinha o governo Bolsonaro, mesmo não sendo capaz de conquistar os 19,9%, serviu para mostrar que diante de um governo ultradireitista, militarista e autoritário, a atitude não era a de se acovardar, mas de enfrentá-lo com a mobilização. A greve serviu também para denunciar a situação de calamidade no INSS, assim como a precarização das condições de trabalho dos servidores ocasionada pelo programa de gestão, o teletrabalho e a redução do quadro.

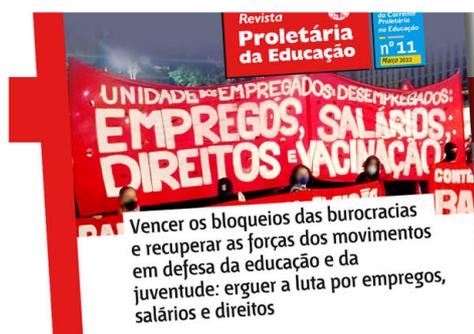
O blefe e imobilismo das direções do ANDES, FASUBRA e SINASEFE foi a outra face da tática de desgaste eleitoral de Bolsonaro e canalização dos recursos políticos e financeiros das entidades sindicais para a campanha em torno de Lula e Alckmin. A posse do governo burguês de frente ampla foi saudada e comemorada e o recado para as bases foi de que agora, com o governo Lula, será possível lutar, pois temos um governo que se reúne conosco. O FONASEFE, que permaneceu passivo durante os quatro anos do governo Bolsonaro, se abrigando nas redes sociais, diz que agora seria a "hora de correr atrás do prejuízo". Após ter conciliado com o atual governo o paliativo dos 9% "emergenciais", agora, em sua última reunião de 30 de junho, o FONASEFE propõe que as perdas salariais acumuladas de 53,05% (para as categorias que fecharam acordo com apenas dois reajustes em 2015) e 39,82% (para as categorias que fecharam acordo com quatro reajustes em 2015) sejam parceladas em três anos (2024, 2025 e 2026).

Ao invés de organizar a luta para pôr abaixo o Arcabouço Fiscal e o pagamento da dívida pública, o FONASEFE acaba de elaborar uma proposta de reposição salarial que é claramente uma adaptação a essa medida de austeridade do governo Lula, que servirá para dar "previsibilidade" aos credores da dívida pública por meio do congelamento de salários e corte de gastos nos serviços públicos. Além disso, a proposta de parcelar as perdas salariais até 2026 será um bloqueio para qualquer luta do funcionalismo federal ao longo do mandato de Lula e Alckmin, independente do índice concedido ou da inflação acumulada.

Essa proposta rebaixada do FONASEFE conflui com o método de apostas nas negociações de cúpula, com "atos" por delegação nos aeroportos, Congresso Nacional e ministérios, sem mobilização das bases em torno da construção da greve unificada. Trata-se da continuidade da política imobilista do FONASEFE, agora com nova roupagem sob o governo de frente ampla burguesa do PT.

É preciso que o FONASEFE rompa com o imobilismo e a conciliação com o governo. A reivindicação deve ser a da reposição integral e imediata das perdas salariais! Nada de parcelamento! Que as direções que compõem o FONASEFE organizem, desde já, a campanha salarial unificada, com os métodos próprios de luta dos trabalhadores. A começar pelas assembleias e plenárias de base das entidades, aprovando um plano de luta que inclua:

Reposição integral e imediata das perdas salariais desde 2010 (nada de parcelamento!); Que nenhum trabalhador, inclusive os do funcionalismo público, ganhe menos do que um salário mínimo vital (o DIEESE calcula o mínimo necessário em R\$ 6.652,09); Por reajustes mensais automáticos de acordo com a inflação (escala móvel de salários); Abaixo o Arcabouço Fiscal! Não ao pagamento da dívida pública! Pela imediata revogação das reformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio e lei da terceirização; Abaixo o Plano Nacional de Desestatizações, pela reestatização das empresas públicas privatizadas! Convocação de um primeiro dia nacional de greve do funcionalismo federal, com plenárias unificadas e manifestações nos estados! Exigir das centrais sindicais que convoquem um dia nacional de lutas com bloqueios, greves e paralisações em torno de um programa próprio de reivindicações.



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Rondônia

Professores da UNIR continuam com seus direitos suspensos

Há 4 anos, quando iniciou a interrupção das progressões funcionais, a diretoria da Adunir estava nas mãos do professor direitista, Leonardo Severo, apoiador do governo Bolsonaro. Foram aproximadamente três anos em que a diretoria da entidade permaneceu em silêncio e no imobilismo diante dos ataques deste governo sobre as universidades públicas, que cortou verbas orçamentárias, congelou os salários, atacou os direitos trabalhistas em geral, impulsionou as reformas que resultaram em redução salarial, suspensão de contratos, demissão e eliminação de direitos previdenciários. Sem dizer, das situação dramática da maioria da população, que teve de enfrentar os impactos da pandemia.

A Corrente Proletária na Educação-POR e demais professores classistas da universidade realizaram manifestações e denúncias, mas não suficientes para expulsar a direção bolsonarista da entidade. Contamos com dois infortúnios, o da pandemia com isolamento social e, o outro, a força dos direitistas bolsonaristas.

O professores da Universidade Federal de Rondônia estiveram na vanguarda da reconquista do sindicato, desde o ano de 2019 apoiados pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior – Andes. Assim, foi organizada uma chapa para as eleições da Adunir, em torno a um Slogan “Pro Andes”. Antes das eleições, pela via da judicialização, a chapa conquistou a diretoria interina. No mesmo ano, em dezembro de 2022 aconteceu a eleição com a chapa composta por professores deste polo combativo, e se efetivaram na diretoria.

O que precisamos verificar, agora, é que essa direção não tem se diferenciado da direção anterior. Permanece o imobilismo do

sindicato e o silêncio diante dos ataques à universidade pública. Convoca as assembleias, mas são híbridas. Há um apego à política das decisões virtuais, relegando a luta por convocar assembleias presenciais. Nas assembleias híbridas, a presença de professores se restringe aos de Porto Velho. Usa o mesmo argumento da burocracia sindical de que as entidades possuem dificuldades financeiras, o que impede custear o deslocamento e estadias de professores do interior. São costumeiras embromações de atos públicos, no momento de aulas inaugurais, infundáveis reuniões de gabinetes que vão desde as locais com a administração superior da reitoria, ou mesmo com representantes da AGU em Brasília, ações na justiça, que nos põe atomizados e sem pressionar a burocracia da universidade e o governo Lula por meio de ações diretas em manifestações de rua, greves e ocupações. Observa-se que, geralmente, as propostas de ação direta são subestimadas e colocadas no esquecimento.

A Corrente Proletária que apoiou a luta para arrancar o direitista da entidade vem questionando a conduta dessa direção eleita. Defende o fim das assembleias híbridas e das reuniões virtuais, porque não servem para a organizar a luta direta pelas reivindicações dos trabalhadores da universidade, que inclui professores, funcionários e estudantes, pelos métodos próprios, que são as greves, manifestações de rua, bloqueios etc. Tem lutado para que a entidade sindical da UNIR seja classista e independente dos governos burgueses. E feito uma campanha em defesa de um sistema único de ensino, laico, científico e vinculado à produção social.

Paraná

Contra a capitulação dos sindicatos, retomada da luta pela reposição salarial e revogação da LGU

No jornal Massas 691, mostramos o fim da greve das sete universidades estaduais do Paraná. Explicamos também que o fim do movimento se deveu “... à manobra das direções dos sindicatos que resolveram mudar burocraticamente a pauta, abandonando a luta pela reposição das perdas e aderindo à pretensão de conseguir qualquer migalha na forma de uma hipotética alteração do plano de cargos e salários, proposta pelos reitores em conluio com o governo para sabotar a luta pela reposição e bloquear a greve”.

Após o encerramento da greve nas três últimas universidades UEL, UENP e UNESPAR, o Comando Sindical Docente – integrado pelas diretorias das seis seções sindicais do ANDES – e alguns sindicatos em separado prosseguiram a campanha de embustes e falsificações para justificar o injustificável.

Já no dia 16 de junho – um dia após o encerramento da greve nas três últimas universidades – o CSD divulgou um boletim com a seguinte manchete: “Greve suspensa. Que o governo cumpra aquilo que se comprometeu!”, em que, para explicar o tal “compromisso”, e para dar credibilidade ao embuste – pois nunca o governo prometeu nada aos sindicatos – inventam uma suposta “... garantia (...) apresentada aos reitores, através Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior (APIESP), ao secretário da SETI, Aldo Bona, ao líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Hussein Bakri (PSD) e a outros deputados da base governista”. No mesmo texto, reconhecem, no entanto, que “A suspensão significa um movimento tático da categoria para que o governo Ratinho não possa mais encontrar subterfúgios e descul-

pas para se eximir de sua responsabilidade de garantir a reposição salarial”.

Trata-se, como se vê, de uma série de embustes encadeados uns aos outros e, sem falar do estelionato que foi a substituição da reivindicação da reposição salarial de 42% pelo incerto e indefinido PCCS perpetrado pela burocracia sindical para liquidar a greve, aqui se junta a invenção de uma suposta promessa do governo em torno ao PCCS, promessa que jamais foi feita aos sindicatos, com uma “prova” dessa promessa que seria a “garantia” resultante do que teriam falado os reitores, o secretário de Ciência e Tecnologia e o líder do governo. Ou seja, não só não foi ninguém do governo (pois a opinião do secretário de ciência e tecnologia nunca teve qualquer importância na estrutura do governo do Paraná, isso desde Jaime Lerner) que se “comprometeu”, como eles estão repentinamente conferindo seriedade e credibilidade nada menos que ao conjunto de reitores, que não passam de sabujos do governo; ao secretário de ciência e tecnologia, o maior inimigo das universidades paranaenses e arquiteto da LGU e ao líder do governo, raposa a serviço de Ratinho Jr. para tudo quanto é serviço sujo.

Mas, como o encadeamento de embustes exige uma conclusão, ou seja, que se explique a que serve toda essa invenção, eles concluem confessando que é para que o governador não tenha mais nenhum “subterfúgio e desculpa”, quer dizer, confessam alegremente que liquidaram a greve para agradar o Ratinho Jr. que havia afirmado que não conversava com grevistas. Confessam que cederam à chantagem sem ter nenhuma garantia de nada e agora

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



esperam que o Ratinho Jr. se comporte como um cavaleiro e cumpra algo que não lhes prometeu.

Como se chegou ao PCCS

As seções sindicais do ANDES, que representam os professores das estaduais paranaenses, há tempo têm a sua atuação muito influenciada pelo Fórum das Entidades Sindicais-FES e pelo principal sindicato que é a APP, representante dos professores e funcionários da rede estadual. O fato da APP ser o maior sindicato do Estado, lhe permite hegemonizar o FES e imprimir o direcionamento que interessa à política do PT (partido que comanda esse sindicato há décadas). Ou seja, como partido da ordem burguesa, no movimento sindical do estado, a sua influência expressa a colaboração de classes e, conseqüentemente, se opõe a todas as possibilidades das bases do funcionalismo enfrentarem o governo e de trilhar o caminho da luta de classes.

As seções sindicais das estaduais paranaenses, nunca conseguiram se impor no FES para exigir balanços sérios e sinceros das sucessivas campanhas salariais fracassadas em virtude da defecção da APP e da sua tendência a fechar acordos em separado com o governo. Apesar dos docentes do ensino superior constituírem o setor que mais greves protagonizou nas últimas três décadas.

O que predominou nos últimos anos foi a utilização da postura imobilista da APP para justificar o imobilismo nas universidades, camuflado pelo discurso da “unidade” necessária para enfrentar o governo. Mas, este subterfúgio se esgotou em face da monumental perda salarial acumulada e do agravamento das condições de trabalho impostas pelos sucessivos ataques do governo às universidades. É o que impulsionou a greve em todas as universidades paranaenses em junho. Agora, no entanto, outro recurso antio-perário vigente no FES foi adotado pela burocracia sindical das seções sindicais do ANDES: o subterfúgio do PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Em determinadas greves, o governo já havia conseguido encerrar alguns conflitos isolados alterando os salários de setores específicos. Mas isso é diferente da deliberada política de alguns

sindicatos do funcionalismo tentando resolver perdas salariais mediante alteração do exclusivo plano de cargos e salários, por exemplo na Polícia Civil e na Saúde, excluindo qualquer movimento conjunto do funcionalismo. Para o governo, essa forma de atender as reivindicações salariais – quando forçado a fazer – é uma excelente forma de dividir o funcionalismo, evitando aplicar a revisão geral de vencimentos a cada ano.

A degeneração atual da burocracia sindical dos docentes se manifesta precisamente na decisão de enterrar um genuíno e amplo movimento (todas as universidades em greve) pela reposição das perdas acumuladas pelo conjunto do funcionalismo e com potencial de unificação durante o prolongamento da greve, por uma incerta revisão do plano de cargos e salários que, no melhor dos cenários ficaria muito aquém dos 42%, mas, a migalha que hipoteticamente poderia se conseguir – se o governo quiser – seria apresentada como uma vitória, ou seja, operam com a lógica daquilo que no passado se conhecia como sindicalismo de resultados. Por isso, a burocracia sindical sempre deixou uma janela entreaberta para a proposta de alteração do PCCS que os reitores formularam em vésperas da greve, embora a denunciassessem como manobra anti-greve.

Agora, depois de um mês de abortarem a greve nas sete universidades, e diante do silêncio do governo quanto à tramitação do famoso PCCS “salvador”, do naufrágio de sua tramitação nos escaninhos perdidos da burocracia de Curitiba, a bravata de que a greve não foi encerrada, mas apenas “suspensa”, mostra a sua verdadeira fase: um embuste! Se a burocracia não convoca as assembleias para retomar o movimento, cabe às bases continuarem a luta pela realização da assembleia, fazer um balanço da tração perpetrada pelas diretorias dos sindicatos e retomarem a luta no ponto que parou, quer dizer, retomar a luta pela reposição integral dos 42%. Mas é preciso também desta vez incorporar à pauta da greve a luta pela revogação da LGU, a defesa da autonomia universitária e do ensino público e gratuito. Nessa direção, é imprescindível incorporar os estudantes à luta, pois a defesa da universidade pública é uma bandeira política de professores, funcionários e estudantes.

Rio Grande do Sul

UFRGS: o Conselho de Entidades de Base (CEB) não contou com a presença dos diretórios acadêmicos e estudantes, foi subordinado à burocracia universitária e manteve a linha corporativista e governista

A “plenária” esvaziada realizada pelo DCE no dia 20 de junho tinha decidido por convocar o CEB com promessas da direção de mobilizar os diretórios acadêmicos e estudantes, para organizar a luta contra os desligamentos dos cotistas na UFRGS, em particular a Assembleia Geral que se realizará somente após o CONUNE. No dia 4 de julho, se realizou o CEB, sem a participação da maioria dos DAs, dos estudantes e com a presença do CONSUN (Conselho Universitário).

A Corrente Proletária Estudantil participou da reunião do CEB e colocou a necessidade de não isolar os cotistas, mas de buscar a raiz desse ataque à minoria empobrecida da Universidade e vincular a luta destes à luta contra a privatização crescente do ensino público, que ocorre através da terceirização de amplos setores, da penetração de multinacionais que condicionam a pesquisa e extensão, do avanço do ensino a distância, das medidas governamentais que limitam o orçamento da Universidade que estão por trás dos cortes de auxílios e bolsas, da deterioração da infraestrutura e dos desligamentos dos cotistas.

Prontamente, os governistas se uniram para defender que não deveríamos entrar em questões que não dissessem respeito aos co-

tistas desligados e que esse problema deveria estar vinculado à exigência de deposição do atual reitor. Assim, a Assembleia Geral deveria se limitar a discutir os desligamentos de cotistas e preparar o terreno para substituição da reitoria interventora.

Apesar das objeções dos militantes da Corrente Proletária Estudantil/POR, dos militantes da Faísca/MRT e Rebeldia/PSTU, os governistas emblocados, PSOL, PCdoB, PT, PCB, UP, impuseram essa linha política, que pretende isolar a pauta dos cotistas e subordinar aos seus interesses relacionados às eleições para reitoria. E assim o fizeram ignorando as propostas e encaminhamentos das correntes de oposição, considerando como uma posição unânime do CEB. O PCB, na direção do DCE, garante o aparelhamento do movimento estudantil pelas forças do governo, o subordina aos desmandos do CONSUN e trabalha para manter tudo dentro da institucionalidade, evitando a todo custo organizar desde as bases o movimento e fazendo o possível para que não haja unidade nas pautas do movimento estudantil.

A Corrente Proletária Estudantil não se subordinou à linha política aprovada pelo falso CEB, e começa desde já a denunciar a burocracia estudantil através do seu boletim universitário. Defen-

de que o movimento estudantil só poderá responder à perseguição aos cotistas se os organismos de luta dos estudantes, DCE e DAS tiverem independência política e organizativa frente ao governo, à reitoria e ao CONSUN. Que a luta pelo acesso e permanência no ensino superior é inseparável da luta por um sistema único de

ensino, gratuito e vinculado à produção social e que estas reivindicações, por sua vez, estão ligadas à luta pela verdadeira autonomia universitária, que só pode se realizar colocando fim ao reiterado e instalando um governo tripartite.

São Paulo

Denúncia: Em retaliação à Corrente Proletária, PSOL boicota a participação de servidor-estudante no CONUNE

Em mais uma demonstração de uma ação burocrática, típica daqueles que acham que se tornaram os donos do sindicato, integrantes do Coletivo Travessia (Resistência-PSOL) que atuam na Direção do SinTUFABC tentaram boicotar a participação de um servidor-estudante no 59º Congresso da UNE, evento estudantil que ocorre entre os dias 12 e 16 de julho em Brasília. Ao servidor e estudante, que foi eleito pelos trabalhadores da UFABC como delegado à Plenária Nacional da FASUBRA e que teria sua passagem comprada pelo sindicato para participar desta atividade realizada nos dias 15 e 16 de julho em Brasília, foi negada a compra da passagem para o dia 12 em substituição ao dia 14, o que deixaria a passagem mais barata. O argumento foi o de que se tratava de um evento pessoal, alegação absurda que não tem nenhuma relação com a realidade da intervenção da Corrente Proletária no Congresso estudantil. A decisão de comprar uma passagem mais cara, na

sexta-feira (14), evidenciou, além da falta de compromisso com as finanças do sindicato, que se tratava de mais uma retaliação política à Corrente Proletária.

É bom lembrar a denúncia que fizemos no Boletim da CPE-UFABC: na Plenária Nacional da FASUBRA de março, ainda durante a Coordenação anterior do SinTUFABC, o Coordenador Geral ligado ao Travessia boicotou a delegação da Corrente Proletária, recusando-se a organizar a ida do delegado oponente, tarefa que deveria cumprir enquanto membro da direção do sindicato. O que fez com que o próprio delegado da Corrente Proletária tivesse de comprar as passagens e organizar a hospedagem, para depois solicitar o reembolso.

Essa denúncia visa a combater todos os traços burocráticos das direções que controlam os sindicatos. E defender um sindicato verdadeiramente de luta, e não um organismo corporativista.

São Paulo

Ato do DCE e SinTUFABC na ProAP

No dia 7 de julho, ocorreu o Ato convocado pelo DCE-UFABC e SinTUFABC na ProAP – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Universidade Federal do ABC. Além de ter proposto a participação do SinTUFABC, a Corrente Proletária interveio no ato com o boletim “Em defesa da permanência estudantil e das condições de trabalho!”.

Neste Boletim, afirma que “Os auxílios socioeconômicos são essenciais à permanência da juventude oprimida na educação superior. Em função da insuficiência da verba disponibilizada pelo Estado, os estudantes, infelizmente, são obrigados a passar por um processo de classificação de miséria, no qual se analisa uma série de documentos de comprovação de renda da família do estudante. Assim, os auxílios são concedidos de acordo com a classificação do nível de miséria familiar. Não bastasse isso, os estudantes precisam cumprir uma série de requisitos para não ter os auxílios cancelados. Apesar das promessas de Lula em sua visita à UFABC no mês passado, permanecemos sem qualquer perspectiva de construção da Residência Estudantil na universidade. O que prejudica principalmente os estudantes e famílias pobres, que arcam com o alto preço do aluguel ao redor dos campi”. Junto a isso, o Boletim mostra o descaso com os estudantes é produto do descaso geral com os trabalhadores, que sofrem com sobrecarga de trabalho e adoecimento, e “que praticamente todas as Equipes da ProAP, incluindo a Equipe de Bolsas Socioeconômicas, sequer existem formalmente na Estrutura Organizacional da UFABC” demonstrando que “a assistência estudantil não é, nem de longe,

uma prioridade”, o que se choca com a máscara de inclusão social promovida pela burocracia universitária.

O Boletim afirma, ainda, que “a situação é preocupante e não se limita à ProAP e à UFABC. Está claro que uma solução duradoura depende de uma forte mobilização” e defende que “a delegação do DCE-UFABC e do SinTUFABC proponha nas duas instâncias nacionais (CONUNE e PN da FASUBRA) a construção de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios”. E conclui com as seguintes bandeiras: “Pelo pagamento das bolsas socioeconômicas a todos os estudantes que precisam! Chega de classificação da miséria! Pela construção da Residência Estudantil da UFABC! Em defesa do emprego a toda a juventude! Chega de sobrecarga! Pelo financiamento integral da universidade de acordo com o cálculo das assembleias universitárias e a contratação de todos os servidores necessários ao seu pleno funcionamento! Pela reposição integral e imediata das perdas salariais dos servidores!”.

Apesar de pequeno, o ato foi importante para denunciar a burocracia. Destacou-se a crítica à quantidade de documentos obrigatórios e a ausência do aproveitamento de informações socioeconômicas já fornecidas para o Estado. Diversos estudantes denunciaram a exigência da entrega de documentos de toda a família, o que constrange ou mesmo impossibilita que alguns estudantes consigam os auxílios, devido à relação familiar conturbada, etc. Também se reivindicou mais contratações e funcionários à ProAP. O ato deliberou pela construção de uma carta de reivindicações e formou uma comissão para elaborá-la.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Ceará

APEOC realiza ato nas férias para não incomodar o governo Elmano/PT

No dia 12 de julho, em frente ao Palácio da Abolição, ocorreu o ato dos professores estaduais convocado pelo sindicato Apeoc. A categoria reivindica: a) convocação dos 640 professores do cadastro de reserva, do último concurso (2018); b) fim da taxa dos aposentados; c) ampliação da carga horária definitiva aos professores efetivos; d) pagamento da progressão horizontal de 2021 a 2022; e) resqúio do pagamento da progressão de 2019 que o governo não pagou em sua integralidade; f) eleição para diretores de escolas e g) a valorização dos servidores do corpo técnico da SEDUC.

Como esperado, o ato foi esvaziado. Ao realizar um ato em pleno mês de férias fica patente a colaboração de classes do sindicato com o governo Elmano/PT. A direção do sindicato, ligada ao PCdoB, PT e PSOL, não deseja um enfrentamento ao governo, nem desgastar politicamente a imagem de Elmano diante dos professores. As duas únicas manifestações realizadas este ano ocorreram apenas em razão da orientação nacional da CNTE e

foram marcadas para a Assembleia Legislativa exatamente para poupar o governo.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende a convocação imediata de assembleias presenciais da categoria no interior e na capital, para organizar a luta do magistério contra os ataques dos governos Elmano e Lula (ameaça de extinguir eleições para diretores, manutenção do desconto previdenciário sobre aposentados, Arcabouço Fiscal, terceirizações, reforma do ensino médio etc.).

É preciso defender que o sindicato Apeoc e as centrais sindicais rompam com os governos e preparem um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e direitos e pela revogação das contrarreformas previdenciária, trabalhista, lei da terceirização etc. Os trabalhadores da educação devem levantar a bandeira de “Oposição Revolucionária ao governo de frente ampla de Lula/Alckmin” e propagandear a estratégia própria de poder, um governo operário-camponês.

São Paulo

Prefeito Ricardo Nunes/MDB e vereadores mantiveram os míseros 5% de reajuste para o funcionalismo, e a continuidade do confisco de 14% sobre todos e a maioria dos aposentados

Dia 21/06, na Câmara de Vereadores, deu-se a segunda e última votação das migalhas oferecidas pelo governo burguês de Ricardo Nunes/MDB. A primeira votação ocorreu uma semana antes e referendou a proposta miserável do governo, de 5% de reajuste salarial a todo funcionalismo. Para a educação, nível básico, liberou umas migalhas a mais, a título de gratificação. Os ATEs (Auxiliares Técnicos) receberão um adiantamento de 30,5% sobre o seu piso salarial, chegando o novo valor a R\$ 2.780,61. Já o Agente Escolar receberá um adiantamento de 7,8%, chegando o novo piso a R\$ 2.025,13. É um absurdo condenar esses educadores do Quadro de Apoio a viverem com menos de 2 salários mínimos. O magistério, por sua vez, continuará recebendo um complemento de piso na forma de gratificação, para atingir o piso nacional, que é de R\$ 4.420,55 para uma jornada de 40h semanais. Valor também que está abaixo do salário mínimo necessário para uma família viver – segundo o DIEESE, este valor está em R\$ 6.578,41 (referente a junho).

É importante lembrar que o funcionalismo realizou 5 assembleias, a última no dia 10/6, e rejeitou todas as propostas apresentadas pelo prefeito, especialmente a que se referia à substituição do regime salarial pelo de subsídio. O descontentamento da categoria era visível com a situação e as esmolas oferecidas. A burocracia do Fórum de Entidades - que congrega o SINPEEM, os outros sindicatos da Educação (APROFEM, SEDIN, SINDSEP e SINESP), e as entidades dos outros setores do funcionalismo municipal - teve de dirigir as assembleias com mãos de ferro. Impediu as oposições de falarem, para garantir a aprovação dos míseros 5% de reajuste linear (vale lembrar que o governo vinha aplicando, há muitos anos, o índice execrável de 0,01%). Concluiu essa etapa desviando os protestos para Câmara de Vereadores, dizendo que poderia “conquistar o fim do confisco de 14% sobre os aposentados”. Essa tática do desmonte da campanha salarial não é nova. A burocracia do SINPEEM, em particular, teve de mostrar a sua cara, chamar um movimento controlado, só para conseguir mais votos na campanha eleitoral.

Ocorre que, sem luta, a categoria ficou refém das negociações en-

tre o prefeito e os vereadores direitistas. A primeira votação do PL se deu em cima dos termos aceitos pela assembleia. Teve o apoio de todos os vereadores. O PT, como sempre, preparou demagogicamente uma emenda aditiva de incorporação parcelada em 4 vezes dos 30%. Porém, não foi apreciada, pois o governo habilmente colocou em segunda votação um PL substitutivo ao primeiro, com um diferencial: isenção do confisco de 14% sobre uma ínfima parcela de aposentados. Todos os vereadores votaram a favor dessa proposta insignificante, que favorece somente o governo. O golpe logo foi percebido pelos aposentados, principalmente pelos não enquadrados no rol de 15 doenças incapacitantes listadas pelo Ministério da Saúde.

Conclusão: o governo devolveu 5% de reajuste, mas continua confiscando 14%. Como se vê a burguesia e seus governos pouco se importam com a vida dos trabalhadores. Diante da crise econômica, confiscam até os aposentados miseráveis e adoentados. Ricardo Nunes certamente continuará pagando os altos salários para si e seus secretários, e fazendo campanha mentirosa nos meios de comunicação.

O POR denunciou, no dia 10/6, a imposição autoritária da assembleia anterior, quando foi impedido de falar. Naquele momento (23/5), havia disposição do funcionalismo para a greve. Porém, a burocracia impediu a defesa da greve e aprovou a “não rejeição” (eufemismo para “aceitação”) do índice. Diante da aceitação desse item da pauta, a maioria dos trabalhadores mal viu sentido na assembleia do dia 10/6. Daí a importância da denúncia realizada pelo POR em cima do carro de som. Se não fosse essa colocação do POR no microfone, a manobra burocrática das direções passaria incólume, assim como a sua tática, de aceitar um acordo rebaixado e jogar a “luta” para o Parlamento.

A experiência tem mostrado que os oprimidos só podem confiar em suas próprias forças para desenvolver a luta anticapitalista e conquistar suas reivindicações. E que essa luta, para ser forte, depende da construção de uma fração revolucionária. Essa é a tarefa de todos os movimentos: varrer com as direções burocráticas e traídas.

Entrevista

MARCO TEMPORAL: FUTURO DAS TERRAS INDÍGENAS?

Debate na TV A Comuna, 15 de junho.

Assista na íntegra em: <https://www.youtube.com/live/8tWaqyyqX-4>

Transcrevemos apenas a fala inicial da camarada do POR. Por motivo de espaço e de clareza da exposição editamos a transcrição. Os subtítulos fazem parte da edição.

Responsabilidade do PT

Este tema do Marco Temporal está assumindo uma grande importância, pelas movimentações agora com a aprovação da Câmara. Mas é importante compreendermos o percurso de como se chegou a esse projeto de lei, entender que o debate precisa ir muito além da demarcação ou Marco Temporal, como será possível que os povos indígenas recuperem suas terras, como é possível defender a vida desses povos indígenas, e como que essa questão se integra dentro do programa da Revolução Proletária no Brasil.

É por esse caminho que debateremos, expressando a posição que construímos dentro do Partido Operário Revolucionário.

Esse projeto que foi aprovado na Câmara, com o número de PL 490, veio desse projeto de lei apresentado em 2007, na verdade, é uma obra de muitas mãos e muitas frações da classe dominante.

Ele tem a mão do Judiciário, dos setores ruralistas, dos mais diversos partidos, inclusive, do PT, porque, quando surgiu o PL 490 em 2007, era curto, tinha só o objetivo de transferir a demarcação das terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, para, com isso, dificultar ainda mais essa transferência, mas tinha esse único objetivo.

E, desde então, foram treze projetos pensados nesse primeiro projeto e, por último, recebeu um texto substitutivo do Arthur Maia, do União Brasil da Bahia. Esse projeto de lei tem como elemento fundamental o posicionamento do Judiciário em relação à demarcação do Território Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009. Porque foi nesse momento, mesmo que seja para garantir o reconhecimento desse território, que apareceu a tese do Marco Temporal, de que esse território seria reconhecido, porque, na data da aprovação da Constituição de 1988, aquela terra era ocupada pelos indígenas, então isso era um dos critérios.

Em 2009, um deputado do DEM da Bahia, fez um novo projeto, que foi pensado ao projeto 490, adicionando os condicionantes dessa decisão do STF para a legislação a respeito da demarcação de terras indígenas, ele colocava os condicionantes, mas ainda não colocava o Marco temporal. Quem faz um projeto de lei, para adicionar essa tese do Marco temporal, agora no Legislativo, lembrando que aquela decisão do STF não era uma decisão que tinha validade geral para todas as terras indígenas, mas quem coloca isso como projeto de lei é um deputado do PT da Bahia, Geraldo Simões. O parlamentar petista faz um projeto de número 6.818, de 2013, em que fala claramente que aquele entendimento do STF (e ele coloca essa ideia do Marco Temporal de 05 de outubro de 1988) tinha de ser uma condição. O deputado do PT fez várias proposições contra os direitos indígenas, inclusive travou vários embates com o povo Tupinambá, no Sul da Bahia. Ele se apresenta como defensor dos pequenos agricultores, porque nesses processos da demarcação das Terras Indígenas, vez ou outra, causa conflitos, de fato, com pequenos agricultores, como na "Reforma Agrária"

que o Brizola fez no Rio Grande do Sul, num território indígena, depois os indígenas o retomaram, e assim abriu conflitos.

E, por fim, é o deputado Arthur Oliveira do DEM da Bahia, agora União Brasil, que fez uma relatoria de todos esses pensados e apresentou, em 2021, um substitutivo que é bem mais próximo deste que foi aprovado. Então, dá para ver que é uma obra de muitas mãos, que corresponde aos interesses, prioritariamente, dos ruralistas, das mineradoras, daqueles que estão de olho nos territórios indígenas e que têm todo interesse em impedir as demarcações, inclusive reverter aquelas que já foram feitas.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados

A votação, agora na Câmara, foi acelerada. Se colocou um regime de urgência, no dia 24 de maio, que foi aprovado, para se antecipar em relação a mais uma sessão que teria do STF, do julgamento daquele caso de Santa Catarina, do Povo Xokleng, uma ação que vem desde 2013, que já teve várias suspensões nas votações e que tem uma importância enorme. Porque, essa votação do STF terá validade geral para as terras futuramente demarcadas e para as terras que já foram demarcadas, inclusive. E a Câmara, no meio das disputas, da crise política, dos interesses econômicos, aprovou o regime de urgência na tramitação, no dia 24, o governo do PT liberou a base para votar, e houve grande participação da base do governo nisso e no dia 30 de maio foi aprovado na Câmara dos Deputados. E não só com o Marco Temporal, dentro desses pensados, tem vários elementos colocados: permissão de cultivo de transgênicos pelos indígenas, flexibilização de legislação ambiental, autorização de exploração das águas, expansão de rodovias, projetos de energia, garimpo, mineração, e também proíbe a ampliação das terras já demarcadas, porque várias das terras demarcadas, se não todas, nunca é o território todo reivindicado. Então, já encerra ali qualquer possibilidade de ampliação. Esse PL ainda segue para o Senado e depois para a presidência da República.

É interessante notar que, dos 283 votos a favor, menos da metade foi da oposição: 134 da oposição, 105 votos favoráveis, inclusive, foram da base dos próprios partidos que integram os ministérios do governo, principalmente aqueles que têm cada um, três ministérios, que têm uma quantidade, maior que é o PSD, o União Brasil e o MDB. Mas, nem mesmo o PSB do Geraldo Alckmin votou integralmente contra. Então, essa aprovação do Marco Temporal, não é uma aprovação contra o governo, ela tem total participação de alas do governo muito significativas. É bem importante lembrarmos disso. Nesse sentido, dos votos contra a maioria foi do governo, 138: alguns ainda da oposição e outros daqueles partidos que se colocam como Independentes.

Essa votação também integrou os episódios da crise política, porque o governo Lula de frente ampla – que tem a missão de conciliar os conflitos entre as frações burguesas, centralizar essas

frações e usar a política de conciliação de classes para descarregar a crise sobre os explorados –, tem tido dificuldades para conciliar todos esses interesses, nesse Estado extremamente oligarquizado. Isso tem ampliado a ingerência do Legislativo sobre o Executivo, a extorsão cada vez maior em termos de recursos e cargos, que tem sido feita em geral pelo Congresso, pelo centrão, mas principalmente por Arthur Lira. Então, ao mesmo tempo em que avançou a tramitação da lei do Marco Temporal, também aconteceu o esvaziamento do Ministério do Meio Ambiente, dos Povos Indígenas e por pouco o governo não conseguiu aprovar sua estrutura de ministérios, que colocou a partir de 1º de janeiro. Ademais, esse esvaziamento dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas teve grande participação de partidos que integram o próprio governo.

Então, o que dá para se ver por esse episódio? Que toda aquela ilusão de que o governo defenderia o meio ambiente, os povos indígenas, como a gente já vinha falando, não tem como se concretizar nos marcos do capitalismo, desse Estado oligárquico. Não há como conciliar os interesses, a defesa da própria vida, dos povos Indígenas, dos camponeses pobres, dos quilombolas, dos ribeirinhos, a defesa do meio ambiente com a defesa do agronegócio, da mineração (mesmo aquela que se diz sustentável), do capital financeiro. Isso é inconciliável e as pressões do poder econômico operam Independentemente de quem está ocupando a cadeira presidencial, elas vão se impondo, governo após governo.

Desnacionalização e expansão da fronteira agrícola

A partir da crise de 2008, que eclodiu nos Estados Unidos e se generalizou mundialmente, houve um processo de expansão acelerada da desnacionalização das terras brasileiras - um grande movimento especulativo. Diante do estouro das bolhas do capital financeiro, leva-se a buscar a solidez da compra da terra e todas as riquezas que essa terra carrega, como floresta, água e minério.

Nos governos do PT, além do processo de avanço da desnacionalização das terras, se deu a expansão das fronteiras agrícolas em larga escala com todo incentivo à JBS. A expansão das fronteiras se deu principalmente nos estados que formam o acrônimo Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), que envolve a Amazônia. Foram realizadas grandes obras, como da hidrelétrica do Xingu. Tudo isso continuou operando sob os governos do PT. Mas diante da crise, da necessidade de garantir contrarreformas mais aceleradas e mais profundas, com a remoção do governo Dilma por meio do golpe, a bancada ruralista teve um papel bastante forte. Soldou-se com o governo Temer e com o governo Bolsonaro, sendo muito beneficiada. Houve uma desregulamentação de legislações ambientais e uma facilitação da grilagem. Então, não é que isso começou com esses governos, mas houve um grande salto.

Nesses últimos anos, inclusive, tem mudado o perfil dos conflitos no campo, deixaram de ser prioritariamente conflitos envolvendo sem-terra e tem sido cada vez mais em torno dessas terras que têm alguma restrição, mesmo que limitada, à sua exploração, nos territórios indígenas, das terras dos quilombolas e das reservas ambientais. O relatório dos conflitos no campo, que a Comissão Pastoral da Terra lança todo ano, tem mostrado como a maior parte das pessoas assassinadas no campo é de indígenas. Lembramos que até mesmo aqueles que são defensores do ambientalismo nos marcos dos interesses do capitalismo, como foi o caso do Bruno Pereira e do Dom Philips, lá no Vale do Javari, pagaram com a vida.

Questão ambiental

Há uma relação íntima entre a destruição da natureza, os con-

flitos no campo e a concentração fundiária. O motor desse desequilíbrio ambiental, dessa destruição avassaladora das florestas, dos rios e da fauna, desse genocídio que continua atingindo os povos indígenas, está na propriedade latifundiária, na forma capitalista de exploração das potencialidades naturais. O capital continua operando, seja com o governo Dilma, governo Temer, Bolsonaro ou Lula, só muda a configuração.

Então, a ilusão de que Lula faria diferente, principalmente pelo fato de subir a rampa com o cacique Raoni, por criar um Ministério dos Povos Indígenas, que desde o início já tinha pouquíssimo poder, pouquíssimo orçamento e agora foi solapado do que restava. Toda a parafernália, a comoção em torno dos Yanomami, é uma grande fachada, porque continua o genocídio, há poucos dias houve mais mortes nesse território, a promessa de retirar os garimpeiros não se efetivou. Há todo um entrelaçamento, porque não são os pequenos garimpeiros que financiam esse avanço, – trata-se de uma fração poderosa da burguesia que está operando por trás dessa atividade extrativista.

Politicagem burguesa

Todos esses problemas permanecem e essa pretensa solução a ser dada por meio do Estado, do Parlamento ou do Judiciário está mostrando o quanto é uma farsa, o quanto o caminho precisa ser outro e o quanto esse problema do avanço sobre essas terras tem a ver com todos os outros ataques que vêm acontecendo. Tem a ver com a contrarreforma trabalhista, a Lei da Terceirização, porque nesses conflitos também expressam o aumento do trabalho escravo. Para se conseguir recrutar esses milhares de garimpeiros, jagunços, há pessoas que não conseguem emprego e que acabam sendo recrutados por essas ações criminosas da própria burguesia.

Para além da necessidade de derrubar esse projeto do Marco Temporal, se coloca a necessidade de uma luta nas ruas, forte e unificada. Coloca-se a questão de como garantir a terra, seja para os camponeses ou para os povos indígenas.

É visível que a resposta burguesa, de todas as suas frações, mesmo aquelas que reconhecem que, sem a terra, os povos indígenas sucumbem, não têm como ter sua cultura. Mesmo esses setores, eles não têm nenhum interesse real em enfrentar os interesses que precisam ser, de fato, enfrentados para se conquistar a terra.

A autodeterminação dos povos indígenas

A burguesia nacional brasileira se ergueu com base no genocídio indígena, ela passou de posições de integração desses povos, a uma assimilação, a uma aculturação à base de muita violência e depois passou para essa linha, a partir, também, do próprio processo de luta dos povos indígenas, para defesa da demarcação. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), que serve ao imperialismo, reconheceu, a partir de 1989, a ideia de que esses povos não têm mais aquela perspectiva do nacionalismo, da homogeneização, eles precisam ser reconhecidos como povos, tem de ter direito de autodeterminação.

Mas, quando se define o que para o imperialismo é “autodeterminação”, se tem a negação da autodeterminação real, que implica o direito de se separar, de formar uma nação e de exercer a soberania do povo. Esses defensores do exterior admitem a autodeterminação como direito formal à consulta sobre o território, mas falam claramente que os indígenas não têm o direito de autodeterminação nacional, ou seja, de que um povo que vive em um território possa ter o seu próprio Estado.

Sendo assim, essas respostas, ou elas são a pura repressão – como foi o caso do governo Bolsonaro, que tem uma proposta clara de extinção, de falar que o melhor mesmo é extinguir o pouco que

resta das nacionalidades indígenas, botar boi em cima e extrair as riquezas que tiverem nesse território – ou essas que falam “reconhecemos o direito”. São, na realidade, variantes de uma mesma política que, na prática, é negação desse direito. A pior das ilusões é achar que o imperialismo vai garantir a sobrevivência e as terras indígenas.

Toda a ilusão em torno das COPs, em torno das ações da ONU, obscurece a questão da autodeterminação. Não vai ser por aí que os indígenas conquistarão esses territórios, até mesmo porque são essas potências as responsáveis pela colonização e todo o saque das nossas riquezas e são elas que impulsionam várias formas de exploração desses territórios, mesmo aqueles que são demarcados, com as supostas formas “sustentáveis” de produção, mas que de sustentável não tem nada.

Experiências latino-americanas

Mesmo quando se olha para a América Latina, se vê que, mesmo os Estados como a Bolívia, que foi governado por um presidente indígena e que fez uma Constituinte em que se reconheceu que seria um Estado plurinacional, em que haveria uma convivência entre as várias formas de propriedade, desde a comunal até a propriedade transnacional, se nota o quanto foi um discurso falso. Esse governo teve de reprimir os povos indígenas, teve de avançar sobre o território indígena, o Território Parque Isiboro Secure (TIPNIS), enfrentando muita luta dos povos da região; avançar sobre territórios Guarani, para explorar os hidrocarbonetos. Então não há solução por parte da burguesia, por nenhuma ala dos seus governos. Agora no Chile também, Boric dá continuidade à marcha de opressão e de violência contra o povo Mapuche, que é um povo que tem muita consciência do seu direito de autodeterminação, que não se reconhece como “índios no Chile” e sim como o próprio povo Mapuche que tem que ter seu território.

Precisamos nos apoiar nessas experiências mais avançadas e no programa marxista para responder à opressão nacional. A bandeira democrática de que cada povo que tem seu território, tem o direito a ter seu Estado, assume um conteúdo anticapitalista. O fundamental é entender que não vai ser pelas mãos do Estado, mesmo que se adote uma legislação mais avançada, ainda vai ser uma formalidade.

Método de luta e a direção política

É preciso estar muito atento à questão dos métodos de luta. No dia da votação do Marco temporal, o povo Guarani, ali do Pico do Jaraguá, em São Paulo, bloqueou as rodovias, mas foi uma ação isolada. Foi uma ação importante que precisa ser generalizada, porque as direções indígenas estão sob a direção, principalmente, dos partidos ou burgueses, ou pequeno-burgueses. Nessa configuração do governo Lula, se promove uma estatização, também, desses movimentos, trazendo várias lideranças indígenas para ocupar cargos no governo, para fazer uma máscara de participação, porque não é um poder real que está colocado. Então, precisamos recorrer a esses métodos da ação direta, fortalecer as formas de autodefesa que os povos indígenas usaram desde o início da colonização, defender a entrega das terras aos camponeses, aos indígenas. É também muito importante combatermos nesse momento a CPI do MST, que tem como um único objetivo criminalizar os métodos de luta dos explorados, as ocupações, e somar essas causas a uma luta geral pela derrubada do Arcabouço Fiscal.

O formato que existe hoje é de demarcação, mediante indenização, então, mesmo que não se altere a legislação, há o estrangu-

lando do orçamento. Lembramos que o formato que defendemos é o da expropriação dessas terras. Mas é preciso fazer uma luta conjunta para derrubar esse Arcabouço Fiscal do governo, que é um novo teto dos gastos; para lutar por emprego para todos; pelo salário mínimo vital, de acordo com as necessidades de uma família trabalhadora; para revogar a reforma trabalhista, previdenciária, a Lei da Terceirização, do Novo Ensino Médio. Todas essas lutas estão conectadas contra os interesses do capital financeiro, das frações da burguesia. Precisamos unificar nossa resposta a elas e sem nenhuma ilusão nesse governo. É por esse caminho que amadurecerão as condições da luta de classes pelo fim da opressão nacional sobre os indígenas.

Oposição revolucionária ao governo burguês de Lula

Pela trajetória da tramitação, o próprio PT está implicado, do começo ao fim, na tramitação dessas legislações. Então não é só uma ideia de que são alas do Congresso contra o governo. O governo faz parte desse ataque. Por isso que a resposta tem de ser a luta com independência de classe. O Partido Operário Revolucionário faz esse chamado: constituir uma oposição revolucionária a esse governo, porque até mesmo para enfrentar a direita golpista, precisamos de uma oposição revolucionária, que defenda as reivindicações e os métodos da ação direta.

É importante dizer que não opomos a luta pelo fim do capitalismo à luta pelas reivindicações imediatas. Pelo contrário, mostramos que para solucionar os problemas mais sentidos pelas massas é necessário se defrontar com capitalismo. O que exige desenvolver uma luta lógica e coerente com o programa da revolução social. Se considerarmos o problema que está em questão, que é: como os povos indígenas voltarão a ser donos das suas terras, se considerarmos essa questão, não há solução dentro dos marcos do capitalismo. Então, quando se luta contra o Marco temporal, tratando-se de uma luta parcial, é limitada, porque se propõe a derrubar uma tentativa de restringir ainda mais aquilo que está na Constituição, mas precisamos desenvolver a explicação de que garantir só o que está na Constituição significa manter a opressão sofrida pelos indígenas. Essa é a posição dos reformistas.

Revolução social

A Constituição não garante a proteção da vida e dessas terras, então não é negar a importância dessa luta, defendemos que não se regreda nessa legislação. Nesse processo de luta, o que a vanguarda consciente faz é ajudar as massas indígenas, camponesas e demais trabalhadores a fazerem, de fato, a experiência com esse governo, a entenderem, de fato, que o problema não era só Bolsonaro, não era só Temer, porque se fabricou muito essa ideia completamente falsa, de se trata da figura A ou B que comanda o Estado. Assim, se oculta o fundamento de classe da opressão nacional. Ao se tratar do direito à autodeterminação, a saída definitiva só é possível com a revolução social. O que fazemos aqui é mostrar os nexos entre essa questão indígena com a opressão capitalista e as leis das transformações históricas. É preciso rejeitar e combater os pressupostos das correntes identitárias, culturalistas, que falam que o marxismo não responde ao problema indígena, que é uma coisa europeizante, etnocêntrica, que socialismo é uma metanarrativa que não responde ao problema. Exatamente ao contrário das visões pós-modernas, que pretende perpetuar o capitalismo em decomposição, os marxistas lutam sobre a base do socialismo científico. Ou seja, das diretrizes históricas da revolução proletária.

Utopia pequeno-burguesa e socialismo científico

O que aconteceu na Bolívia é um exemplo muito nítido disso, de como se apropria, inclusive, de formas originárias de cosmovisões para falar que agora não é mais socialismo, é bem-viver. Aí, vemos no programa eleitoral do PSOL, as falas de que o “bem-viver” é uma forma de sobrevivência de todos os tipos de seres humanos, animais e natureza ou até a substituição do ‘socialismo’ por ‘ecossocialismo’. O socialismo pequeno-burguês deforma o sentido histórico das transformações de acordo com as contradições capitalistas do momento. O ecossocialismo é a moda da presente situação. Na prática, os textos de Marx e Engels já falavam de como a humanidade já tem conhecimento sobre como a ação humana pode ter efeitos futuros, só que o capitalismo na sua lógica nunca vai frear isso, nunca vai aplicar essa ciência, esse conhecimento para minimizar algo que possa impedir seus lucros, tal mesmo que arrisque a vida da humanidade.

Mas, se questiona como um governo revolucionário agiria em relação às riquezas minerais, à natureza, à socio-biodiversidade. Nós do POR, além de nos apoiarmos nas elaborações mais avançadas aqui da América Latina em relação à questão indígena, que tem um marco com Mariátegui, que fala que o problema indígena é o problema da terra, avançamos também em relação a isso porque, não é só o problema da terra, há também o problema da opressão nacional. E nessa discussão da opressão nacional, Guillermo Lora, que é um trotskista boliviano, que morreu em 2009, tem grandes contribuições que trazem à perspectiva marxista-leninista de resposta à opressão nacional e traz para discussão dos povos indígenas.

Mostro aqui esse livro de título Liberação das Nações Oprimidas: 500 anos de opressão. Basta!, que foi escrito em 1992. Expõe toda a particularidade da situação boliviana, mas também os ensinamentos da luta contra opressão nacional, que permitiu constituir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (hoje ex-URSS), que é uma defesa programática do socialismo científico, que tanto Marx e Engels fizeram quando trataram da questão da Irlanda, mas que Lênin, principalmente, aplicou na Rússia, a ideia de que nenhuma nação estará livre enquanto oprimir outra nação, como fundamento da defesa da autodeterminação e, portanto, como do direito desses povos constituírem seu próprio Estado.

Considerações finais

É no sentido, quando falamos em se apoiar na experiência histórica da classe operária, nas formulações do marxismo, de podermos lutar melhor, sabendo que a nossa realidade sempre trará particularidades que precisaremos apreender. Por isso, fazemos o chamado de que precisamos, em qualquer espaço em que estivermos, seja atuando em organizações de bairro, estudantis, sindicais, que façamos o chamado a constituir um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, que consigamos unificar as reivindicações numa plataforma de reivindicações.

Temos muitos elementos para fazer da nossa luta uma plataforma que abranja esse tema, de maneira a lutarmos seriamente para derrubar esse Marco Temporal. Depois que o Congresso vota o Marco temporal e o esvaziamento da pasta do Ministério do Meio Ambiente, dos Povos Originários, então, Sônia Guajajara (POSOL) se limita a chamar os indígenas “Vamos vencer agora os senadores”. Já estava claro que não vai sair nada de bom de lá, não vai sair nada de bom desses espaços. Precisamos, até mesmo para impactar, de fato, para forçar os parlamentares a aprovarem determinada reivindicação, da luta de classes.

No movimento docente, o pessoal do sindicato Andes fez um ato no aeroporto, com uma meia dúzia, para tentar ver se tinha um parlamentar lá e falar para não votar no Arcabouço Fiscal. Vejam que política miserável, bem típica dos reformistas pequeno-burgueses. Ao contrário, é preciso organizar a greve, propagandear nos movimentos que os sindicatos, centrais e movimentos têm o dever de construir um Dia Nacional de Lutas, um dia nacional com os nossos métodos de ação direta. É claro que não é um dia para se esgotar em si mesmo, mas precisamos desse teste de força, com bloqueios, ocupações, greves, paralisações. Para isso, está colocada a tarefa de construir os comitês, convocar as assembleias e defender firmemente o método da ação direta. Então precisamos defender isso, explicar, porque vai se perdendo, inclusive, a tradição em alguns setores, nos meios estudantis, por exemplo. Precisamos fazer esse trabalho.

Em nome do partido Operário Revolucionário, agradeço a TV A Comuna e a todos que propiciaram esse debate.

34 anos do POR

Ato Político dos 34 anos do Partido Operário Revolucionário

O Ato foi realizado no dia 2 de julho, na Casa do Professor, em São Paulo. Contou com militantes de várias regionais e com simpatizantes. Constituiu-se a mesa diretora, que iniciou a manifestação apresentando a organização das exposições e a leitura das moções.

Moção do Partido Operário Revolucionário da Argentina

O POR argentino saúda sua organização irmã no Brasil e sua luta de mais de 3 décadas construindo o programa-partido, sob a estratégia da revolução proletária, uma tarefa de alcance histórico que não havia sido resolvida pela classe operária brasileira. O POR do Brasil tem sido, desde o início, uma coluna vertebral na constituição do CERQUI, entendendo que é parte do mesmo processo, a construção da seção nacional e a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Sua seção jogou um papel fundamental no apoio à seção argentina, no momento em que uma corrente revisionista provocou uma crise que praticamente nos levava a desaparecer como organização. O apoio permanente participando de nossas Conferências e Congressos foi de extrema importância.

Tem sido vital a sua luta no combate a todas as formas de federalismo, a sua defesa da necessidade de construir a Internacional

como um partido único, sobre a base do centralismo democrático, em torno dos princípios marxistas e da estratégia proletária.

Seu trabalho programático e a importância que tem dado à propaganda revolucionária assentam as bases para este extraordinário desafio, que significa a construção do partido revolucionário, seguindo os passos do POR boliviano e de Guillermo Lora.

Moção de Rondônia (Regional Norte)

Nesses 34 anos de construção do Partido Operário Revolucionário, a militância da Regional Norte saúda todos os militantes e simpatizantes presentes nesse ato político, de fundamental importância para o POR e para a reconstrução do CERQUI.

Esse momento em que o POR completa 34 anos é de profunda crise do capitalismo e também de direção do movimento operário mundial. O que tem levado as massas de todo o mundo a arcarem com a miséria, fome, desemprego e tragédias da natureza, ou seja, com o aumento da barbárie social.

Uma das manifestações da desagregação do capitalismo é a guerra de dominação na Ucrânia, imposta pelo imperialismo, que se arrasta por quase um ano e meio. Acontecimento bárbaro que não está sendo respondido pelas direções políticas e sindicais da classe operária. Ao contrário, a política de conciliação das direções tem impedido erguer um combate pelo fim da guerra e em defesa das condições de vida da maioria oprimida. O que tem dificultado a compreensão por parte do proletariado mundial de sua força coletiva capaz de impor o fim da guerra e uma paz sem anexação.

No caso do Brasil, a crise econômica é descarregada sobre as massas exploradas, que amargam o salário mínimo de fome, desemprego, subemprego e perda de direitos.

Viva o POR e seus 34 anos!

Viva o CERQUI!

Viva a revolução e ditadura do proletariado!

(1 de julho de 2023 - Ramon Basko, Secretário Geral do POR da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)

O trabalho que o POR vem realizando nesses 34 anos comprova o acerto de sua linha política. Nos movimentos sociais, tem defendido as reivindicações vitais imediatas, combinando-as com a propaganda do programa de destruição da propriedade privada dos meios de produção e a luta pela propriedade social, o socialismo.

O esforço de construção e elaboração do programa se encarna no zelo da militância em se forjar como quadro revolucionário. Tarefa que implica assimilar o programa e trabalhar para penetrar as ideias do partido junto à classe operária.

Apesar de nossa ausência física, por questões materiais, porque gostaríamos de nos pronunciar presencialmente, trazemos nossa saudação por meio dessa moção a esse ato político de fortalecimento do POR no Brasil.

Viva os 34 anos de construção do Partido Operário Revolucionário, o partido-programa, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

2 de julho de 2023

Moção da Direção Nacional da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART)

Estimados camaradas do Partido Operário Revolucionário – POR

A superação da crise de direção revolucionária, como nos ensinou Trotsky, segue sendo a grande tarefa histórica de nosso tempo, pré-requisito indispensável para o sucesso de todas as outras tarefas de libertação da humanidade, sob a direção do proletariado, do jugo do capitalismo. Enquanto por um lado as antigas direções que um dia foram reformistas passaram da conciliação à gestão direta do capital, encabeçando diretamente governos burgueses como no Brasil, por outro as novas direções repetem como farsa esse roteiro, capitulando de maneira mais ou menos envergonhada a qualquer frente ampla eleitoreira que surja no horizonte político. Exemplos não faltam Castillo, Arce, Boric, Petro, Lula e até Biden são despidoradamente apoiados por organizações que se reivindicam como socialistas e mesmo como revolucionárias. Esse curso de adaptação ao “capitalismo humano” e ao “imperialismo do bem” esteriliza as lutas e constrói derrotas, desmoralização e dispersão no seio da classe trabalhadora.

Isso se torna ainda mais grave quando estamos frente a uma colossal crise mundial do capitalismo, em que a saída para a burguesia é elevar brutalmente o nível de superexploração dos trabalhadores, edificando a “altamente tecnológica” indústria 4.0 sob os alicerces do mais primitivo e precário trabalho extrativista na América do Sul e África, sob condições até mesmo de trabalho escravo e com uma brutal destruição ambiental que coloca em risco, em um prazo não muito distante, a própria sobrevivência da humanidade.

Mesmo sem uma direção revolucionária, mas sob pressão objetiva da materialidade do desemprego, do subemprego e da fome, o proletariado não para de lutar. No entanto, essa força gigantesca se dispersa como o vapor que sai de uma caldeira sem ter um sistema de pistões que canalize essa energia para mover as engrenagens da sociedade. Assim, todas as revoltas protagonizadas por nossa clas-

se têm sido derrotadas, desviadas ou simplesmente se dissipado sem conseguir mudar a situação dramática que vivemos.

Em âmbito nacional, a situação não é diferente: desgraçadamente ainda não se conseguiu construir um partido revolucionário com peso de massas. A capitulação política e sua inseparável irmã, a burocratização das organizações, cobram alto seu preço. A diáspora na esquerda é gigantesca, o que impera é a fragmentação e a desorientação. A superação desse estágio atual de desorganização só poderá ser feito através de ações unitárias e um debate sincero entre os revolucionários.

Para nós, da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores, o POR é parte fundamental do necessário, processo de reorganização dos revolucionários em nosso país. Em nossa curta existência de apenas 2 anos já realizamos inúmeras atividades em frente com os camaradas do POR e o balanço, para nós, sempre foi muito positivo. A seriedade e a sinceridade dos camaradas em discutir abertamente as posições, respeitar as diferenças e fazer a unidade naquilo que é possível, sem ultimatismos e autoprocamações, deveria ser regra, mas é uma rara exceção.

Por isso, é com muita alegria que saudamos os 34 anos do Partido Operário Revolucionário no Brasil, desejando aos camaradas um excelente ato e que sigamos construindo cada vez mais ações frentistas unitárias, unindo cada vez mais os revolucionários, até pôr fim à diáspora da esquerda em nosso país e um dia (que seja breve) possamos estar todos em um único partido revolucionário com influência de massas, que seja parte de uma IV Internacional reconstruída, para realizar a tarefa inadiável da Revolução Proletária Mundial, e iniciar a construção do Socialismo em todo o mundo, a única coisa que pode evitar a barbárie e a destruição da humanidade!

Direção Nacional da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART)

Moção da TV A Comuna

Nós, da Revista e TV A COMUNA, parabenizamos os camaradas do Partido Operário Revolucionário (POR) por seus 34 anos de existência.

O núcleo fundamental que fundou há três anos atrás o nosso movimento editorial também se constituiu politicamente no ano de 1989 no repúdio a qualquer tentativa de gestão do capitalismo - a busca recorrente das “esquerdas” reformistas no Brasil e no mundo.

Sabemos, portanto, o quanto foi necessário de energia revolucionária para percorrer trinta e quatro anos de resistência e luta para se chegar até aqui.

Que nosso caminho continue sendo de coerência e cooperação!

Viva o POR!!!

Abertura do Ato dos 34 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Nesta tarde de 2 de julho, na Casa do Professor, cedida pela Apeoesp, damos início ao Ato político de comemoração aos 34 anos do POR.

(Atílio de Castro)

Camaradas, decidimos dar uma importância particular a essa data, depois de realizar uma jornada de reconhecimento das contribuições de Guillermo Lora ao marxismo-leninismo-trotskismo, devido à grave situação mundial, cujos reflexos no Brasil são perceptíveis. A guerra na Ucrânia, a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e a retomada da escalada militar após a Segunda Guerra Mundial e a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) vêm movimentando as forças destrutivas do capitalismo em decomposição, que trouxeram para os nossos dias o espectro de uma terceira guerra mundial. Não afirmamos que o imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, já esteja perto de desencadear uma conflagração de tal magnitude. Mas, estamos obrigados a assinalar que se trata de uma tendência, que se avultou e que as potências não estão acionando freios para diminuir a possibilidade de catastrófica colisão.

Desde a eclosão da derrocada econômica em 2008 iniciada nos Estados Unidos e sua generalização na forma de recessão mundial em 2009, as forças produtivas e o comércio internacional vêm se chocando com as relações capitalistas de produção, com a propriedade monopolista, com a alta concentração de riquezas parasitárias e com as fronteiras nacionais, que já não atendem à partilha do mundo promovida pela Primeira e Segunda Guerra Mundiais. A guerra na Ucrânia envolvendo a Rússia e a coligação imperialista montada pelos Estados Unidos e impulsionada por seu braço militar, a OTAN, e a escalada militar no Indo-Pacífico estão intimamente interligadas. Nem mesmo durante o recrudescimento da época da “Guerra Fria”, potenciada pelo cerco da OTAN à URSS, se delineou uma situação tão propensa a uma terceira guerra, embora estivessem ativas suas tendências e tenham ocorrido perigosos conflitos como o conhecido caso da instalação de mísseis pela URSS, em resposta ao cerco que o imperialismo norte-americano vinha montando contra o sistema soviético. Inúmeras foram as guerras regionais promovidas pelo intervencionismo das potências, sempre tendo o envolvimento dos Estados Unidos. O intervencionismo militar das forças imperialistas nunca cessou. Ao contrário, se intensificaram.

A presente situação apresenta uma mudança qualitativa com a guerra eclodindo no interior da Europa e se irradiando para a Ásia. Não é preciso descrever o quanto a classe operária e os demais trabalhadores vêm pagando caro, com o aumento do desemprego, do subemprego, da pobreza, da miséria e da fome. Os explorados em todo o mundo estão diante de uma ofensiva de contrarreformas. A luta das massas na França contra a mal chamada reforma da

Previdência na França, respondida por Macron com mãos de ferro, é o mais recente exemplo de como as contrarreformas vêm eliminando antigas conquistas da classe operária e de como a burguesia mundial não tem como manter concessões sociais do passado.

No Brasil, a miséria e a fome deram um salto adiante. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro resultaram em tormentos diários para a família trabalhadora, que está obrigada a suportar a mais completa insegurança, o peso do desemprego e o imperativo de sobrevivência na forma do subemprego e da informalidade. A esperança de que Lula poderia reverter esse quadro tétrico já está se esvaindo. O governo de frente ampla é a demonstração mais cabal de que a governabilidade tem de se guiar pela proteção ao grande capital, aos grandes proprietários dos meios de produção e aos banqueiros que parasitam a gigantesca dívida pública e saqueiam os cofres públicos.

A luta de classes ameaça os interesses da burguesia. Mas, os exploradores contam com o desarme ideológico, político e organizativo do proletariado. É o que explica a pequena resistência das massas à catastrófica guerra na Ucrânia, que, por sua vez, alimenta a prepotência do imperialismo em sua diretriz de reforçar o papel da OTAN como braço armado mundial dos Estados Unidos. É o que explica a relativa facilidade como a burguesia vem impondo as contrarreformas, sendo o Brasil um dos exemplos mais contundentes. É o que explica, em última instância, por que na época imperialista caracterizada pelo marxismo-leninismo-trotskismo como de guerras, revoluções e contrarrevoluções, prevalecem os retrocessos profundamente reacionários e contrarrevolucionários.

Os marxistas são forçados a reconhecer que avança a barbárie em contraposição à civilização e ressalta o grande problema da crise de direção mundial do proletariado. A tarefa histórica de construir o partido da revolução socialista corresponde à luta da vanguarda com consciência de classe para superar a crise de direção, que se expressa na situação concreta de cada país como sendo uma questão de ordem mundial.

O POR foi constituído embrionariamente há 34 anos, tendo claro os poderosos obstáculos a serem enfrentados, que compariam e ainda comparecem imediatamente como nacional, mas que somente podiam e podem ser vencidos nos marcos da luta internacional do proletariado. Em nosso surgimento e afirmação programática, foi decisiva nossa ligação com as posições do POR da Bolívia, sob a direção de Guillermo Lora, voltadas a reconstruir a IV Internacional, que como tal foi concebida como Partido Mun-

dial da Revolução Socialista, à imagem e semelhança da III Internacional, regida pelos seus Primeiros Quatro Congressos, orientados sobretudo por Lênin e Trotsky. A organização do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) permitiu trabalhar incessantemente pelo objetivo de superar a crise de direção no Brasil como parte da tarefa mundial de pôr em pé a IV Internacional, cujo Programa de Transição mantém-se vigente.

A tese do Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels, de que a revolução social por sua forma é nacional e por seu conteúdo é internacional, regeu o POR em sua origem. Temos de sublinhar essa parte dos nossos 34 anos. A origem marxista-leninista-trotskista definiu e define nossa batalha por erguer o partido do proletariado no Brasil como seção da IV Internacional, ou seja, do Partido Mundial da Revolução Socialista. A vitória do estalinismo contra o marxismo-leninismo-trotskismo identificado pela Oposição de Esquerda Russa, liderada por Trotsky, resultou no processo de revisionismo do marxismo-leninismo, que tomou conta dos partidos comunistas em escala mundial e que levou à liquidação da III Internacional sem que houvesse qualquer reação. A fundação da IV Internacional, na contracorrente do revisionismo e da reação dominante, se impôs. O assassinato de Trotsky a mando de Stalin fechou o círculo da liquidação física da oposição revolucionária.

A IV Internacional se constituiu como continuidade programática dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Herdou, portanto, a extraordinária experiência da luta de classes, desde os esforços de Marx e Engels de constituírem o proletariado de classe instintiva em classe consciente, portanto, dirigida por seu partido revolucionário. As condições históricas não permitiram que a IV Internacional constituísse o Partido Mundial da Revolução Socialista profundamente enraizado na classe operária e nas demais camadas trabalhadoras. A direção que assumiu a responsabilidade de cumprir essa tarefa se mostrou incapaz. O processo de desintegração da IV Internacional entre os anos de 1950 e 1960 interrompeu o curso da luta pela superação da crise de direção, como está identificada no Programa de Transição, de 1938. O revisionismo instalado na direção da IV Internacional foi típico de intelectuais que não estiveram à altura de entender a crise de direção, provocada pelo revisionismo estalinista e pelas consequentes traições que levaram a importantes derrotas do proletariado mundial. Não foram capazes de se guiarem pelo método do Programa de Transição, voltado a organizar o partido no seio do proletariado.

A persistência da crise de direção, agravada com a desintegração da IV Internacional, impossibilitou ao proletariado responder ao processo de restauração capitalista, com o programa da revolução política, na URSS, no Leste Europeu, na China e em Cuba. A derrocada final do estalinismo e o desmoroamento da URSS re-

fletiram a crise internacional do capitalismo, o bloqueio da revolução socialista mundial e o feroz avanço da contrarrevolução encarnada pelos Estados Unidos e por sua aliança imperialista montada após a Segunda Guerra Mundial, sob a bandeira da “Guerra Fria” e do seu braço armado que é a OTAN.

Justificamos o empenho especial em realizar este Ato dos 34 anos do POR, partindo da constatação do predomínio da escalada militar e do significado histórico da guerra na Ucrânia. O entendimento de que a liquidação da URSS, como resultado do processo de restauração capitalista, interrompeu a transição do capitalismo ao socialismo, tem sido fundamental para a luta do marxismo-leninismo-trotskismo enfrentar e resolver a crise de direção, que é questão de tempo. As premissas para as revoluções proletárias estão mais do que maduras. Essas mesmas premissas trazem em suas entranhas as conquistas das revoluções proletárias, em particular as da Revolução Russa e da constituição da URSS. Trata-se de formar a vanguarda na forja do marxismo-leninismo-trotskismo. Cada vez se torna mais claro que a luta pelo fim da guerra na Ucrânia, sob a política do proletariado mundial e por meio dos métodos da luta de classes, se impõe como condição para avançar na tarefa de superação da crise de direção. O que implica trabalhar com a maior energia possível para erguer o POR no Brasil, fortalecer as seções do CERQUI, potenciar a revolução social na Bolívia e projetar as conquistas programáticas do marxismo-leninismo-trotskismo. Insistimos no caráter embrionário do POR, embora ostente mais de três décadas de existência.

Na realidade, o tempo histórico de maturação programática do partido não é mesmo que o da classe operária em sua marcha de politização, de organização e de emancipação ideológica do domínio burguês. Do ponto de vista do programa, avançamos muito do caráter embrionário inicial. Do ponto de vista de sua estruturação no seio do proletariado, estamos muito aquém da maturação programática. O POR terá de passar ainda por duras e difíceis provas da luta de classes. As conquistas programáticas são uma arma para se destacar como vanguarda revolucionária, no sentido leninista do conceito.

A etapa atual de nosso desenvolvimento é de esforço por convergir o programa com as tendências instintivas de luta da classe operária. Os passos dados, apesar de lentos e pequenos, têm sido suficientes para evidenciar a correção de linha que o partido vem aplicando à luta de classes.

Camaradas, concluo esta introdução ao Ato, informando que preparamos três exposições: 1) evolução programática; 2) raízes trotskistas; 3) construção na classe operária.

Viva os 34 anos do Partido Operário Revolucionário!

Apresentação dos pontos sobre a constituição e desenvolvimento do programa do Partido Operário Revolucionário

(Magda Soares)

I. Fundação do POR

1) O POR foi fundado no Congresso de 1 e 2 de julho de 1989. Inicialmente, com o nome de Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (TPOR), objetivando erguer um partido-programa, tendo em vista em que as correntes trotskistas no Brasil fracassaram nessa tarefa histórica. Tratava-se de um pequeno grupo de militantes que vinha intervindo nos movimentos, nas greves e na CUT. Apesar de ser um pequeno agrupamento, esteve desde a sua origem sobre a base da concepção leninista do partido.

2) O POR foi o resultado de dois embates políticos: a) um no interior do PT, combatendo a estratégia do reformismo petista de edificar um partido de massas, policlassista, eleitoralista. E defendendo a estratégia da revolução e ditadura proletárias; b) outro na corrente Causa Operária, por suas posições revisionistas de substituição da estratégia de poder de governo operário e camponês pela de “governo dos trabalhadores da cidade e do campo”, portanto conduzindo o partido para o eleitoralismo.

3) Após o Congresso de Fundação, o POR divulga o primeiro número do Jornal Massas. A escolha do nome do Jornal Mas-

sas se deve ao reconhecimento da importância estratégica do POR boliviano para a revolução proletária e para a reconstrução da IV Internacional.

4) Em novembro de 1989, o POR chamou o voto nulo nas eleições presidenciais, que concorriam Collor e Lula.

5) No final de janeiro de 1990, quando a TPOR completou seis meses de existência, esteve presente na 1ª Conferência Internacional do CERQUI, sendo incorporada como seção brasileira. Recebeu como orientação: dar atenção ao desenvolvimento programático; analisar as particularidades do capitalismo atrasado no país; ajudar as massas a fazer a experiência com o PT e estudar a fundo a origem social da classe operária. Em setembro de 1990, Lora esteve no Brasil. O POR nasceu vinculado às ideias do internacionalismo proletário, reivindicando o Manifesto Comunista, os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e o Programa de Transição, documento de edificação da IV Internacional.

II. Duas formulações iniciais estiveram na base do programa do POR

1) Em maio de 1990, o POR realizou uma Conferência Extraordinária, que formalmente rompeu com o PT. Aprovou o documento “Resolução sobre o PT e as Eleições”, em que mostra seu curso de adaptação ao Estado burguês.

2) Em 1990, a TPOR divulgou o folheto “O reformismo do PT e a falência das esquerdas. Trata-se de uma crítica programática à estratégia do reformismo e a inconsequência das correntes centristas. Esse documento foi decisivo para diferenciar as nossas posições das correntes que reivindicavam do trotskismo que permaneceram no PT.

III. O Programa do POR

1) No III Congresso, em 1993, o POR aprovou suas bases programáticas, seu 1º programa. Mas o programa nunca é uma obra acabada. Está em constante elaboração, ajuste e aperfeiçoamento, sob crítica e autocrítica.

2) No 5º Congresso, em 1997, foram aprovadas as teses sindicais. Trata-se de uma síntese da experiência da intervenção do partido no movimento sindical. Trata-se de um documento em que mostra que o capitalismo em sua fase imperialista está obrigado a eliminar conquistas históricas da classe operária e demais trabalhadores para poder se manter. Os sindicatos que não contam com direções revolucionárias necessariamente acabam colaborando com os capitalistas e governantes, às vezes direta outras indiretamente. Assinala o curso de burocratização da CUT e dos sindicatos controlados pela política do PT e aliados. E a luta para recuperar os sindicatos, colocando-os como organismos auxiliares da luta de classes.

3) No 6º Congresso, em 2000, o partido aprovou as teses da educação. Contém os fundamentos programáticos da política proletária para a educação. Analisa o estado avançado da decomposição da educação no Brasil. Mostra que o capitalismo em crise só pode oferecer uma educação em que separa a teoria e prática. Ressalta que a educação como parte da superestrutura da sociedade de classes não pode ser transformada sem que se transforme a sociedade, ou seja, em que destrua o capitalismo e edifique o socialismo. O que significa que uma nova escola será resultado de uma nova sociedade.

4) No XII Congresso, em 2014, o partido mais amadurecido pôde aprovar o programa que temos hoje.

IV. Algumas formulações centrais do programa

a) O fundamento histórico de nosso programa é o da revolução proletária. O POR se constrói como instrumento da classe operária em seu objetivo da tomada do poder pela via da revolução social.

b) A sua estratégia é a de destruir a ditadura de classe da burguesia e estabelecer a ditadura de classe do proletariado.

c) A revolução proletária é de maioria nacional oprimida, conduzida pela classe operária. A classe burguesa será expropriada por meio de uma revolução violenta. A unidade da maioria nacional oprimida constitui a força da revolução capaz de destruir o Estado burguês.

d) O capitalismo se encontra na fase última de desenvolvimento, que é o imperialismo. As duas guerras mundiais e o nazifascismo são manifestações mais contundentes dessa fase imperialista. Indicam que o capitalismo para sobreviver obriga a burguesia a utilizar os métodos mais violentos e reacionários. Essa fase do capitalismo não é de reformas e sim de contrarreformas. O imperialismo é a época das guerras, revoluções e contrarrevoluções. Os retrocessos nas revoluções proletárias, por meio da restauração capitalista, não modificam essa caracterização marxista do imperialismo. Ao contrário, as experiências das revoluções proletárias são o patrimônio que a classe operária recorrerá para pôr fim à barbárie social e ao seu sistema econômico gerador.

e) A revolução proletária no Brasil é parte da revolução mundial. As particularidades nacionais do Brasil são importantes, mas são refração das leis gerais do capitalismo como sistema mundial. O Brasil é um país capitalista semicolonial, de economia atrasada. O capitalismo se implantou nos ramos chave da produção e comércio, mas não eliminou completamente as formas de produção pré-capitalistas, herança do colonialismo. Não superou sua condição de país agroexportador e fornecedor de matérias-primas. As disparidades regionais refletem as leis gerais do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

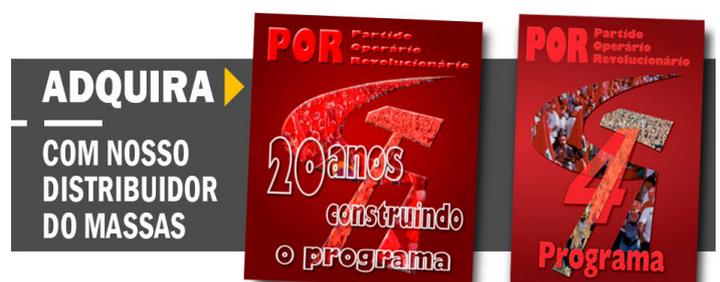
f) A luta de classes no campo e os conflitos das nacionalidades indígenas expressam a transição inacabada da formação econômica pré-capitalista para a capitalista plena. O direito à posse da terra e a autodeterminação das nações indígenas são reivindicações próprias de países semicoloniais.

g) A classe operária despontou como revolucionária assim que a indústria começou a ser implantada no país. Como classe oposta à burguesia, foi obrigada a defender suas reivindicações por meio de sua força coletiva e dos métodos próprios de luta.

h) A tomada do poder do Estado e a destruição do aparato que sustenta a ditadura de classe da burguesia permitirá a constituição de um governo operário e camponês. O governo operário e camponês exercerá a ditadura de classe da maioria contra a minoria capitalista.

i) O governo operário e camponês cumprirá as tarefas democráticas e o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

j) A reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, é uma tarefa do Comitê de Enlace (CERQUI), do qual faz parte do POR brasileiro.



O POR diante da história e da herança do trotskismo no Brasil

Relação do partido com o trotskismo, como expressão e continuidade do marxismo-leninismo.

(Antônio de Almeida)

1) O POR surgiu a partir de um pequeno grupo de militantes, que rompeu com a Causa Operária, antes desta se tornar partido, em meados dos anos 1980. O contexto era de ascenso das lutas operárias e de crise da ditadura. As esquerdas estavam se reorganizando, se recuperando após o impacto da repressão do período ditatorial.

2) O trotskismo no Brasil vinha de experiências fracassadas, desde o primeiro agrupamento, o Grupo Comunista Lênin, passando, em 1931, pela formação da Liga Comunista (depois transformada em Liga Comunista Internacionalista, desde 34), pelo POL (abril de 37), pelo PSR (resultado da fusão, em novembro de 39, do POL com o grupo do Sacchetta) e pelo PORT (criado em 53, sob a influência do pablismo-posadismo – portanto, do revisionismo). Após o golpe de 1964, parte dos trotskistas foi conformar a ORM-POLOP e depois o POC (de onde veio a Democracia Socialista, até hoje existente, como corrente interna do PT). O morenismo (referência ao argentino Nahuel Moreno) se constituiu no Brasil desde 1974, com a Liga Operária, depois com o PST, convertido em Convergência Socialista e, finalmente, PSTU.

4) A OSI foi formada em 1976, a partir da fusão da Organização Comunista 1º de Maio, Fração Bolchevique Trotskista e Grupo Outubro (agrupamentos surgidos na virada dos anos 1960 para os 1970, como cisões do PORT). Era influenciada pela corrente francesa liderada por Pierre Lambert (hoje, no Brasil, representada por O Trabalho/PT). O lambertismo emergiu com críticas corretas à corrente pablista, embora também tenha degenerado no revisionismo posteriormente.

5) A conclusão sobre essa trajetória é de que o fracasso das tentativas de erguer um partido trotskista no país resultou da incapacidade de penetrar no seio do proletariado e de não ter construído o Programa, levando a uma série de desvios e deformações.

6) O pablismo (referência a Michel Pablo) se constituiu como direção da IV Internacional no pós-Segunda Guerra. A Internacional fundada por Trotsky foi esfacelada pela repressão durante a conflagração mundial, tanto por parte do nazifascismo, quanto

pelo estalinismo. O assassinato de Trotsky foi parte desse processo. O pablismo representou uma virada revisionista no seio da Quarta. Sua linha de regeneração do papel revolucionário do estalinismo e do entrismo “sui generis” levou à liquidação dos partidos trotskistas. Durante os anos 1960, os pablistas e seus seguidores, particularmente Ernest Mandel, vão enveredar na defesa do desvio do foquismo.

7) O POR boliviano, que esteve praticamente à margem dos conflitos na Internacional, acabou sofrendo o impacto negativo dos pablistas no interior do partido. A fração liderada por Guillermo Lora acaba vencendo essa disputa, preservando o programa, isto é, a defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

8) Em 79, PO e POR-Boliviano romperam com o CORQUI (lambertista). Da OSI saiu uma cisão, denominada de OQI (Organização Quarta Internacional), depois transformada em PCO. No âmbito internacional, formou-se a TQI (Tendência Quarta Internacional).

9) Posteriormente, das divergências entre o POR-Boliviano e o PO, que culminaram na extinção da TQI, surgiu o esforço para conformar as seções do POR no Brasil e Argentina, além do CERQUI (primeira reunião em julho de 1988, em La Paz), organização que está de pé ainda hoje, e da qual fazemos parte.

10) Desde então colocou-se a tarefa de constituir o partido-programa, a partir da assimilação crítica das experiências anteriores, da formação de quadros marxistas, do conhecimento da realidade de cada país, enfim, de pôr em pé o partido revolucionário enraizado nas massas exploradas, aplicando o Programa de Transição da IV Internacional.

11) A reconstrução da Quarta Internacional passa necessariamente pela assimilação da rica experiência do POR boliviano. Reivindicamos também a origem da Liga Comunista no Brasil, como resposta da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, ao estalinismo, embora os militantes que estiveram nessa origem não tenham encarnado a tarefa de construir o partido-programa.

A luta do POR junto ao movimento operário

(Luiz da Silva)

Camaradas, fiquei responsável por fazer uma exposição sobre a intervenção do POR no movimento operário. Eu destaquei alguns pontos. Primeiramente, considero importante contextualizar a situação política na origem do Partido Operário Revolucionário, para fazer um balanço do que o partido defendeu, as resoluções, as campanhas, quais eram os principais problemas da Classe Operária em 1989, na década de 1990 e toda a linha que o partido elaborou e aplicou na luta de classes.

Fazendo a leitura dos Jornal Massas de 1989, já nos primeiros números, de julho, agosto e setembro, vemos que estavam mostrando que existia uma crise econômica mundial profunda. O governo Sarney atacando as massas com o Plano Verão, um arrocho salarial gigante, um aumento do custo de vida, demissões em massa. Existia uma crise, e isso obviamente levava à um ascenso

das lutas de 1970 a 1980, um ascenso das greves contra o arrocho e as demissões.

Existia, por um lado, a ofensiva do imperialismo exigindo as privatizações, a abertura do mercado e a destruição dos postos de trabalho; e, por outro, as massas se levantando em greves e as direções do movimento operário sendo obrigadas a assumi-las. É importante entender o que o partido defendeu e o que esses partidos e as correntes sindicais defenderam nessa época.

Em 1989 temos, por um lado, a formação do PT em 1980 e da CUT, em 1983, e temos, por outro a CGT com os sindicatos corporativistas, patronais que eram liderados pela Força Sindical do Medeiros e do Magno.

Nesse contexto, houve uma greve em março de 1989, de 48 horas, onde a burocracia cutista foi obrigada a defendê-la, mas traba-

lhou todo o tempo para quebrar o movimento, porque o método da ação direta e da greve geral como estava colocado, que as massas estavam se levantando, não era e não é a tática do PT e muito menos da CUT, que é o seu braço sindical.

Então, trabalhou durante todo o tempo para quebrar a greve, dividindo o movimento grevista em setores, em encontros estaduais, em negociações separadas. Essa foi a tática que a CUT levou adiante com toda a burocracia sindical para quebrar a greve.

Diante disso, o partido passou, mais uma vez, no teste da luta de classe, quando denunciou toda a tática e estratégia democratizante do PT de canalizar a luta, a ação direta das massas, para os comitês eleitorais. Porque, exatamente naquele ano, ocorreriam as eleições presidenciais. O PT e a CUT, em seus Congressos, aprovaram as resoluções de que o eixo era eleger Lula presidente. E, portanto, quebraram a greve geral de maio de 1989, e constituíram em todo o país comitês eleitorais pró-Lula.

Essa foi a tática que eles usaram porque era o que correspondia à sua estratégia. O PT, quando aprova em seu Primeiro Congresso o rechaço à revolução proletária e à insurreição das massas, passa a defender a estratégia do governo democrático e popular, a tática correspondente, obviamente, vai ser a de combater qualquer método de ação direta e defender a via democrática, a política de conciliação de classe.

Nesse momento também fica bem clara a posição do centrismo, porque as correntes centristas também foram defender os comitês eleitorais, assim como o PT. Cada corrente centrista, que se dizia revolucionária, trotskista, passou a defender também os comitês eleitorais, cada uma delas dizendo que se tratava de comitês de caráter classista, revolucionário, combativo. O POR responsabiliza também os centristas de trabalharem pela quebra da greve e da ação direta das massas. Assim, o POR interveio combatendo a política de conciliação do reformismo petista e da esquerda burocrática por canalizar a luta para via eleitoral, pondo às claras que as correntes de esquerda, nesse momento, todas sem exceção, apoiaram a frente popular do PT com PDT e PSDB.

Não fizeram nenhuma crítica à estratégia democratizante do PT de governo democrático popular a ser alcançado por meio das eleições. Todas, de forma oportunista, fizeram seus comitês com esse caráter e canalizaram, como já coloquei, traíram abertamente as massas com a estratégia burguesa de saída eleitoral para a crise econômica e política. Então o partido, já no seu primeiro jornal, fez toda a campanha em 1989, chamando as massas a não terem nenhuma ilusão na via das eleições, chamando a constituir comitês de luta nas fábricas, nos bairros, no campo, nas escolas, para defender, por meio de ação direta, as reivindicações da classe operária, para defender o programa de transição, as reivindicações imediatas e transitórias. E aí colocou a questão de que era necessário organizar a greve geral por tempo indeterminado. Colocou a necessidade de pôr abaixo o governo, e constituir um governo operário camponês, a ditadura do proletariado.

Portanto, o partido fez uma luta política nesse momento das eleições com a tática de como os revolucionários devem intervir nas eleições. E foi comprovado o acerto da linha, tanto que logo depois, no governo Collor, com toda a privatização que aconteceu, com as demissões, com os fechamentos de fábrica, mais uma vez vimos a traição das direções ligadas ao PT e à burocracia de esquerda, porque a Força Sindical, que se formou depois, de forma abertamente patronal, defendia junto com o governo Collor as reformas, as privatizações, todo ataque à classe operária. E com um argumento, claro, Medeiros e companhia, de que havia desemprego, e por isso não poderia fazer a luta.

A direção da CUT se baseava nesse mesmo argumento. Dizia que a espada do desemprego impedia a luta dos trabalhadores, impossibilitava a luta dos trabalhadores em organizar a greve. E é por esse argumento que, desde os anos 1990 até os dias de hoje, essa burocracia trai a classe operária. Em toda a luta, coloca a clas-

se como culpada, dizendo que não é possível fazer a luta, porque a classe operária não tem a disposição, porque a classe operária não está disposta, quando eles, desde o início, foram os traidores da luta da classe operária, foram eles que se curvaram, primeiro a burocracia da Força Sindical patronal; a CUT logo em seguida começa a defender todo o processo de flexibilização capitalista e o centrismo de esquerda sempre como apêndice defendendo também esses acordos, tanto é que hoje a Força Sindical, CUT e Colutas que é o braço sindical do PSTU fazem os mesmos acordos de flexibilização capitalista, layoff, demissão, terceirização, redução das jornadas com redução de salário, é o mesmo acordo patronal, é a política burguesa aplicada sobre a classe operária.

Em contraposição, o partido vai mostrando nesse processo todo o tempo a defesa, a necessidade da independência política da classe operária, do proletariado, a necessidade da defesa da democracia operária, a soberania das assembleias, o combate à política de conciliação de classes, de negação da democracia sindical, pela direita e pela esquerda centrista.

Para o contexto desse momento, até 1990, 1997, o partido, apoiando-se em toda essa experiência de luta da classe operária, da luta de classe, no combate à política reformista e centrista, vai elaborar no seu V Congresso as Teses Sindicais, onde vai transformar em teoria toda essa experiência, porque vai mostrar primeiro a questão dos sindicatos, a origem dos sindicatos como instrumento de luta da classe operária independente, a soberania das assembleias, a democracia operária, os sindicatos como o primeiro instrumento de experiência revolucionária da classe operária, que permitiu à classe operária superar o seu estilhaçamento e a se unificar como força social contra a burguesia, a criar as centrais sindicais como parte da necessidade da unidade dos explorados.

Partindo de toda a experiência do marxismo-leninismo-trotskismo, da luta do proletariado internacional, aplicando à realidade no Brasil. As Teses Sindicais vai mostrar exatamente, partindo dessa traição das direções traidoras dos partidos que dirigem o movimento sindical, que estão canalizando toda a luta da classe, bloqueando, fazendo tudo para impedir que as massas se levantem e coloquem as suas reivindicações. O partido vai colocar nas Teses Sindicais também algo fundamental que é que, no movimento sindical, se expressa duas políticas: a política burguesa, a política reformista burguesa, a dos partidos reformistas, que no caso o PT estava à frente; e a política revolucionária, do partido marxista-leninista-trotskista.

A política reformista burguesa do PT, que se comprovava na luta de classe e tinha como meio para chegar ao seu objetivo de se eleger e se manter no poder administrativo da burguesia, a política de conciliação, que necessitava estatizar o sindicato, necessitava colocar fim à democracia operária, necessitava colocar a divisão da classe operária nos setores, nas fábricas e a oposição burocrática à unidade. E, por outro lado, a política revolucionária do partido, que, desde o início, interveio colocando que os sindicatos só têm uma saída na fase imperialista, ou se tornam um instrumento da revolução, ou vão cumprir o papel de agentes da burguesia. E isso é o que aconteceu e está acontecendo com o reformismo na direção dos sindicatos e com o centrismo na direção dos sindicatos, os sindicatos passaram a ser correias de transmissão, a defenderem acordos de interesses da patronal, são uma correia de transmissão da política burguesa no seio da classe operária.

O partido, ao elaborar suas Teses Sindicais, vai deixar claro que somente uma direção classista e revolucionária pode levar adiante esse programa, que é de independência e defesa das reivindicações próprias da classe operária, para unificar a classe e colocar abaixo o capitalismo, e todas as frações burocráticas pró-burguesas que estão dirigindo o movimento operário.

Outro momento importante na luta de classe que o partido utilizou para elaborar o programa foi, em 2001, ao intervir com o Boletim Nossas Classe, que é o instrumento que o partido utiliza

para fazer penetrar o programa no interior da classe operária, no seio do movimento operário, e em construir as células operárias, as frações classistas e revolucionárias, para expulsar a burocracia sindical de direita e de esquerda e resgatar o sindicato como instrumento de luta para a revolução social, para a emancipação da classe operária.

Em 2001, o partido fez a elaboração do boletim de Nossa Casa a partir da luta na Volkswagen, em São Bernardo do Campo, com os metalúrgicos do ABC, porque lá foi possível constituir uma frente de oposição, com o POR, PSTU, PSOL na eleição para a Comissão de Fábrica e a Volks. Fizemos essa experiência em um momento em que já estava em processo a aplicação da flexibilização capitalista pelo Sindicato Metalúrgico do ABC, controlado pelo PT, que foi o primeiro sindicato a negociar os acordos de banco de horas, banco de dias e terceirização.

Nessas condições, conseguimos formar uma oposição para combater a política da burocracia sindical. E nessa luta fizemos uma frente onde foi possível desmascarar toda a política da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC como um braço do PT, que já estava preparando toda essa política de conciliação. Ainda em 2001, na Volkswagen, a burocracia defendeu um acordo de 3.600 demissões, um ataque profundo à classe operária. E nós fizemos a luta nessa frente de oposição.

Logo depois, ocorreu o Congresso dos Metalúrgicos do ABC, onde foi possível a intervenção do POR. E nessa luta contra a burocracia de direita, o partido, ao mesmo tempo, fez uma luta política contra o centrismo nessa frente, porque quando nós colocamos no Congresso as teses para defender perante os delegados metalúrgicos de que diante das demissões, diante do fechamento de fábricas era necessário ocupar a fábrica, lutar pela estatização sem indenização, defender o controle operário, unificar a classe operária em assembleia gerais para unificar a luta, os centristas não tiveram acordo em colocar essas consignas. Por quê? Porque sua tática também não é a de enfrentamento, de colocar um fim à propriedade privada e estabelecer o controle operário dos meios de produção. Essa experiência que se realizou no Congresso dos Metalúrgicos também foi muito importante, porque mostrou a política centrista de conciliação que termina sendo de apoio à política do reformismo.

Outro ponto importante, é que tivemos a intervenção do partido na divisão da CUT. Como é um princípio do marxismo, o POR sempre trabalhou pela unidade da classe operária, pela unificação de todos os setores para combater a burguesia de forma unificada com uma central única, classista e revolucionária. Em 2004, o PSTU defendeu exatamente o contrário. Propôs a cisão da CUT e a construção da Conlutas. Nesse momento o partido interveio em todas as plenárias que foram chamadas pela Conlutas (nacionais e estaduais) e conseguimos eleger delegados para participar do Congresso de Fundação da CSP-Conlutas.

Apontamos que o PSTU e aliados estavam cometendo um erro em cindir a CUT para construir uma outra central, o que nós caracterizamos como um aparato, porque foi exatamente o que eles fizeram, uma central de aparato corporativo para defender seus próprios interesses. Os centristas tinham toda a razão quando colocavam que a CUT estava burocratizada, que a CUT estava estatizada, mas a saída não era romper e construir uma outra central, que hoje podemos ver o que se tornou a Conlutas, um aparato do PSTU que faz os mesmos acordos que a CUT, e que toda a burocracia faz.

Então, o partido interveio corretamente no Congresso da Conlutas, chamando a constituir a luta política no interior da CUT, construir uma frente única, nacional, de luta, para expulsar a burocracia, e defender uma central única, classista e revolucionária.

Certamente, esse foi um momento importante na luta do partido, nesses 34 anos. Para combater a política divisionista, porque hoje os trabalhadores estão divididos nas fábricas, os terceirizados,

os contratados, os efetivos. São 10 sindicatos em uma só fábrica. E essa mesma pelegada da direção da CUT, da Força, da Conlutas, hoje estão disputando para representar os trabalhadores terceirizados. Não há luta contra a terceirização, não há luta contra a precarização, hoje eles vão lá e formalizam e eles mesmo têm um setor nos sindicatos para representar os trabalhadores terceirizados.

Ou seja, é mais do que urgente campanha permanente que o partido vem fazendo contra a terceirização, pelo fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e a unidade dos trabalhadores terceirizados, contratados e efetivos. Porque a patronal, junto com a burocracia, está conseguindo reduzir os salários, reduzindo os pisos salariais, demitindo os trabalhadores efetivos, terceirizando, pagando um terço do salário dos trabalhadores e sem direitos. Além de toda a aplicação da reforma trabalhista que está sendo implantada hoje nas fábricas, nas montadoras, na produção diretamente e não somente nos serviços de limpeza.

Quando defendemos o fim da terceirização, a necessidade de construir a greve, da ocupação das fábricas, o controle operário, a estatização sem indenização, defendendo uma política revolucionária para os sindicatos, ela vai se chocar diretamente com a burocracia de esquerda e com toda a burocracia sindical.

E, nos últimos anos, como em 2019, foi concreto. A Ford fechou as quatro unidades do país, e os metalúrgicos do ABC negociaram a indenização em troca do fechamento, ou seja, desemprego e miséria para os trabalhadores. E o partido, mais uma vez, fez campanha em todos os setores, em todo o nível nacional, pela greve, pela ocupação da fábrica e a estatização sem indenização sobre o controle operário. Como única forma de combater as demissões, como única forma de defender os empregos.

Portanto, camaradas, esses 34 anos, fazendo um balanço da intervenção do partido, temos o acerto da linha e a tarefa de superar a crise de direção. Porque hoje concretamente a crise de direção se materializa, quando vemos a patronal fecha fábrica e a burocracia negocia a indenização e o desemprego da classe operária, sem que exista uma fração com consciência de classe para resistir à barbárie capitalista. Essa é concretamente a crise de direção do proletariado.

Como foi colocado aqui pelos companheiros, o partido surgiu em 1989, já num profundo processo de crise de direção. Porque, na origem da classe operária, tinham os anarquistas, que defendiam os métodos de ação direta, mas não defendiam a construção de um partido para unificar a classe operária. Depois vieram os estalinistas com a política de unidade com a burguesia, e traíram a classe operária. Depois, o PT em 1980, e traiu mais uma vez a classe operária. Hoje, a classe operária está morrendo, está sendo literalmente morta nas fábricas. Em Capuava temos um terrível exemplo. Por conta da precarização e da terceirização, um tanque, onde os operários estavam trabalhando, explodiu, causando a morte de um operário, um soldador, e outros três estão feridos e isso é um exemplo de milhares do mal chamado acidentes de trabalho que acontecem todos os dias. Houve um aumento de 35% no número de trabalhadores que são mortos em acidentes de trabalho nos últimos anos. E a causa é exatamente a precarização, a superexploração do trabalho. Enquanto isso, há uma ausência das direções, e é isso que está colocado para o partido.

O trabalho é redobrar o esforço para construir as frações classistas e revolucionárias em todas as fábricas. Essa é a grande tarefa colocada para o partido, para as células, e para todos os companheiros que estão vindo aqui hoje.

O chamado a constituir, a se integrar nessa luta pela construção do Partido Operário Revolucionário, para combater a política reformista do PT, para combater o centrismo, que engana as massas e que ilude as massas com a possibilidade de resolver seus problemas por meio das eleições.

Hoje, vemos a necessidade de fazer um trabalho com o boletim de Nossa Classe nas portas das fábricas e principalmente o trabalho clandestino no seu interior. Porque a relação hoje da burocracia com a patronal é forte, por isso é necessário discutir a tática para organizar a fração classista e as células operárias. Então, o Boletim Nossa Classe faz essa campanha permanente sobre a necessidade de construir as frações classistas e revolucionárias, sobre a necessidade de defender as reivindicações vitais, a campanha salarial, a defesa do salário mínimo vital, que seja suficiente para garantir

a vida dos trabalhadores, a redução da jornada sem redução do salário. Essa é a campanha hoje, que está colocada para defender o emprego e os salários e todas as reivindicações que unificam a classe operária.

A única forma de resgatar os sindicatos para a luta de classes, é constituindo as frações classistas e revolucionárias. E é para essa tarefa que o partido está chamando e organizando nas fábricas a classe operária.

Após cada exposição, a mesa abriu a discussão para considerações do plenário. Houve uma intensa participação dos presentes, incluindo convidados. Devido ao volume de intervenções, não é possível relatar uma a uma. Publicamos uma das considerações, entregue por escrito à comissão de redação do jornal Massas.

Breve consideração feita no ato de comemoração dos 34 anos do POR

É elucidativo o significado dos 34 anos de construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil e merece destaque uma parte de uma das intervenções. Um militante porista lembrou a formulação que consta no texto de apresentação do Programa do POR Brasileiro “A construção do partido e do programa é uma obra histórica. Não se faz com improvisações”. Afirmou que a doutrina marxista-leninista-trotskista é um guia seguro para o POR assimilar as experiências históricas e se forjar como partido-programa, o que se materializa no programa de cada seção do CERQUI, que responde às particularidades do desenvolvimento de cada país.

Isso distingue o POR das demais correntes, que chegam até a dizer que o seu programa é o Programa de Transição, mas que

no final são arrastadas pela política burguesa. Ressaltou que não encarnamos o marxismo-leninismo-trotskismo como um dogma. Exemplificou mostrando erros de aplicações mecânicas dos conceitos, como o de que o processo de restauração capitalista na Rússia só concluiria com uma guerra travada pelo imperialismo contra a URSS, o que não se passou. Outra questão diz respeito à posição diante da greve das polícias, moralmente condenada pelas esquerdas, inclusive que se dizem trotskistas; ou da posição diante da Assembleia Constituinte, que consta no Programa de Transição, mas que tem se colocado via de regra como um desvio. Por fim, afirmou que o POR Boliviano é um exemplo consistente de um partido que se vinculou à classe operária e se forjou como partido-programa.

Balanco do ato de comemoração do 34º aniversário do POR

Paraná

O ato de comemoração do 34º aniversário do POR, em 2 de julho, mostrou uma grande evolução política, mostrou que demos passos importantes na superação do caráter embrionário da organização, principalmente no amadurecimento programático e na construção de quadros partidários.

Os aspectos abordados pelos expositores durante o ato permitiram destacar este amadurecimento e a homogeneidade de assimilação, aferida nas intervenções do plenário, que expressaram a elevação política de conjunto.

Ficou evidente, pelo nível das intervenções, que o POR conta hoje com quadro de militantes formados na escola do marxismo militante, pois, as manifestações evidenciaram o vínculo das ideias elaboradas com a intervenção militante do Partido.

A ordem e organização do ato demonstraram a elevação da disciplina militante, superando a dispersão de outras épocas, que obrigava às vezes chamar a atenção para que os militantes se concentrem na atividade coletiva e na manutenção da disciplina.

Rio Grande do Sul

O Partido Operário Revolucionário, seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional – CERQUI, promoveu, na data de 2 de julho de 2023, o ato político em comemoração aos trinta e quatro de sua fundação. Contando

com a saudação de todas as regionais do partido, se discutiu a intervenção política nas diferentes localidades, bem como o processo de desenvolvimento programático que o partido passou desde sua fundação, ainda como Tendência pelo Partido Operário

Revolucionário (TPOR), no início com vínculos com o Partido dos Trabalhadores, defendendo a necessidade deste partido assumir um programa proletário, ou seja, de defesa da revolução e ditadura proletárias.

Tendo em vista a crise de direção revolucionária, aberta desde a degeneração programática da III Internacional pelo estalinismo, se frisou a necessidade histórica do desenvolvimento do partido-programa no Brasil a partir dos fundamentos do Manifesto do Partido Comunista de 1848, das teses dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, da época de Lênin e Trotsky, e do Programa de Transição de 1938. Devido à incapacidade dos trotskistas brasileiros pioneiros de cumprir tal tarefa, coube à militância porista a incumbência por essa elaboração programática, forjada na luta de classes.

9 de Julho, Dia da Luta Operária

No dia 8 de julho, o agrupamento vinculado a Rádio Pião realizou um Seminário sobre a greve geral de 1917, no Brasil. Convidou um militante do Partido Operário Revolucionário para expor sobre o acontecimento que marcou a história da classe operária em nosso país. No início, o organizador do Seminário fez uma breve apresentação sobre o dia 9 de julho, data em que o operário José Martinez foi assassinado em meio a uma greve. Em seguida, passou a palavra para Atilio. A exposição contou com três pontos e uma conclusão:

I. A greve de 1917 foi a 1ª Greve Geral da classe operária no Brasil

a) A quantidade de greve era enorme, mas ela se destacou na formação da classe operária, como força social capaz de alcançar a independência política;

b) Como greve geral expressou um nível de organização capaz de dar unidade programática e coesão política;

c) A sua resistência à repressão e a persistência no tempo se impuseram diante dos governantes e do patronato;

d) Foi a greve que partindo das reivindicações mais elementares se transformou em greve política, com caráter insurrecional;

e) Destacam-se os anarco-sindicalistas, que se mostraram como força política hegemônica nos 20 primeiros anos do século XX;

f) As principais reivindicações impostas no acordo que finalizou a greve continuarão como fator de novas greves e manifestações, uma vez que a burguesia não as cumpriu imediatamente;

g) O governo burguês acabou sendo obrigado a reconhecer e a transformar em lei reivindicações fundamentais, como a jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho das crianças e mulheres, admissão do princípio do salário mínimo e direitos sindicais;

h) A violação das leis é motivo de novas lutas, que o proletariado está obrigado a travar contra o desemprego estrutural, os baixos salários, a quebra de direitos e a permanência da miséria e fome, também estruturais.

II. A greve geral de 1917 e seus antecedentes

a) As primeiras greves ocorreram no final do século XIX, como expressão do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que se encontravam encarceradas por séculos no sistema colonial escravista;

b) A superação da forma embrionária da luta de classes se ini-

ciou nos primeiros 20 anos do século XX. A greve geral de 1917 evidenciou a existência de um proletariado capaz de exercer a luta econômica e política;

c) As forças produtivas industriais ainda se encontravam em seus primórdios, sendo que as formas artesanais de produção continuavam fortemente presentes (indústria de alimentação, têxtil, metalurgia, transporte, energia);

d) Os operários da indústria já tinham como se impor diante dos capitalistas como classe revolucionária, apesar da importância significativa de suas camadas vinculadas às atividades artesanais e pré-capitalistas. Destaca-se inclusive a presença dos assalariados do Estado (servidores públicos);

e) A greve de 1898 na fábrica de fósforo e têxtil, bem como os protestos dos ferroviários em SP, assinalaram o caminho que a luta operária viria a tomar já no início do século XX;

f) Em 1900, a greve dos ferroviários da Bahia colocou duas reivindicações que serviriam de base para todo o movimento posterior: aumento de salário e redução de jornada;

g) Em 1901, a greve dos tecelões na Fábrica Tecido Industrial, RJ, levantou a reivindicação contra a opressão capitalista no interior das fábricas (luta contra os maus tratos);

h) Em 1903, desponta o início da tendência de generalização da luta pela jornada de 8 horas e salários, bem como o confronto coletivo das massas com as forças policiais (greve no Lloyd Brasileiro, na Fábrica de Tecido Aliança, greve dos chapeleiros, greve dos motorneiros de bondes, greve dos sapateiros e refinadores de açúcar), (queima de bondes);

i) Entre 1903-1904, diminuiu o ímpeto das greves, destacando-se a greve dos servidores públicos do RJ, contra o atraso de salário;

j) De 1905-1907, retomam-se os surtos das greves, tendentes a alcançar um caráter nacional (RJ, Santos, Recife, SP, Rio Grande do Sul, Bahia). Em 1906, o movimento indicou o caminho da greve geral;

k) Em 1908, diminuiu o ímpeto;

l) Em 1909, o movimento volta a se despontar, enfrentando dura repressão, como a prisão de 200 trabalhadores em Santos;

m) Em 1910, uma nova baixa no movimento;

n) Entre 1911 e 1916, as greves voltavam e diminuam. Destaca-se a greve dos têxteis da fábrica Sapopemba contra a demissão de um sindicalista. Em 1912, a revolta contra o assassinato de um grevista de Juiz de Fora (MG). Em 1914, as greves praticamente cessaram. De 1915-1916, termina o refluxo, com greves no RJ e Rio Grande do Sul, onde houve um grande movimento de mineiros, tecelões, marceneiros, gráficos e serventes.

III. Ascenso grevista de 1917

a) Em maio, no RJ, os operários da fábrica de tecidos Corcovado, com a adesão das fábricas São Felix e Carioca, deram sinais do descontentamento operário que viria a explodir no início de junho. A polícia proibiu comícios e decretou prisões;

b) Em 12 de junho, se iniciará a grande greve, que tomará a forma de primeira Greve Geral no Brasil. Inicia-se com a greve no Cotonifício Rodolpho Crespi, da Mooca, que imediatamente contou com a solidariedade dos operários da Fábrica Nami Jafet. A greve se iniciou por aumento de salário e contra atraso de pagamento;

c) No dia 9 de julho de 1917, foi assassinado o jovem sapateiro Francisco José Martinez, pela polícia de SP, na porta da fábrica Mariangela, no Brás, foi o estopim da Greve Geral;

d) Mas será em 11 de julho que se configurará a greve geral, que de 15 mil operários saltam para 20 mil. A paralisação atinge a indústria, transportes coletivos, comércio e energia, comandada pelo Comitê de Defesa Proletária. A greve se estende para o interior de SP;

e) Constitui-se uma mesa de negociação realizada entre o Comitê de Defesa Proletária e uma comissão de jornalistas;

f) Em 17 de julho, houve um acordo. O Comitê de Defesa Proletária publicou um Manifesto sobre a vitória. No dia 18 de julho, realizou-se um comício-assembleia no Largo da Concórdia, no Brás. E o movimento se encerrou com o Hino da Internacional;

g) Em dezembro de 1917, o governo publicou um Decreto regulamentando o trabalho feminino e infantil, trabalho de mulheres e menores de 18 anos foi proibido nos serviços noturnos, proibição do trabalho da mulher grávida um mês antes e um mês depois do parto;

h) O acordo não foi cumprido por todos os capitalistas, o movimento grevista retoma no dia 19 de julho, se estendendo até outubro;

i) Em outubro o Brasil entra na guerra, decreta o “estado de sítio” e faz uma campanha de patriotismo apoiando a aliança imperialista, conduzida pelos Estados Unidos contra a Alemanha;

j) Com o fim guerra, em 1919, retomam as lutas, principalmente em SP. Uma das reivindicações era o reconhecimento dos sindicatos;

k) Em 1920, houve duas greves importantes em março e abril, têxtil (SP) e ferroviários (RJ). A partir de abril, o movimento perde impulso.

Conclusões

a) O período que vai do final do século XIX e início de XX (até 1920) pode ser considerado como o de constituição do proletariado como classe antagônica à burguesia;

b) A classe operária de 1900 a 1920 reagirá à brutal exploração capitalista da força de trabalho e à sua ditadura de classe;

c) As greves instintivas (espontâneas) permitem a constituição de uma vanguarda classista encarnada pelos imigrantes europeus que traziam uma formação no campo do anarquismo e do marxismo;

d) Tornou-se possível já no início do século constituir as primeiras organizações independentes da classe operária, realizar congressos, desenvolver os métodos da ação direta e colocar em prática a democracia proletária;

e) A greve geral é um dos instrumentos mais elevados da luta coletiva e unitária dos explorados, de maneira que coloca na or-

dem do dia a luta política contra a burguesia e sua ditadura de classe, materializada no Estado;

f) O proletariado desse período ainda era incipiente, uma vez que as forças produtivas do capitalismo ainda se encontravam em estado embrionário, sendo que a indústria dava seus primeiros passos como motor do desenvolvimento capitalista, tendo que coexistir com formas pré-capitalistas que vinham do colonialismo e do escravismo;

g) A 1ª guerra mundial e a Revolução Russa permitiram vincular organicamente o proletariado brasileiro ao mundial. As respostas à guerra e o apoio à Revolução Proletária na Rússia ajudaram a amadurecer o proletariado brasileiro sob as formas do internacionalismo;

h) O declínio do anarco-sindicalismo e a constituição do Partido Comunista em 1922 colocaram o grande problema para o proletariado, que é o da revolução social e construção do socialismo;

i) A estalinização do Partido Comunista, já na origem, levou a uma cisão que colocou a grande divergência entre o nacional-socialismo e o internacionalismo assumido pela Oposição de Esquerda trotskista;

j) Hoje, atravessamos um período de crise de direção, que é o grande problema a ser enfrentado pela classe operária, nas condições de desintegração do capitalismo, de guerra na Ucrânia e de guerra comercial dos Estados Unidos com a China.

Concluída a exposição, abriu-se a discussão ao plenário. Pontos desenvolvidos:

1) Por que caracterizar o levante de 1917 de Greve Geral?

a) A unidade grevista abrangendo vários setores da economia;

b) Extensão da greve iniciada em São Paulo para outros estados, principalmente Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul;

c) Programa de reivindicação unificado (aumento de salário, redução da jornada para 8 horas, proteção ao trabalho da mulher, das crianças e adolescentes, direito de manifestação e organização);

d) Constituição de uma direção representada pelo Comitê de Defesa Proletária, em São Paulo;

e) Manifestações e assembleias unificadas.

2) As condições econômicas e agravamento da situação de vida da classe operária e dos demais trabalhadores, no período da 1ª Guerra Mundial.

3) A importância da agitação, propaganda e organização sindical levada a cabo pelos anarquistas, que traziam experiências como imigrantes europeus, principalmente os espanhóis e italianos.

4) A ausência de um partido proletário expressou as limitações sindicalistas da Greve Geral, embora como tal assumisse um caráter político de confronto de classe contra classe e de choque com o Estado burguês.

5) O programa do POR incorpora a experiência da greve geral de 1917 como início da constituição do proletariado como classe revolucionária.

O Seminário foi encerrado com um VIVA à Greve Geral e ao mártir operário José Martinez.

Nesta edição:

- **Bolívia:** A Agonia do M.A.S.
- **União Europeia:** Recessão técnica expressa as tendências recessivas mundiais
- **Israel:** Juventude palestina resiste à invasão de Israel
- **França:** Revolta da juventude oprimida contra violência policial
- **Grécia:** Resultado eleitoral ratifica o esgotamento das ilusões das massas no Syriza
- **Trotsky:** Folheto sobre a guerra imperialista – Cap. 1: A questão dos Balcãs

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



No.2752
12/07/23
Edición digital



PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

Sección Boliviana del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

Bolívia

A Agonia do M.A.S.

A luta interna do M.A.S. adquire a cada dia mais virulência. Tudo indica que a ruptura entre evistas e arcistas é irreversível. As acusações mútuas trazem à tona a roupa suja dos masistas no poder e expõem a corrupção de seus governos, afundando-os ainda mais.

No entanto, há quem, principalmente da oposição da velha direita, acredite que tudo é uma farsa armada pelo maquiavelismo e que, na hora do aperto, acabarão se unindo nas eleições de 2025 para não largar de Poder. É uma possibilidade que não pode ser descartada. Mas, a crise do MAS não é de forma alguma um teatro encenado, é a expressão de seu total esgotamento político e por isso seu destino é acabar se estilhaçando.

O MAS não é um partido político programático, é um agrupamento de indigenistas e esquerdistas reformistas pró-burgueses. Todos ávidos de se enriquecerem às custas do Estado, em nome da maioria indígena e mestiça “interculturais”, aproveitando a ilusão de que a origem indígena-camponesa do cocalero Evo Morales despertou neles, após cinco séculos de opressão herdada da colônia.

Essa ilusão se esgotou e com ela o apoio político do M.A.S. Em outubro-novembro de 2019, o que ocorreu foi uma rebelião nacional de amplos setores da pequena burguesia, promovida pelas camadas superiores da pequena burguesia, levantando a “defesa da democracia” contra a arbitrariedade do masismo, que jogou no lixo o resultado do referendo de fevereiro de 2016, que rejeitou a reeleição de Evo Morales e a fraude evidente nas eleições de 2019.

Quando Evo, rindo dos assobios com que as mulheres dos bairros altos e seus filhos bloqueavam as ruas, convocou os explorados a sair e defender “seu governo”, descobriu que não havia resposta, a decepção política dos masistas aumentou, deixou claro, o que não significa que estivessem do lado da conspiração de direita, liderada pelo Comitê Cívico de Santa Cruz e Facho Camacho.

O governo desmoronou e Evo teve de escapar tentando justificar sua fuga instruindo Guarachi a pedir-lhe em nome da COB e do Pacto de Unidade sua renúncia para “pacificar o país”, e todas as autoridades do governo a renunciar com certeza com a intenção de provoca um vazio de poder que se resolve pedindo a sua devolução.

O vácuo de poder foi resolvido em favor da velha direita, que forçou uma “saída constitucional” e subiu ao poder com o governo de transição da senhora Añez. Só então parte das bases populares remanescentes do MAS reagiram ao grito de “agora sim, guerra civil” e foram brutalmente reprimidas.

Jamais sairemos do círculo vicioso da luta entre as correntes políticas burguesas historicamente esgotadas se não conseguirmos colocar o proletariado à frente do grupo dos oprimidos e explorados com sua própria perspectiva; o governo operário-camponês e de todos os oprimidos, que põe fim à burguesia inútil e estabelece o socialismo baseado na propriedade social dos grandes meios de produção.

NOVA EDIÇÃO!

Adquira já o Boletim do CERQUI Nº38 por apenas R\$ 5,00

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Reconhecimento ao trabalho e à obra de Guillermo Lora

14 anos do falecimento do dirigente do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Nossa tarefa é a de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

Memória Eterna a Guillermo Lora!

Israel

Juventude palestina resiste à invasão de Israel

Nos dias 3 e 4 de julho, mais de mil soldados israelenses, acompanhados por helicópteros, drones e tratores de esteira, realizaram uma larga operação de invasão do campo de refugiados de Jenin, Cisjordânia, com o objetivo de dismantelar a resistência armada da juventude palestina, as chamadas Brigadas de Jenin. A última invasão dessa magnitude remonta a abril de 2002, em um massacre de centenas de palestinos.

O resultado da invasão foi o assassinato de 12 palestinos (incluindo quatro crianças), e um rastro de enorme destruição na infraestrutura do local, com cerca de 80% das residências danificadas, queimadas ou destruídas. No entanto, o exército israelense não foi capaz de cumprir seu objetivo de dismantelar a resistência armada da juventude palestina, que conta com forte apoio popular e, por conta disso, com a capacidade de se dispersar e se reagrupar no território sem serem dizimados pelas forças israelenses. No segundo dia da invasão, o exército se viu obrigado a se retirar, e o primeiro-ministro teve de dizer que a missão estava “completa” e que “não seria a última”.

No dia 4 de julho, os palestinos realizaram uma greve geral contra a invasão. Na quarta-feira (5/7), milhares compareceram ao funeral dos mártires mortos pela invasão, e três membros da Autoridade Palestina (Fatah) foram expulsos pelos manifestantes, sob gritos de “fora, fora!” e de “traidores”.

Tem sido crescente a insatisfação dos palestinos na Cisjordânia contra a Autoridade Palestina (Fatah), que tem atuado claramente com uma política de colaboração com a opressão nacional do Estado de Israel. A sua “inoperância” (como dizem os palestinos) contra as invasões à Cisjordânia tem sido um fator para que a resistência armada da juventude tenha ganhado forte respaldo popular.

A desilusão com o Fatah, partido governante palestino que aceita a existência do Estado de Israel e busca a via da conciliação,

tem empurrado esse setor da juventude a se armar e a confiar em suas próprias forças. No entanto, na ausência de uma direção revolucionária, inexistente o armamento de todo o povo palestino. Por mais que tenham um forte apoio

popular, não serão capazes, a longo prazo, de deter o exército israelense. Há muito, está colocada a tarefa de armar as massas. O que o Fatah tem se negado. Sem um levante armado de todo o povo, se torna mais difícil o apoio dos oprimidos no Oriente Médio contra o colonialismo imperialista do Estado Sionista, sustentado pelos Estados Unidos e demais potências aliadas.

Somente com o programa revolucionário, que se baseia no armamento geral das massas e numa frente única anti-imperialista, é que os explorados palestinos serão capazes de deter a ofensiva israelense sobre a Cisjordânia. O armamento de milhares de palestinos, entrenchados em cada canto da Cisjordânia, se ergueria como uma fortaleza contra as invasões do exército sionista.

A luta do povo palestino pela sua autodeterminação nacional é parte da luta dos oprimidos do Oriente Médio contra a opressão imperialista. A classe operária, como direção da maioria oprimida, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, é a única classe capaz de unir os povos oprimidos na luta pela expulsão do imperialismo da região, a destruição do Estado Sionista de Israel e a constituição de uma República Socialista da Palestina una e independente.



União Europeia

União europeia entra em recessão técnica, expressando as tendências recessivas mundiais

No dia 8 de junho, a Eurostat, agência oficial de estatísticas da União Europeia, divulgou uma contração de 0,1% na economia do bloco europeu para o primeiro trimestre de 2023, após uma queda também de 0,1% no último trimestre de 2022. Com isso, a União Europeia está, oficialmente, em recessão técnica. A Alemanha, uma das principais economias da União Europeia, teve uma queda de 0,3% em seu PIB, após registrar uma contração de 0,5% no 4º trimestre de 2022.

A recessão técnica na União Europeia é expressão das tendências recessivas mundiais, que refletem os efeitos persistentes da crise de superprodução de 2008. Tais tendências foram agravadas pela intensificação da guerra comercial entre EUA e China, a crise econômica e pandêmica, a guerra na Ucrânia e as sanções dos EUA e OTAN contra a Rússia. A esses fatores somam-se à elevação das taxas de juros, para conter a inflação gerada pela alta demanda da retomada pós-pandemia e pelo aumento especulativo dos lucros monopolistas.

No dia 14 de junho, o Comitê de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) do Federal Reserve (FED) decidiu manter a elevada taxa de juros dos EUA entre 5% e 5,25%. Em coletiva de imprensa, o presidente do FED, Jerome Powell, destacou a intenção dos membros do FOMC de mais aumentos ainda este ano. Os constantes aumentos da taxa de juros nos EUA têm obrigado os demais bancos centrais a também aumentarem as suas respectivas taxas, empurrando assim a economia mundial a uma alta do endi-

vidamento público, desvalorização das moedas nacionais frente ao dólar e a uma redução dos investimentos e do consumo, impulsionando assim as tendências recessivas mundiais.

A crise bancária, que teve seu estopim em março com a quebra do banco Vale do Silício (SVB) e que não foi debelada, tem como epicentro a economia dos EUA e permanece como mais um fator de tensão na economia mundial. Os efeitos dessa crise já se fizeram sentir na Europa, com a quebra do centenário Credit Suisse e sua aquisição pelo maior banco da Suíça, o UBS, aumentando a concentração monopolista no setor bancário.

As tendências recessivas mundiais parecem como um combustível para o aumento da barbárie capitalista e, em particular, das tendências bélicas, em que os EUA, como maior potência econômica, financeira e militar, buscam manter sua hegemonia mundial, o que exige uma nova partilha imperialista do mundo.

Somente a classe operária é capaz de dar uma resposta progressiva à crise do capitalismo, por meio da estratégia histórica da revolução e ditadura proletárias, que expropriará a burguesia e organizará a economia pelos métodos socialistas de planificação e pela união voluntária entre as nações. O caminho da revolução proletária internacional será retomado nas condições de luta avançada pela superação da crise de direção revolucionária da classe operária, que implica a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

França

Revolta da juventude oprimida contra a violência policial



No dia 27 de junho, o jovem Nahel Merzouk, de 17 anos e descendência argelina e marroquina, foi baleado e morto pela polícia francesa com um tiro na cabeça, durante uma blitz no subúrbio parisiense de Nanterre.

A morte de Nahel não é um caso isolado. Após a aprovação de uma controversa lei que permite a polícia atirar em veículos que se recusem a obedecer às ordens da blitz, já ocorreram três assassinatos desse tipo somente neste ano, e 13 no ano de 2022.

O fato despertou protestos em toda a França, inclusive em seus territórios ultramarinos (Guiana Francesa e Caribe). A juventude oprimida tomou as ruas contra a violência policial, que se volta principalmente contra a juventude explorada dos subúrbios parisienses e, em particular, os descendentes de imigrantes.

O governo de Macron, cinicamente, “lamentou” a morte do jovem, quando lhe recai toda a responsabilidade pelo ocorrido. Além disso, o governo francês respondeu aos protestos com uma

forte repressão, com mais de 40 mil policiais mobilizados, toque de recolher e proibição de realizar manifestações em algumas cidades, 1.311 presos, além de centenas de feridos.

A revolta da juventude oprimida ocorre em um contexto de profunda insatisfação dos explorados com a destruição de suas condições de vida, agravadas pelos efeitos da guerra na Ucrânia e sanções à Rússia. Ainda está recente a ofensiva ditatorial do governo Macron para a imposição da Reforma da Previdência, que aumentou de 62 para 64 anos a idade mínima, e de 42 para 43 anos o tempo de contribuição, o que desencadeou vários protestos e greves gerais.

A explosiva revolta da juventude oprimida francesa é mais uma demonstração de que as massas só têm a confiar em suas próprias forças. No entanto, na ausência de uma direção revolucionária, que expresse a estratégia da classe operária, os protestos não conseguiram ir à raiz do problema do agravamento de suas condições de vida e da intensificação da barbárie, que está no desemprego, na destruição dos direitos trabalhistas, no aumento da miséria e na existência do aparato repressivo da burguesia, voltado à manutenção da ditadura de classe da burguesia.

A classe operária francesa tem realizado importantes demonstrações de força, a exemplo da greve dos petroleiros em outubro do ano passado. A conquista da independência de classe do proletariado, com a reconstrução do partido marxista-leninista-trotskista, é o caminho para unir a maioria oprimida contra a opressão policial e demais expressões da barbárie capitalista.

Grécia

Resultado eleitoral ratifica o esgotamento das ilusões das massas no Syriza

O resultado das eleições parlamentares da Grécia deu novamente a vitória ao partido da direita burguesa Nova Democracia (ND), do Kyriákos Mitsotákis, que, ao conquistar 40,6% dos votos e maioria absoluta no parlamento (158 assentos de 300), exercerá seu segundo mandato sem necessidade de formar uma coalizão com outros partidos.

O Syriza, de Alexis Tsipras, obteve 17,83% dos votos, com 47 assentos no parlamento. Este partido pequeno-burguês democratizante se potenciou e venceu as eleições em 2015, canalizando eleitoralmente a revolta das massas contra o plano de austeridade fiscal da Troika (Banco Central Europeu, FMI e Parlamento Europeu). Na ocasião, o Syriza conquistou 36,3% dos votos e 149 assentos no parlamento, quase obtendo maioria absoluta. Constituiu seu governo fazendo aliança com uma sigla de direita, os “Gregos Independentes”. A sua vitória foi aclamada pela esquerda reformista do PSOL e os centristas da LIT-QI como uma suposta vitória das massas contra o capital financeiro.

Para o espanto dos reformistas e centristas, o governo de Alexis Tsipras (Syriza) não rompeu em nada com a política de austeridade fiscal. Em 8 meses de seu governo, aprovou no parlamento o novo plano de austeridade, em acordo com a Troika que incluía privatizações, cortes de gastos, aumento de impostos, reformas

trabalhista e previdenciária e a constituição de um fundo bilionário para o pagamento dos juros da dívida. Os quatro anos de seu governo serviram para os explorados fazerem a experiência com essa variante pequeno-burguesa. No entanto, na ausência de um partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, a insatisfação das massas com o Syriza foi canalizada para a recomposição eleitoral do partido tradicional da direita burguesa Nova Democracia, que já nas eleições de 2019 obteve maioria absoluta no parlamento (158 assentos) e conformou seu governo próprio.

Passados mais de 10 anos desde a crise pré-revolucionária na Grécia, as massas oprimidas se encontram novamente diante da piora de suas condições de vida, em decorrência do aprofundamento da crise capitalista, agravada, dentre outros fatores, pela guerra na Ucrânia, que tem tido graves consequências para o continente europeu, como alta inflacionária e, agora, recessão técnica. Nesse quadro, o esgotamento político do Syriza colocará os explorados gregos novamente no caminho do método da ação direta para a resolução dos seus problemas. É urgente a constituição de uma direção revolucionária, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, a fim de vincular a revolta da classe operária e demais explorados com a estratégia da revolução proletária internacional.

Retomada da publicação do folheto de Trotsky sobre a guerra imperialista de 1914

No jornal Massas 690, iniciamos a publicação do folheto A Guerra e a Internacional, escrito em outubro de 1914, por Leon Trotsky. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. Damos sequência, agora, com o primeiro capítulo, “A Questão dos Balcãs”. Como temos justificado em publicações anteriores, o objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e a guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917, na Rússia. Nos Massas 691 e 692, publicamos o folheto “O Programa para a Paz”, de maio de 1917, portanto, poucos meses antes da revolução de Outubro. Os dois folhetos se completam como documentos programáticos do marxismo-leninismo-trotskismo.

A Questão dos Balcãs (Capítulo I)



A guerra travada atualmente contra o czarismo russo e seus vassalos é dominada por uma grande ideia histórica. O ímpeto dessa grande ideia histórica consagra os campos de batalha da Polônia e da Rússia Oriental. O rugido dos canhões, o barulho das metralhadoras e o avanço da cavalaria reforçam a aplicação do programa democrático para a emancipação das nações. Se o czarismo, em aliança com as potências capitalistas francesas e com essa inescrupulosa “nação de mascates”¹, não tivesse conseguido suprimir a Revolução de 1905, o atual massacre das nações teria sido evitado. Uma Rússia democrática nunca teria consentido travar esta guerra sem escrúpulos e fútil. As grandes ideias de liberdade e justiça agora falam a linguagem persuasiva da metralhadora e da espada, e todo coração suscetível de simpatia pela justiça e pela humanidade pode apenas desejar que o poder do czarismo seja destruído de uma vez por todas, e as nacionalidades oprimidas russas possam garantir o direito de decidir seus próprios destinos”.

A citação acima é do Nepszava de 31 de agosto de 1914, órgão oficial do Partido Socialista da Hungria. A Hungria é a terra cuja vida interna foi erguida sobre a opressão de uma minoria nacional, sobre a escravização das classes trabalhadoras e sobre o parasitismo oficial e a agiotagem da casta governante de grandes proprietários de terras. É um país dominado por homens como Tisza², vestidos com a pele de cordeiro do agrarismo, mas atuando como bandidos políticos. Numa palavra, a Hungria é o país mais parecido à Rússia governada pelos czares.

Então, o que é mais apropriado do que o Nepszava, o órgão socialista da Hungria, para comemorar com explosões de

entusiasmo a missão libertadora dos exércitos alemão e austro-húngaro? Quem, senão o Conde Tisza, poderia ter sentido a convocação para chamar a “fortalecer o programa democrático de libertação das nações”? Quem mais apto para defender os princípios eternos da lei e da justiça na Europa senão a camarilha governante de Budapeste, os desmoralizados “panamistas”³. Você confiaria esta missão à diplomacia inescrupulosa da “pérfida Albion”⁴, à nação de mascates?

A indignação é substituída pelo riso. As trágicas inconsistências das políticas seguidas pela Internacional não só atingem seu clímax nos artigos do pobre Nepszava; eles nos desarmam com seu senso de humor.

A presente série de acontecimentos começou com o ultimato enviado à Sérvia pela Áustria-Hungria. Não havia a menor razão para que a social-democracia internacional tomasse sob sua proteção as intrigas dos sérvios ou de qualquer outra das pequenas dinastias da Península Balcânica. Todos eles tentavam esconder suas aventuras políticas sob o manto de aspirações nacionais. Tínhamos ainda menos motivos para nos lançar a um estado de indignação moral porque um jovem sérvio fanático respondeu à política nacional covarde, criminosa e astuta das autoridades governamentais de Viena e Budapeste com um assassinato sangrento.⁵ De uma coisa não temos dúvidas. Nas negociações entre a monarquia do Danúbio e o governo sérvio, o direito histórico, ou seja, o direito à autodeterminação, cabe inteiramente à Sérvia, assim como a Itália tinha razão no ano de 1859. Por trás do conflito entre canalhas políticos imperiais e os terroristas de Belgrado, esconde-se um significado muito mais profundo do que apenas os desejos dos Karageorgevitch⁶ ou os crimes da diplomacia do czar. De um lado, estavam as exigências imperialistas de um Estado nacional que havia perdido sua vitalidade e, de outro, a luta da nação sérvia

desmembrada para se reintegrar e chegar a se tornar um estado com plenos direitos.

É para isso que nos passamos tanto tempo na escola do socialismo, para esquecer as três primeiras letras do alfabeto democrático? Essa falta absoluta de memória só se manifestou depois de 4 de agosto. Até aquela data fatal, os marxistas alemães mostraram que sabiam muito bem o que estava acontecendo no sudeste da Europa.

Em 3 de julho de 1914, após o assassinato em Sarajevo, o Vorwärts escreveu:

A revolução burguesa dos eslavos do sul está no seu apogeu, e o tiroteio em Sarajevo, por mais selvagem e sem sentido que seja o ato em si, é um capítulo importante dessa revolução, tanto quanto as batalhas pelas quais os búlgaros, sérvios e montenegrinos libertaram os camponeses da Macedônia do jugo da exploração feudal dos turcos. O que tem de estranho que os eslavos do sul da Áustria-Hungria olhem com esperança para seus irmãos de raça do reino da Sérvia? Os sérvios alcançaram no seu país o objetivo mais elevado que um povo pode atingir na ordem social atual, a independência nacional. Enquanto isso, todos os que têm nomes sérvios ou croatas são tratados a trompadas e pontapés, aplicasse-lhes a lei marcial e são encarcerados Há sete milhões e meio de eslavos do sul que, como resultado das vitórias nos Bálcãs, animaram-se como nunca a exigir seus direitos políticos. E se o trono imperial da Áustria continuar a resistir ao seu impacto, ruirá e todo o Império ao qual unimos nosso destino se despedaçará. Pois, de acordo com a evolução histórica, essas revoluções nacionais devem marchar para frente, até a vitória.

Se a Social-Democracia Internacional, com seu setor sérvio, resistiu às reivindicações nacionais da Sérvia, não foi em favor dos direitos históricos da Áustria-Hungria de oprimir e desintegrar as nacionalidades que vivem dentro de suas fronteiras, nem muito menos em consideração à missão libertadora dos Habsburgos.

Até agosto de 1914, ninguém, exceto os mercenários da imprensa, ousava dizer uma palavra sobre isso. Os socialistas tinham outros motivos. Em primeiro lugar, o proletariado, embora de forma alguma contestasse o direito histórico da Sérvia de lutar pela unidade nacional, não podia confiar a solução desse problema aos poderes que então controlavam os destinos do reino sérvio.

Em segundo lugar – e isso foi para nós o fator decisivo –, a social-democracia internacional não poderia sacrificar a paz da Europa à causa nacional dos sérvios, reconhecendo, como o fez, que, salvo uma revolução europeia, a única maneira pela qual tal unidade poderia ser alcançada era por meio de uma guerra européia.

Mas se a Áustria-Hungria tentou resolver o problema do seu próprio destino e o da Sérvia no campo de batalha, nós socialistas não podíamos ter a menor dúvida de que o progresso social e nacional seria muito mais afetado no sudeste da Europa por uma vitória dos Habsburgos do que por uma vitória sérvia.

Ainda assim, não havia a menor razão para identificarmos nossa causa com os objetivos do exército sérvio. Esta foi a ideia que animou os socialistas sérvios, Ljaptchevitch e Katzlerovitch⁷, quando tomaram a posição viril de votar contra os créditos de guerra.⁸

Mas certamente tínhamos ainda menos razões para apoiar os direitos puramente dinásticos dos Habsburgos e os interes-

ses imperiais das quadrilhas capitalistas e feudais contra a luta nacional dos sérvios. Acima de tudo, a social-democracia austro-húngara, que agora benze a espada dos Habsburgos para a libertação dos poloneses, dos ucranianos, dos finlandeses e russos, deve antes de mais nada esclarecer as suas ideias sobre a questão sérvia, que ficou tão confusa. O problema a resolver, no entanto, não se limita ao destino dos dez milhões de sérvios. O choque das nações europeias trouxe de novo toda a questão dos Bálcãs.

A Paz de Bucareste, assinada em 1903⁹, não resolveu nem os problemas nacionais nem os internacionais do Oriente Próximo. Simplesmente, intensificou a confusão resultante das duas guerras balcânicas inacabadas, que ficaram sem definição devido ao esgotamento das nações participantes dela. A Romênia havia seguido o caminho da política austro-húngara, apesar das simpatias românicas de sua população, especialmente nas cidades. O motivo principal não foi o fato de um príncipe Hohenzollern ocupar o trono, mas o perigo iminente de uma invasão russa. Em 1879, o czar russo, como agradecimento pelo apoio da Romênia durante a Guerra de “libertação” contra Turquia, cortou uma fatia do território romeno, a província romena da Bessarábia.

Este fato ajudou a fortalecer as simpatias pelos Hohenzollern em Bucareste. Mas a quadrilha magiar-Habsburgo conseguiu incitar o povo romeno contra si devido à sua política de desnacionalização na Transilvânia, que conta com uma população de três milhões de romenos contra 750 mil na província russa da Bessarábia, e provocaram ainda mais antipatia pelos seus tratados comerciais, que favoreciam os interesses dos grandes latifundiários austro-húngaros.

Esta é a razão do ingresso da Romênia na guerra ao lado do czar, em que pese a valorosa e ativa agitação contra a participação em qualquer dos dois bandos beligerantes desenvolvida por socialistas sob a direção dos meus amigos Gherea e Rakovsky.¹⁰ A classe dominante da Áustria-Hungria é culpável desta participação, e está colhendo o que semeou, tanto ali quanto em outros lugares.

Mas o problema não se resolve estabelecendo a responsabilidade histórica. Amanhã, dentro de um mês, dentro de um ano ou mais, a guerra colocará em primeiro plano toda a resolução dos destinos dos povos balcânicos e da Áustria-Hungria, e o proletariado dará sua resposta para esta questão.

A democracia européia do século XIX via com desconfiança a luta do povo balcânico pela sua independência, pois temia que a Rússia pudesse se fortalecer às custas da Turquia. Sobre este assunto, Karl Marx escreveu em 1853, em vésperas da Guerra da Criméia:

Pode-se dizer que quanto mais firmemente estabelecida esteja a Sérvia e a nacionalidade sérvia, mais a influência direta da Rússia sobre os eslavos turcos é empurrada para segundo plano; para manter sua posição como Estado cristão, a Sérvia tem de importar suas instituições políticas e suas escolas (...) da Europa Ocidental.

Esta profecia foi brilhantemente confirmada pelo que hoje ocorre na Bulgária, criada pela Rússia como um posto avançado nos Bálcãs. Assim que a Bulgária se estabeleceu razoavelmente bem como um Estado nacional, desenvolveu um forte partido antirruso, sob a liderança do antigo discípulo russo Stambulov, e este partido foi suficientemente forte como para marcar com seu selo de ferro a política externa do jovem Estado.

Todo o mecanismo dos partidos políticos na Bulgária é constituído de modo a permitir-lhes navegar entre as duas combinações europeias sem ser forçados a entrar em nenhuma delas, a menos que escolham entrar nelas por sua própria vontade. A Romênia se juntou à aliança austro-alemã. E Sérvia, desde 1903, se juntou à Rússia, porque a primeira era ameaçada diretamente pela Rússia, e a segunda pela Áustria.

Quanto mais independentes forem os países do sudeste da Europa frente a Áustria-Hungria, mais efetivamente serão capazes de proteger sua independência contra o czarismo.

O equilíbrio de poder nos Bálcãs, criado pelo Congresso de Berlim em 1879¹¹, estava cheio de contradições. Divididos por fronteiras etnográficas artificiais, colocados sob o controle de dinastias importadas da Alemanha, amarrados de pés e mãos pelas intrigas das grandes potências, os povos dos Bálcãs não podiam interromper seus esforços por maior liberdade e unidade nacional.

A política nacional da Bulgária independente foi naturalmente direcionada para a Macedônia, povoada por búlgaros. O Congresso de Berlim a havia deixado sob domínio turco. Por outro lado, a Servia praticamente não tinha nada para procurar na Turquia, com exceção de Sanjak, Novy Bazar. Seus interesses nacionais estavam do outro lado da fronteira austro-húngara, na Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia e Dalmácia. A Romênia não tinha interesses no Sul, onde é separada da Turquia europeia pela Sérvia e pela Bulgária. A política de expansão da Romênia foi direcionada para a Transilvânia húngara e a Bessarábia russa. Finalmente, a expansão nacional da Grécia, como a da Bulgária, colidiu com a Turquia.

A política austro-alemã, visando à preservação artificial da Turquia europeia ruiu; mas não por causa das intrigas diplomáticas da Rússia, embora estas, é claro, não faltassem. Ela ruiu pelo curso inevitável de sua evolução. A Península Balcânica havia entrado no caminho do desenvolvimento capitalista, e foi esse fato que levantou a questão da autodeterminação dos povos balcânicos como Estados nacionais. A guerra dos balcãs terminou com a Turquia europeia, o que criou as condições necessárias para a solução das questões grega e búlgara. Mas a Sérvia e a Romênia, cuja unidade nacional não podia realizar-se às custas da Áustria-Hungria, viram-se refreadas em seus esforços de expansão para o sul e foram compensadas às custas do que etnograficamente pertencia à Bulgária: Sérvia com Macedônia e a Romênia na Dobruja.

Este é o significado da segunda Guerra dos Bálcãs e da Paz de Bucareste pela qual foi concluída.

A mera existência da Áustria-Hungria, essa Turquia europeia, bloqueia o caminho para a autodeterminação natural dos

povos do Sudeste. Compele-os a lutar constantemente uns contra os outros e a buscar ajuda de fora, tornando-se assim um instrumento das combinações políticas das Grandes Potências. Foi nesse caos que a diplomacia czarista foi capaz de tecer a teia de sua política balcânica, cujo último fio era Constantinopla. E somente uma federação dos Estados balcânicos, tanto econômica como militar, pode interpor uma barreira invencível à ganância do czarismo.

Agora que a Turquia europeia desapareceu, é a Áustria-Hungria que obstrui o caminho de uma federação dos estados balcânicos. A Romênia, a Bulgária e a Sérvia teriam encontrado suas fronteiras naturais e teriam se unido à Grécia e à Turquia, com base em interesses econômicos comuns, formando uma aliança defensiva.

Isso teria finalmente trazido a paz à Península Balcânica, esse caldeirão que periodicamente ameaça a Europa com explosões, e que levou à catástrofe atual.

Até pouco tempo, os socialistas tiveram de se conformar com a forma rotineira como a questão balcânica era tratada pelos diplomatas capitalistas. Estes, nas suas conferências e acordos secretos, tapavam um buraco para abrir outro, ainda mais largo. Enquanto esse método dilatatório adiasse a solução final, a Internacional Socialista supunha que a sucessão dos Habsburgos não fosse motivo para uma guerra, mas para uma revolução europeia.

Mas agora que a guerra destruiu o equilíbrio de toda a Europa e as potências predatórias procuram remodelar o mapa da Europa – não com base nos princípios democráticos nacionais, mas nos dá força militar – a social-democracia deve chegar à inquietante conclusão de que um dos principais obstáculos para a liberdade, a paz e o progresso, além do czarismo e do militarismo alemão, é a monarquia dos Habsburgos como organização estatal.

O crime do grupo socialista polonês galitziano dirigido por Daszynski¹² consiste não apenas em colocar a causa polonesa acima do socialismo, mas também em vincular o destino da Polônia ao destino dos exércitos austro-húngaros e ao destino da monarquia dos Habsburgos.¹³

O proletariado socialista da Europa não pode aceitar tal solução do problema. Para nós, a questão da Polônia unida e independente está no mesmo nível da questão da Sérvia unida e independente. Não podemos e não permitiremos que a questão polonesa seja resolvida por métodos que perpetuem o caos que prevalece atualmente no sudeste da Europa e perturba o bem-estar de todo o continente.

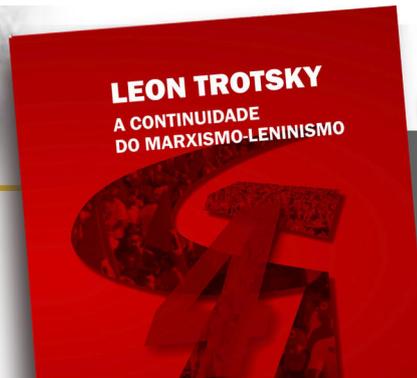
Para nós, socialistas, a independência da Polônia significa sua independência em ambas as frentes, a dos Romanov e a

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

dos Habsburgos. Não desejamos apenas que o povo polonês seja libertado da opressão do czarismo, mas que o destino do povo sérvio não dependa da nobreza polonesa na Galtízia.

Por ora, não precisamos considerar quais serão as relações de uma Polónia independente com a Boêmia, a Hungria e a Federação balcânica. Mas é perfeitamente claro que um conjunto de Estados médios e pequenos no Danúbio e na Península Balcânica constituirá uma barreira mais efetiva contra os desígnios czaristas na Europa do que o fraco e caótico Estado Austro-Húngaro, que afirma seu direito à existência apenas por seus permanentes atentados à paz da Europa.

No artigo de 1853, citado acima, Marx escreveu o seguinte sobre a questão oriental: “Vimos que os estadistas da Europa, em sua obstinada estupidez, rotina petrificada e indolência intelectual hereditária, recuam diante de todas as tentativas de responder à pergunta: que acontecerá com a Turquia europeia? O que mais favorece o avanço russo em direção a Constantinopla é o que supostamente deve mantê-la afastada dela: a teoria vazia, nunca realizada, de manter o status quo. O que é este status quo? Para os súditos cristãos da Porta¹⁴, isso significa a

perpetuação de sua opressão pela Turquia. Enquanto estiverem sob o jugo do domínio turco, eles considerarão a Igreja Grega, como sua protetora e libertadora natural, governando sessenta milhões de cristãos cismáticos ortodoxos.”

O que aqui se diz da Turquia aplica-se ainda em grau ainda maior à Áustria-Hungria. A solução da questão dos Balcãs é impensável sem a solução da questão austro-húngara, pois ambas estão contidas na mesma fórmula – a Federação Democrática das nações balcânicas e do Danúbio.

“Os governos com seus velhos procedimentos diplomáticos – escreveu Marx –, nunca resolverão a dificuldade. Como tantos outros problemas, a solução do problema turco também está reservada para a Revolução Européia”. Esta afirmação tem tanta vigência hoje como quando foi escrita. Mas, para que a Revolução resolva as dificuldades que se acumularam ao longo dos séculos, o proletariado deve ter seu próprio programa para a solução da questão austro-húngara. E a este programa deve se opor decididamente tanto à ânsia de conquista do czarismo, quanto aos esforços covardes e conservadores de manter o status quo austro-húngaro.

¹ Uma referência à Inglaterra.

² Istvan Tisza (1861-1918): Primeiro Ministro húngaro entre 1903 e 1913-17. Pró alemão. Assassinado em 31 de outubro de 1918, primeiro dia da revolução húngara.

³ A Panama Canal Company quebrou em fevereiro de 1889. O escândalo tocou muitas pessoas proeminentes, incluindo Clemenceau.

⁴ Inglaterra.

⁵ É digno de nota que esses socialistas austríacos e alemães oportunistas estão agora indignados pelo “traíçoeiro assassinato de Sarajevo”. E, no entanto, eles sempre simpatizaram com os terroristas russos mais do que nós, os social-democratas russos, que nos opomos por princípio ao método terrorista. Afundados no seu chauvinismo, eles não conseguem mais ver que o infeliz terrorista sérvio Gavrilo Prinzip representa precisamente o mesmo princípio nacional que o terrorista alemão Sand. Talvez eles queiram que deixemos de simpatizar com Sand e passemos a defender Kotzebue? Ou talvez esses eunucos sejam capazes de aconselhar os suíços a derrubar os monumentos erguidos ao assassino Guilherme Tell e substituí-los por um monumento ao governador austríaco Geissler, um dos precursores espirituais do arquiduque assassinado? – LT

Em 28 de junho de 1914, o estudante bósnio Gavrilo Príncipe assassinou o arquiduque austríaco Franz Ferdinand e sua esposa em Sarajevo. Em 23 de julho, a Áustria entregou um ultimato inaceitável à Sérvia e declarou guerra em 28 de julho. Karl Sand foi um estudante universitário liberal prussiano que em 1819 assassinou o escritor e político conservador August von Kotzebue, próximo ao imperador da Áustria e representante da restauração na Europa posterior à derrota de Napoleão. Sand morreu executado como um mártir da luta pela unificação nacional alemã.

⁶ Karageorgevitch: A família real da Sérvia.

⁷ Trishcha Katzlerovitch (1879 -?): Fundador da socialdemocracia sérvia. Deputado entre 1908 e 1921. Antimilitarista. Assistiu à Conferência de Kienthal. Fundador e presidente do Partido Comunista da Sérvia.

⁸ Para apreciar plenamente esta ação dos socialistas sérvios, devemos ter em mente a situação política que eles enfrentavam. Um grupo de conspiradores sérvios havia assassinado um membro da família Habsburgo, esteio do clericalismo, militarismo e imperialismo austro-húngaro. Usando isso como um pretexto, o partido militar de Viena enviou um ultimato à Sérvia, cuja audácia, nunca teve paralelo na história diplomática. Em resposta, o governo sérvio fez concessões extraordinárias e sugeriu que a solução da questão em disputa fosse entregue ao tribunal de Haia. Em seguida, a Áustria declarou guerra à Sérvia. Se a ideia de uma “guerra de defesa” tem algum significado, certamente se aplica à Sérvia neste caso. No entanto, nossos amigos, Ljaptchevitch e Katzlerovitch, inabaláveis em sua convicção sobre o curso de ação que deveriam seguir como socialistas, recusaram ao governo um voto de confiança. Quem escreve isto, estava na Sérvia no início da guerra. No Parlamento, numa atmosfera de entusiasmo nacional indescritível, submeteram-se à votação os créditos de guerra. A votação foi nominal. Duzentos membros responderam “Sim”. Então, em um momento de silêncio mortal, veio a voz do socialista Ljaptchevitch “Não”. Todos sentiram a força moral desse protesto, e a cena ficou indelevelmente gravada em minha memória. –LT.

⁹ Guerras dos Balcãs: A primeira começou em outubro de 1912 e foi uma guerra das nações balcânicas contra o império turco, que os oprimia e do qual formavam parte. Os turcos ficaram apenas com o território europeu em torno a Constantinopla. Terminou com o Tratado de Londres, em 30 de maio de 1913. A Turquia foi forçada a desistir de todas as suas antigas possessões européias. A Albânia foi criada como um novo estado. Em junho de 1913, a Segunda Guerra estourou. A Bulgária atacou a Sérvia e a Grécia, a Romênia e a Turquia se opuseram à Bulgária. Terminou com o Tratado de Bucarest, em 30 de julho de 1913. A Itália invadiu a Albânia em 1914. Trotsky cobriu essa guerra como jornalista para o jornal ucraniano Kievskaya Mysl. Seus artigos foram publicados depois em forma de livro.

¹⁰ Cristian Rakovsky (1873 – 1941): búlgaro de nascimento. Membro da socialdemocracia romena desde 1890. Fez parte do grupo de internacionalistas de Zimmerwald. Encarcerado em 1916 pela sua atividade antiguerra. Na Rússia se uniu ao Partido Bolchevique na Revolução de 1917. Ocupou vários cargos diplomáticos e no governo da União Soviética. Amigo de Trotsky e membro da Oposição de Esquerda, foi expulso do Partido por Stalin em 1928. Readmitido depois. Foi condenado a prisão em 1938. Desapareceu dos campos de concentração de Stalin, e se supõe morreu em 1941.

¹¹ O Congresso de Berlim foi realizado de junho a julho de 1878 sob a presidência de Bismarck, revisou o Tratado de San Stefano (março de 1878) que encerrou a guerra russo-turca de 1877-78. Em Berlim, as grandes potências dividiram o sudeste da Europa a seu favor.

¹² Ignacy Daszynski (1866 – 1936): líder dos socialistas poloneses de Galizia. Membro do Reichsrat (Parlamento) austríaco desde 1891. Chauvinista anti-russo. Posteriormente se juntou ao ditador polonês Pilsudski.

¹³ Galitzia foi até 1918 uma província do império Austro-húngaro, a mais povoada e diversa etnicamente. O maior grupo nacional eram os poloneses. Deixou de existir após assinatura da Paz de Versalhes e foi dividida entre os diversos estados vizinhos.

¹⁴ A Sublime Porta era o nome com que se conhecia à sede do governo do Império Otomano, em Istambul-Constantinopla.